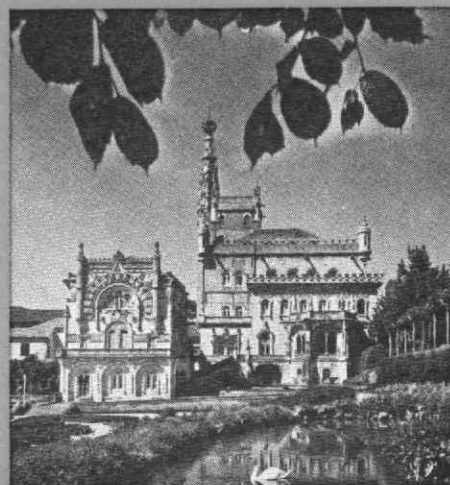
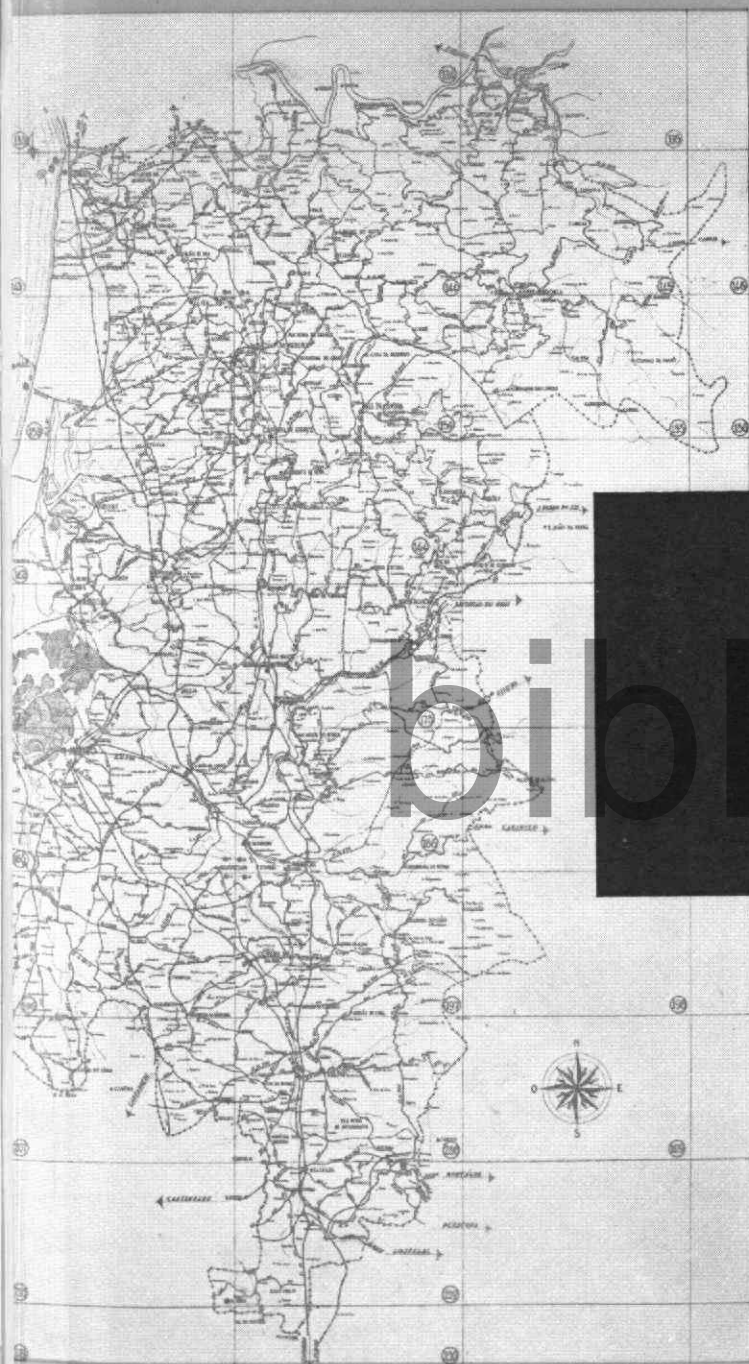




AVEIRO E O SEU DISTRITO



AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO
bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

bibRIA



**PORTARIA N.º 9 633, PUBLICADA NO DIÁRIO DO
GOVERNO, I SÉRIE, DE 28 DE AGOSTO DE 1940**

Atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal de Arouca, do distrito de Aveiro, e tendo em consideração o parecer da comissão de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, aprovar, nos termos do § único do art. 13.º do Código Administrativo, a constituição heráldica das armas, bandeira e selo daquele Município, que é a seguinte:

Armas: — De azul com o busto da Rainha Santa Mafalda vestida de prata e coroada e aureolada de ouro, acompanhada por dois ramos de oliveira troncados, folhados e frutados de ouro, atados do mesmo metal em ponta. Em chefe de prata xadrezado de vermelho, três flores de lis de ouro em faixa. Em contrachefe duas faixas onçadas de prata. Coroa mural de prata de quatro torres, listel branco com os dizeres «Vila de Arouca».

Bandeira: — Amarela, que corresponde a ouro. Cordões e borlas de ouro e azul. Haste e lança douradas.

Selo: — Circular, tendo ao centro as peças das armas sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal de Arouca».

bibRIA

Concelho de Arouca

Pelo Dr. Manuel Rodrigues Simões Junior

SUA ORIGEM

O actual concelho de Arouca resultou da anexação ao velho Couto de Arouca do concelho de Vila Meã do Burgo, constituído por um enclave dentro da freguesia do Salvador, a quem a Rainha Santa Mafalda deu Carta de Foral em Maio de 1229, tendo os seus habitantes, em 18 de Fevereiro de 1817, exposto a Sua Majestade a pobreza do mesmo, que por Provisão de 15 de Dezembro do mesmo ano era anexado ao Couto de Arouca; do antigo concelho de Fervedo, da Terra de Santa Maria, extinto e anexado a Arouca por Decreto de 24 de Outubro de 1855; do antigo concelho de Alvarenga, extinto e anexado a Arouca por Decreto de 26 de Outubro de 1836 e da freguesia de Covelo de Paivó, do concelho de S. Pedro do Sul, anexada pela Lei n.º 653 de 16 de Fevereiro de 1917.

O concelho de Arouca tem 20 freguesias: Nossa Senhora da Assunção de Albergaria das Cabras, outrora e melhor Albergaria da Serra, S. Pedro, com a igreja do Mosteiro de Santa Maria, da Ordem de S. Bernardo, por matriz, que Clemente XII, em 8 de Março de 1737, autorizou mudar para a Capela de S. Bartolomeu, ficando este seu orago, e por Decreto de 31 de Dezembro de 1845, publicado em 6 de Janeiro, desdobrada em freguesias de S. Bartolomeu e de Santo Estêvão de Moldes, do Salvador, de S. Mamede de Cabreiros, de Santa Eulália de Mérida, de S. Miguel de Urrô, do Salvador de Várzea e da sua anexa Santa Eulália de Chave, de Santa Marinha de Tropeço, de Nossa Senhora da Conceição de Roças; de Santa Cruz de Alvarenga, de S. Miguel de Canelas, de S. Bernabé de Janarde e de S. Martinho da Espiunca (que no século XVI pertencia às Terras de Paiva); de Santa Cristina de Mançores, de Santo André de Escariz, de Nossa Senhora da Expectação de Fervedo e de S. Pedro de Covelo de Paivó. A freguesia de Salvador de Várzea era

Comenda da Ordem de Cristo e a de Nossa Senhora da Conceição de Roças, Comenda da Ordem de Malta.

MONUMENTOS NACIONAIS

Por Decreto de 16 de Junho de 1910 foram considerados Monumentos Nacionais: Mosteiro de Arouca e túmulo da Rainha Santa Mafalda, Memorial de Santo António, junto da Vila do Burgo, Pelourinho de Arouca (fragmentos), Pelourinho de Cabeçais, e Pelourinho de



Pelourinho da Vila de Arouca (reconstituição)

Trancoso; pelo Decreto n.º 37 077, o Calvário de Arouca, pelo Decreto n.º 38 491, a Igreja de S. Miguel de Urrô com a sua Torre Sineira e pelo Decreto n.º 42 255 foi considerado imóvel de interesse público a Capela da Santa Casa da Misericórdia.

O Monumento Nacional mais antigo é o Memorial de Santo António, junto da Vila do Burgo, também chamado Arco da Rainha Santa, por a lenda o ligar à vinda da Rainha Santa Mafalda, depois de morta, de Rio Tinto para o seu Mosteiro, lenda representada pictòricamente no coro do Mosteiro, em 1725, quando

sição, foram entregues à Igreja, para neles se fundar um Mosteiro, dúplice, da invocação de S. Cosme e S. Damião; este Mosteiro deixou de ser dúplice por a sua padroeira, Toda Viegas, ter feito doação dele à «abadessa Elvira João e a todas as suas irmãs e às que para o futuro fossem», a 7 das calendas de Janeiro era 1192 (26 de Dezembro de 1153), na Ordem de S. Bento, mas Dom Paio, Bispo de Lamego, em 1224, autorizou D. Mafalda a mudar para a Ordem de S. Bernardo, que era mais austera, mudança aprovada por Bula de Honório III de 6 de Junho de 1224 e



AROUCA — Alto da Serra da Freita — Uma adua de gado

ele é do século XII; deve ser um monumento tumular de qualquer «tenente» de Arouca, possivelmente Mónio Rodrigues, ou de sua mãe Toda Viegas.

COUTO DE AROUCA

O velho Couto de Arouca foi uma das seis paróquias da diocese de Lamego, presente no concílio de Lugo, realizado entre os anos 572 e 582, com o nome de Atavoca, Auroca e Auraca, que deu Arauqua, Arauca e Arouca; a tradição relata uma questão havida entre o Bispo de Lamego e os filhos do Senhor de Moldes, por causa desses territórios, que, em 716, por compo-

confirmada por Inocêncio IV por Bula de 8 de Agosto de 1246.

Em 7 de Setembro de 951 os Senhores da Anégia, Dom Ansur e Dona Ejeuva, coutaram a este Mosteiro um largo território, passando a ter por padroeiros S. Pedro, S. Paulo, S. Cosme e S. Damião, Conto alargado por doações de D. Afonso Henriques em Abril de 1132 e Janeiro de 1143, tendo D. Afonso III, em 20 de Outubro de 1257, estabelecido definitivamente o Couto. Todos os Mosteiros da Ordem Cisterciense foram dedicados à Virgem, o de Arouca tomou por padroeira Nossa Senhora da Assunção.

RAINHA SANTA MAFALDA

A Rainha Santa Mafalda recolheu ao seu Mosteiro, que lhe tinha sido deixado por seu pai, em 1217 e faleceu, em Arouca, em 1 de Maio de 1256 e beatificada por Pio VI em 27 de Julho de 1792; os direitos do seu Mosteiro foram confirmados por todos os reis às abadessas e D. Manuel, em 8 de Julho de 1515, isentou o Couto de Arouca das correições que os Corregedores eram obrigados a fazer.

O corpo da Rainha Santa Mafalda esteve num túmulo de madeira e passados anos, mudado para um de pedra, ainda existente, no qual as freiras mandaram pintar a Cruz de Aviz e as palavras de consagração; aberto o túmulo em 1616 pelas freiras, estas disseram que «acharam o corpo da Santa Rainha como pessoa que estava dormindo, o rosto composto e as mais partes do corpo inteiras, ainda que a carne se via um tanto mirrada»; novamente aberto por mandado do Bispo de Lamego, Dom Martim Afonso de Mexia, em 1617 e em 7 de Agosto transferido para o corpo da Igreja, ficando assim até 1645, ano em que foi elevado e colocado em altar fixo, para se poder rezar missa, mas como em 1704 a Igreja se arruinou, em 30 de Maio, foi o seu corpo trasladado para o lado direito do coro, junto das grades que a separa da Igreja e em 20 de Outubro de 1718 solenemente mudado



AROUCA — Rainha Santa Mafalda

para o seu altar; novamente aberto em 1749, dele foram tiradas relíquias autenticadas pelo Provisor de Lamego, Dr. José de Basto e Cunha.

Em 16 de Junho de 1793, os restos mortais da Rainha Santa Mafalda, foram trasladados, novamente, para uma urna de ébano e prata, que custou 3 359\$385 réis, estando presentes o Bispo de Lamego, Cônegos, Câmara de Lamego e os Dons Abades dos Mosteiros da Ordem, tropa do Porto e o Corregedor Almada, para manter a ordem, a quem as freiras deram uma bengala com castão de ouro, iniciando-se assim uma semana de festas, que importaram em 28 795\$435 réis.

MOSTEIRO

O actual Mosteiro é formado por quatro corpos, sendo o seu interior dividido em duas partes pelo antigo refeitório, que liga a ala nascente com a ala poente, formando a do norte o claustro e a do sul o Pátio, onde se faziam as festas dos abadessados; a sua ala poente é a mais antiga, datada de 1692, tendo-se a ala norte, em cujo topo estava a igreja, arruinado em 1704, mas novamente projectada pelo arquitecto maltês Carlos Gimac.

Este Mosteiro foi vítima de quatro incêndios: o primeiro em 12... (?), ainda em vida de Santa Mafalda, o segundo em 1550, que deram motivo a dois quadros existentes no coro de 1720, o terceiro pelas 22 horas de 22 de Fevereiro de 1725, que destruiu a ala sul e o último pelas 23 horas de 19 de Outubro de 1935, destruindo parte das alas sul e nascente.

Anexo ao Mosteiro foi organizado o Museu de Arte Sacra com as peças, quadros, imagens, livros e paramentos que lhe pertenciam; entre os quadros encontram-se alguns primitivos, os de Diogo Teixeira e os dos continuadores dos pintores de Viseu; entre as imagens a de S. Pedro, da escola do mestre João Afonso, que é considerada a mais harmoniosa e característica escultura do século XV que existe em Portugal; a sua colecção de livros de coro, mereceu a Solange Corbin a apreciação: «c'est l'ensemble le plus riche de livres anciens que nous connexions au Portugal» e entre outros livros acha-se um exemplar do Breviário Bracaraense, o primeiro livro impresso em latim em Portugal, em Braga a 12 de Dezembro de 1494 e o Vol. IV da Vita Christi, impresso em 1495.

As estátuas do coro constituem o melhor grupo barroco e feitas em 1725 pelo escultor Jacinto Vieira, de Braga.

FORAIS

O concelho de Arouca teve Foral Novo dado por D. Manuel em 20 de Dezembro de 1513; o concelho de Alvarenga teve Foral Novo dado por D. Manuel em

2 de Maio de 1514 e a freguesia da Espiunca favoreceu do Foral Novo de Paiva dado por D. Manuel em 1 de Dezembro de 1513; o concelho de Fervedo teve Foral Velho dado por D. Afonso III em 1275 e Foral Novo dado por D. Manuel em 27 de Setembro de 1514, sendo primitivamente honra dos Duques de Aveiro, passado depois para os Condes da Feira e destes, por troca, para os Peixotos, do Porto.

«TENENTES»

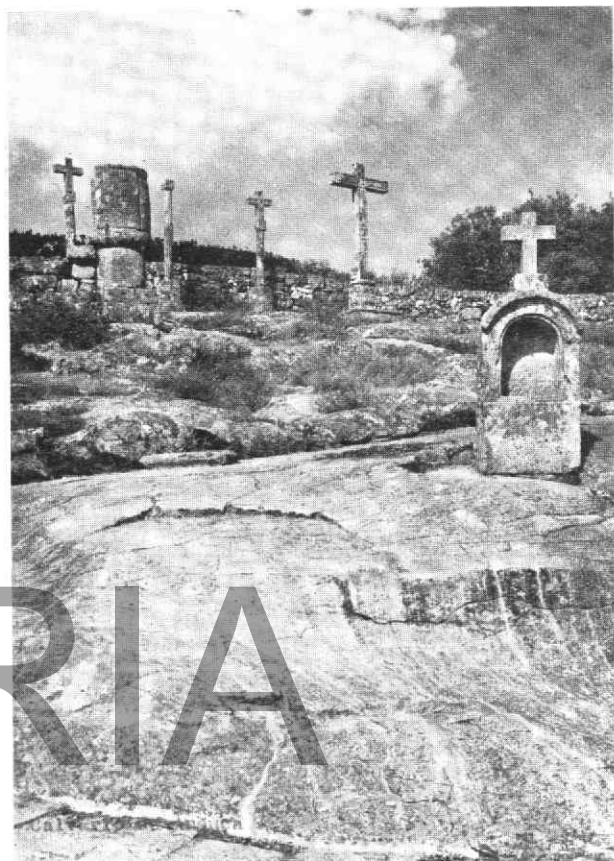
Do Território Arauca foram tenentes ou governadores: em 1060, Garcia Moniz; em 1080, Egas Ermiges; em 1085, Gavino Froilas; em 1093, Martim Moniz, antigo governador de Coimbra, após a morte do seu sogro D. Sisnando; em 1097, Egas Gosendes; em 1104, Mem Moniz e em 1112 seu irmão Egas Moniz, o Aio; em 1105, D. Gontina Eriz e em 1115, Mónio Rodrigues, todos da geração dos Gascos.

Do Território Alvarenga foram tenentes: na primeira metade do século X, Froila Absalónis, na segunda metade do século XI, Gavino Froilas, na primeira metade do século XII, Egas Moniz, o Aio, e na segunda metade seu filho, Moço Viegas, que deu origem à família Alvarenga.

O concelho de Arouca, a quem já foi dado o nome de Beira-Minho, tem vários vales e sobre o de Arouca, Alexandre Herculano escreveu: ...«Ermida de Santa Marinha sobre uma eminência em frente. Torneia-se o monte e começa a descida para o Vale de Arouca. A encosta e o vale igualam em beleza a Sintra e excedem-na na vastidão; a estrada segue por uma légua debaixo de arvoredos cerrados ou de pequenos campos orlados de árvores e videiras e ouvindo-se a espaços o cair das levadas que atravessam o caminho ou o

ladeiam», que o tornam essencialmente agrícola, necessitando que os montes se tornem essencialmente florestais.

As serras que envolvem Arouca, Montemuro e Freita já mereceram a atenção de Abel Botelho e Ramalho Ortigão.



Calvário de Arouca

Foto A. Nogueira Gonçalves

Arouca, ainda mal conhecida

Pelo Dr. A. Tavares de Almeida

Como não sei que género de artigo sobre Arouca desejam, de mim, para a «Revista da Junta Distrital de Aveiro», nem sequer o espaço a que devo limitar o meu escrito, terei que superar o embaraço espraiando-me em algumas generalidades, tão desataviadas quanto mo consinta a Direcção da «Revista» e tão abreviadas quanto mo permita a extensão e a diversidade dos assuntos focáveis sobre a vetusta e monumental vila mais a variada paisagem com que Deus dotou este recanto da boa terra portuguesa.

Receio, ainda que considere o âmbito dos possíveis leitores confinado à gente do distrito, que muitos haverá que talvez só de nome conheçam a terra da Rainha Santa Mafalda — onde a Beata Princesa quis repousar e jaz no seu belo leito tumular — e, assim, para esses, o que me ocorre pode ser novidade. Para os conhecedores será um reencontro fortuito que desejo não se torne enfadonho por pretensioso, ou indigesto por referido como o cansado chá do Tolentino.

* * *

Situa-se na periferia serrana do distrito, quase no extremo nordeste dos seus limites, larga área heterogénea, com seus vales fundos e macios como a mais verde alfombra, seus montes agrestes mas altivos como Senhores de barão e cutelo e suas encostas, ora lisas e densamente povoadas de variadas e nobres essências, ora trabalhadas em socolcos onde medra a vinha em tachoeiras ou no enforcado e se amanha o pão nosso de cada dia para as gentes e os gados. A indústria é balbuciente.

Da sua história não cabe falar em tão reduzido espaço. Tão velha que História e Lenda se confundem sem se destruírem em fantasias — ainda recentemente o douto investigador A. de Almeida Fernandes, em extenso trabalho publicado em vários números do «Arquivo do Distrito de Aveiro» se debruçou sobre um largo período em que a documentação, por escassa,

mais obriga a inteligência a escogitar a verdade — «Arouca na Idade Média Pré-Nacional» — chamando-lhe, apenas, «uma introdução à história altimedieval dos vales de Arouca e Moldes».

E, se de aí ascendermos nos séculos, veremos a gente de Arouca a bater-se em S. Mamede, nas hostes das Terras de Santa Maria; como no seu próprio vale, com Egas Moniz, contra as mesnadas mours de Lamego; andar, esforçados, com os cavaleiros do Templo ou de Malta e, com a Cruz de Cristo, embarcar nas caravelas para as grandes aventuras do Infante D. Henrique; repelir, nas gargantas dos seus ribeiros, os invictos de Napoleão; sofrer os fluxos e refluxos de batalhões e guerrilhas nos confusos períodos do liberalismo vintista; ir, resignadamente, cumprir o dever militar nas guerras modernas ou, como hoje, virilmente lutar entre os melhores nas nossas terras de África contra os inimigos invisíveis que só se deixam identificar pela sua traição e cupidez.

E no foro civil, desbravar, afeiçoar, edificar, estudar, rezar, fazer cristandade e nobilitar a vida, ano após ano, dia após dia — e quantas vezes dia e noite — para transformar o seu agro e as suas famílias em courelas produtivas e elementos válidos para o progresso harmonioso que dignifica a Nação.

Terra impregnada, desde os primórdios, de profundo sentimento religioso, aqui até as outrora compartimentadas divisórias sociais de clero, nobreza e povo se amoleceram para serem, apenas, travejamentos hierarquizados de uma grande família cristã servindo, com devoção e gosto, as suas freiras e a sua Pátria.

Poderão, certamente, ser taxados de fatuidades os dizeres dos autóctones aludindo ao seu torrão natal. Mas tantos foram os estranhos, responsáveis e notáveis, que trataram, em páginas impregnadas do seu talento de consagrados, Arouca, sob vários aspectos, que melhor será remeter o leitor para o seu alvedrio, sem alongar o escol:

O sóbrio e íntegro Herculano comparou a descida para o vale à paradisíaca Sintra;

Ramalho, forte no físico e robusto no que escreveu, alçou-se desde o vedro Rêgo de Chave, que quase marca o limite do Concelho por poente, até às alturas da Senhora da Lage de peregrina tradição, Albergaria das Cabras e outras cumeadas até às vizinhas Caldas de Lafões, dando-nos uma formosa narrativa do viajar naqueles tempos;

Abel Botelho, entre o desenho e o romance, tratou a paisagem e a gente com tal engodo que, anos mais tarde, na infância da nossa cinematografia, os cineastas não se amedrontaram com as agruras dos caminhos e ousaram filmar «As Mulheres da Beira» no próprio local da Frecha da Mijarela, produzindo um dos poucos filmes «dos que ficam» para o êxito e a cinemateca nacional; Camilo fez «penar» no Convento e fugir, despenhando-se das rancas de um medronheiro gigante (que ainda há pouco lá vegetava no Canto do Muro) para os braços do seu ardente sedutor, uma heroína dos seus imaginosos romances;

Aquilino andou a jornadejar com o seu Malhadinhas pelos montes da orla oriental da comarca até ao centro

do vale onde o pôs a contar as suas fantasiosas proezas;

Ferreira de Castro, nado na sua Ossela, a lindar com Arouca, por lá andou a abeberar os «Emigrantes»;

O violento Homem Cristo foi suave e admirativo para as terras do Arda;

Pinho Leal viveu e escreveu em e de Arouca;

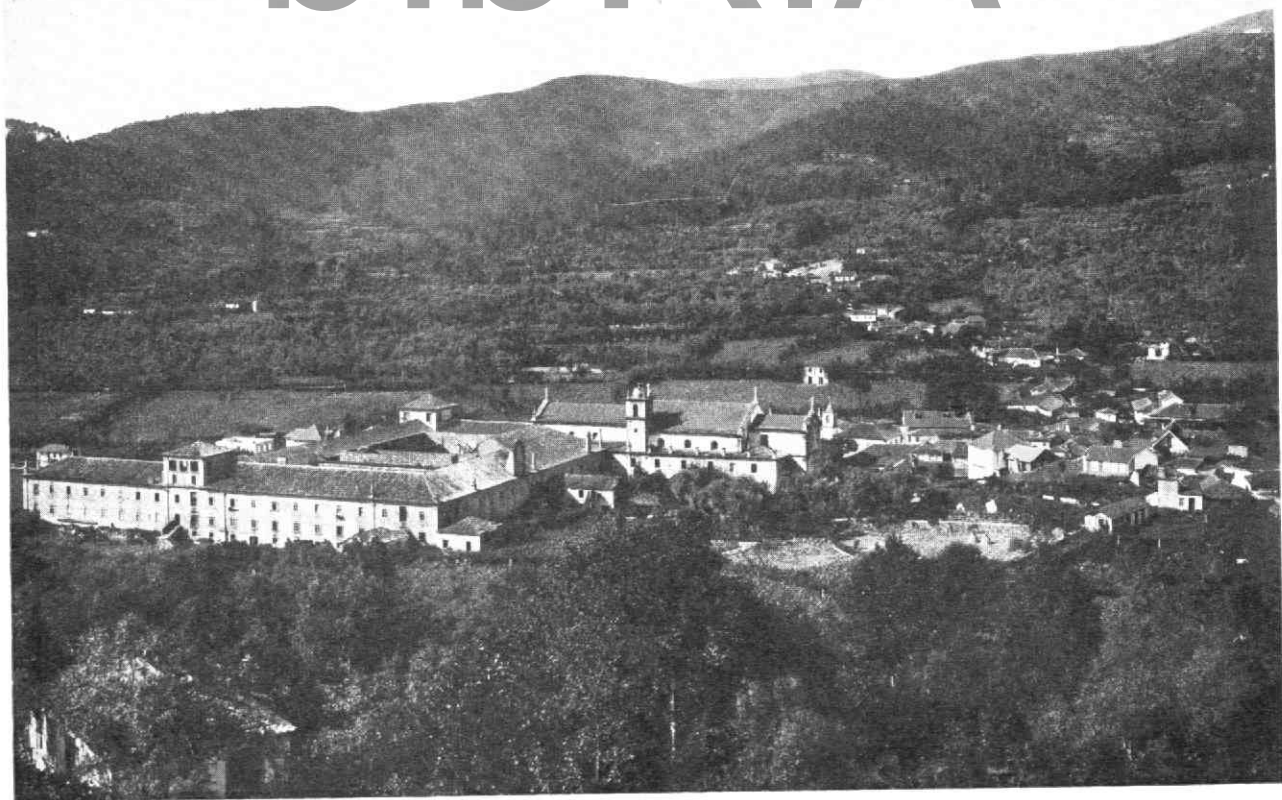
Sant'Ana Dionísio deu-lhe páginas de percuciente análise e de recortada beleza formal;

Sousa Costa enamorou-se e namorou-a como um colegial com aptidões de post-graduado; et j'en passe...

Pois, apesar disso e em plena era turística, quantos codistritais terão considerado invios os caminhos que para lá conduzem ou distantes, se não «apenas» serrana esta terra que tanto tem para oferecer e nunca desapontará o visitante conhecedor ou, apenas, dotado de sensibilidade e sã curiosidade?!

O convento, monumentosa reconstrução ampliada de um dos mais vetustos cenóbios do País, rico na fábrica e nos adornos, belo na decoração, valioso e selecto no Museu anexo, justificaria, por si só, a viagem. Mas toda a vila e seu termo oferecem os mais variadas motivos de interesse: o calvário, a capela da Misericórdia, velhas pedras patinadas pelos séculos, solares,

bibRIA



AROUCA — A vila e o convento de Santa Mafalda

antigas casas de curiosa arquitectura, novas avenidas e rancias quelhas ostentando ainda, algumas, os velhos toponímicos...

Em contraste com as «velharias» para admirar, outras há que o visitante não desdenhará degustar: os sempre saborosos doces conventuais—o pão de S. Bernardo ou Bola do Convento, o famoso Pão de Ló de Arouca, Melindres, Cavacas, Castanhas doces, Roscas de amêndoa, Manjar, Morcelas, etc., etc., que nobilitam qualquer chá e se deixam acompanhar, complacentemente, com o vinho verde local, com precedência para o Branco, de limitada produção mas ilimitadas virtudes.

Caberiam ainda, com incontestável justiça, algumas linhas para as frutas—as castanhas, os melões e as cerejas, são já bem conhecidas da beira-mar—mas hoje, alargadas e mais cuidadas as culturas, abrangem seleccionada variedade de pomos.

Correria o risco de desmentir o que me propuz no início deste escrito se me alongasse, cedendo ao natural desejo de mostrar a qualidade e variedade de paisagens que Arouca pode proporcionar; limitar-me-ei pois a enunciar alguns locais donde, mais vantajosamente, se pode contemplar em vastos horizontes a riqueza panorâmica de montes e vales.

Para quem venha da sede do distrito, ao entrar, em Chã d'Ave, na fronteira do concelho, logo se poderá extasiar, ao descer para o vale de Rôssas, com variada e bela paisagem. Depois é o vale, estrangulado na ciclópica garganta rochosa da Pedra-Mã, até à vila.

Sobranceiro a esta levanta-se o monte da Senhora da Mã, que dedicada comissão de iniciativa vai preparando e será, no futuro, para além da beleza panorâmica natural, um Miradouro de alta cotação nacional.

As novas vias, para Alvarenga e para a Zona Florestal da Freita, recentemente abertas ao tráfego automóvel, trouxeram para a avidez admirativa dos que sabem e podem ver, paisagens de amplíssima extensão e raro encantamento, no dizer de cultos apreciadores que ali se têm extasiado.

Do perímetro florestal da Freita, pela Frecha da Mijarela, onde o Coima se despenha ao nascer, num salto magnífico que os geólogos consideram uma das maiores—se não a maior—fractura geológica na Península Ibérica, pode o viajante prosseguir até Vale de Cambra, num continuado desdobrar de emoções de beleza e—assim o esperamos—não tardará muito que a ligação a S. Pedro do Sul e Viseu mais venha ampliar a possibilidade de sentir o sortilégio noutros aspectos e pormenores, numa zona ainda vedada ao grande turismo, à parte o encurtamento e facilitação, com comodidades novas para o viajante que das altas Beiras queira atingir o Porto e terras do Norte do País.

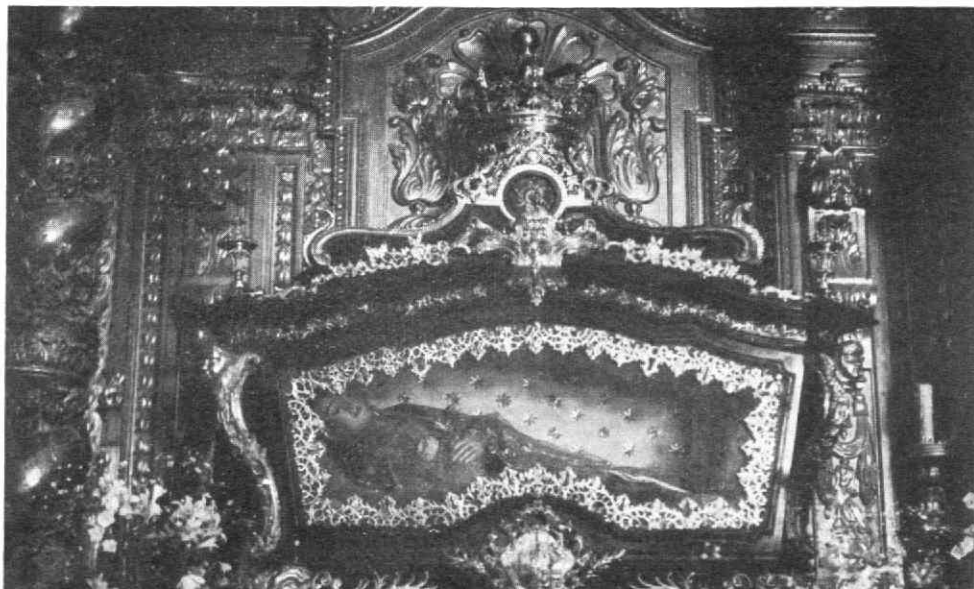
As rodovias de Arouca ao Porto, por Cabeçais e Vila da Feira ou por Castelo de Paiva e marginal do Douro, oferecem outras vistas diferentes e igualmente acidentadas ou policrónicas que o viandante apreciará para seu gozo.

Deixo, apenas esboçado, um índice para os que já conhecem poderem recordar mais facilmente e que aos não iniciados sirva de sugestão para uma visita. Peca, o escrito, pelas insuficiências de toda a ordem, mas antes assim, para que os visitantes sintam desapontamento apenas no fim da leitura, a ser largamente compensada com o que não foi enunciado ou ficou mal apontado.

As empoladas propagandas, do tipo agência de viagens, trazem nos nossos dias os encómios tão enfeitados que o viajor, por vezes, dificilmente reconhece o local que visita; não será igual desta feita, pois lhes posso assegurar que a verdade fica esquiçada em tão débil imagem que se surpreenderão, sim, no contraste entre a realidade e a previsão quando os olhos a venham a contemplar e admirar na «nudez forte da verdade».

Parafraseando Camões, hão-de sentir bem, e confirmar que «mais vale experimentá-lo que julgá-lo».

Outubro de 1967.



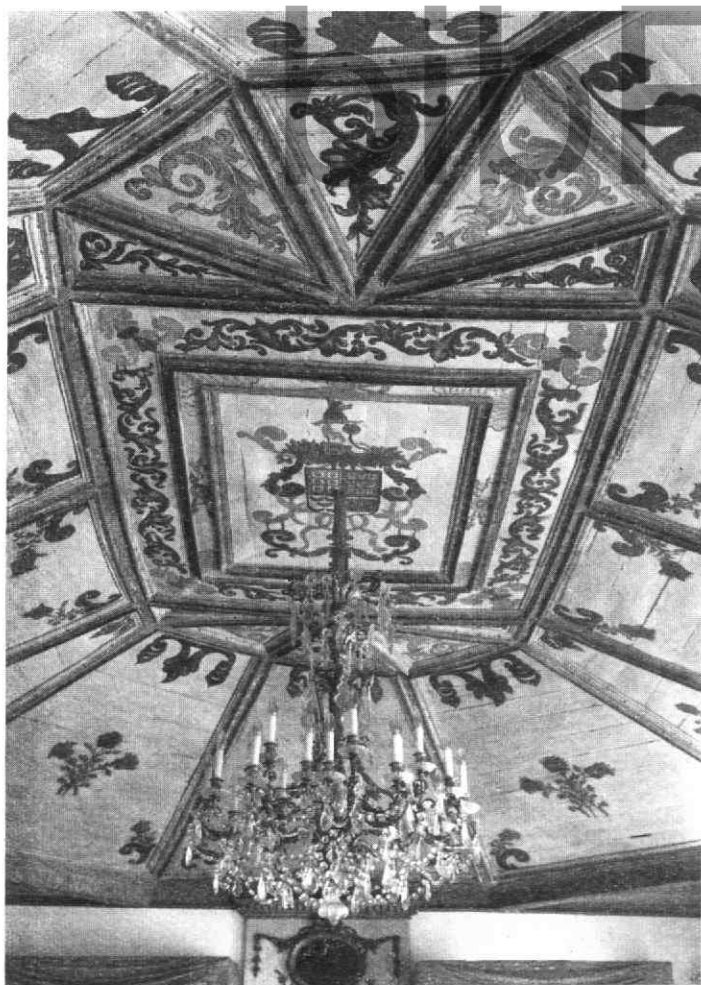
Arouca — Túmulo da Rainha Santa Mafalda no Convento de Arouca—em ébano e prata—onde se encontra o seu corpo incorrupto



CAPELA DA CASA DE CELA
(Urrô — Arouca)

A frontaria, dos meados do século XVIII, é um dos mais destacados exemplares em capelas anexas a casas tradicionais que o distrito possui.

Na empena, brasão de Moreiras, Melos, Magalhães, Pintos, com timbre dos primeiros. (N. G.)



CASA DE CELA

(Urrô — Arouca)

Pertence aos Ex.^{mos} Senhores Dr. Albano de Almeida Rebelo e D. Maria Angelina de Melo Pina Rebelo.

Vindo-lhe a passar a um dos lados a moderna estrada de acesso à vida, enquanto que o antigo caminho lhe era perpendicular, pela frente da capela, foi valorizada, na sua composição arquitectónica e com grande equilíbrio, com a renovação da parte do topo de poente.

Define, de forma superior, a arquitectura domiciliária em que viveu a fidalguia arouquense setecentista. (N. G.)

A originalidade do Barroco de Aveiro

Pela Dr.^a Dulce Souto

Professora da Escola Industrial e Comercial de Aveiro

A dimensão humana da Arte, tende, paradoxalmente, neste século da Técnica, a alargar-se para uma universalização, saindo do núcleo restrito dos estudiosos especializados, para o público em geral, permeável a noções-base e ávido de se cultivar.

É um fenómeno a que nacionalmente também estamos ligados, dado que o Português hoje viaja mais, o que o habilita a adquirir uma mais criteriosa receptividade, um mais cuidadoso espírito de selecção, uma interessada busca de elementos concisos e simples, que respondam às suas necessidades estéticas.

A esta posição actual do nosso povo, não são alheios os muitos meios de divulgação que usufrui, que bendiz e a que corresponde, não a nível uniformizado, mas sujeito às flutuações próprias de condicionalismos regionais de vária ordem. E porque à região de Aveiro, cabe precisamente um índice alto de condições favoráveis a essa divulgação, que vai da influência do meio geográfico, — pé em terra, pé no mar — com fáceis acessos, à mobilidade temperamental, há que proceder a uma esquematização actualizada de conceitos artísticos, para, servindo a cultura regional, servir também as nossas gentes.

A hora actual é dinâmica e quer acabar com a arte estática, para lhe arrancar vida, vida que seja transmitida a quem a olha, a quem a quer descobrir e for capaz de a sentir. Por isso e porque Aveiro, capital dum distrito cheio de interesse, deve saber falar do seu espólio aos que a visitem, parece-nos que só se pode falar daquilo que se conhece; consequentemente, devemos contribuir para que todos comecem por saber o que têm, para acabarem por se habilitar a uma atitude de resposta oportuna, que ponha, na nossa tradicional arte de bem receber, uma nota de bem elucidar.

Assim, há que insistir primeiro na escrupulosa atitude que ao falar da Arte como da História se tem de manter, não tomando por rígidas certezas, períodos-marcos, que se adoptaram por comodidade de ligação e sequência.

É que os limites que tais períodos assinalam são sujeitos a oscilações que podem traduzir-se na presença de características dum período ultrapassado já, ao lado de formas novas; ou, pelo contrário, reconhecida evidência de elementos avançados, a ressaltar dum conjunto ainda marcadamente tradicional. Isto é de facto uma posição-base, para podermos falar de qualquer período artístico.

Sabemos que esses períodos fundamentais dizem respeito às Artes Pré-Histórica, Clássica, Medieval, Moderna ou Contemporânea; e porque esta divisão implica uma matéria inabarcável, há que seguir o estudo individualizado de especializações e de estilos, na Arquitectura como na Escultura, na Pintura como nas chamadas Artes Menores, constituídas por Ourivesaria, Mobiliário, Tapeçarias e Bordados, Faianças e Porcelanas, Vidros e Vitrais.

Assim e porque Portugal nasce no séc. XII, tomando este século como ponto de partida para a maior ou menor projecção de influência deste ou daquele estilo, foram subdivididos em Românico, Gótico, Manuelino, Renascença, Barroco, etc.

É desde e só deste que se vai ocupar este nosso trabalho de síntese, primeiro porque é um dos estilos que na corrente de reabilitação de artes mal compreendidas, está hoje na ordem do dia para muitos autores; depois, porque Aveiro está no norte do país, onde este estilo teve os seus maiores cultores, razão fundamentada na maior abundância nortenha de madeiras, que permitiram maravilhas de efeitos.

E finalmente vamos tratar este estilo, porque orgulhosamente podemos afirmar que Aveiro tem Barroco, Barroco tão bom, que a coloca em lugar de relevo, podendo-se-lhe mesmo atribuir características individualizantes. Assim, começaremos por fazer um brevíssimo apanhado dos aspectos essenciais do Barroco, fugindo à sua etimologia, discutida, e sintetizando as opiniões

sobre o seu aparecimento. Para alguns, o Barroco é um volte-face, nos temas tradicionais, estilo Jesuíta relacionado com as conclusões do concílio de Trento; para outros, crise de gosto que faz realce dos volumes, mas que é uma arte escravizante dos sentidos.

Modernamente, há justíssimas opiniões para esta arte, conceitos curiosíssimos até. Não resistimos a reproduzir aqui a posição de Claude Roy no seu livro «Arts Baroques» quando nos diz: «...o Barroco é um estado de espírito que se exprime através das formas e que a Igreja adoptou por ter querido estabelecer um programa de aplicação das Belas-Artes, à conquista



Portal da Capela das Barrocas

das almas». Empolgou-nos a leitura da sua obra ainda quando falando da intensa linha de construção dos Jesuítas que nos novos temas souberam aproveitar elementos nativos que eram símbolos ou ritos de paganismo, para os assimilar, afirma: «...os Jesuítas pediram aos diabos profanos, para levar as suas pedras aos santos do Paraíso!» e mais adiante: «Há uma verdade barroca — a linha curva é o mais curto caminho do cálculo à graça!»

Muito mais apetecia reproduzir, para transmitirmos o sabor que vai tendo esta evolução de conceitos,

que nos leva a concluir o seguinte: é uma arte tipo, que serviu, de facto, sobretudo a arte religiosa, por coincidir o seu aparecimento com as necessidades de construção ou remodelação de templos, mas não a podemos considerar escrava duma temática religiosa. Foi moda e não servilismo, resultante certamente da fusão de factores diversíssimos e não da exclusiva ideologia da Igreja da época.

Habitualmente considera-se Barroco tudo o que no domínio artístico pertence aos séculos XVII e XVIII. Todavia a arte do primeiro, para alguns decadência e degenerescência da Renascença, é acentuadamente proporcional, estilizada e severa, própria das horas duras da política nacional. É a denominada arte «maneirista» de que a nossa igreja da Misericórdia é um exemplo. O Barroco propriamente dito, que se lhe segue, usa na arquitectura sacra um plano de interior em que a nave é ladeada de capelas pouco cavadas, propícias a ouvir-se a pregação e onde as linhas geométricas dão lugar aos relevos. Utiliza na decoração festões engrossados de grande efeito e tem nas frontarias voluptas ligando a parte central às laterais. São também próprios deste estilo a assimetria, as curvas e contracurvas súbitas e — característica marcadamente barroca — usa-se a coluna salomónica em espiral ascendente, ornada de folhas de parra e na escultura das figuras um panejamento farto e envolvente, com lançamento revolto, largo, dinâmico.

Toda a combinação arquitectura-escultura é estabelecida em profundidade e não em plano, com aplicações fogosas, opulentas, com decoração plástica de talha predominantemente dourada, que aplicada conjuntamente com azulejamento branco e azul, dá uma policromia de efeito agradável, vistoso e muito característico.

Na pintura usam-se os contrastes de claro-escuro, que lhe dão uma constante de processos, inconfundível. Em Espanha e Itália, é curioso que a escultura precedeu a arquitectura na aplicação de caracteres barrocos, mas Portugal que recebe acentuada influência de ambas, separa-se, individualiza-se sobretudo na talha, que toma carácter nacional definido.

Passemos então, ainda que sumariamente, a seguir, a esquematização de Robert Smith na sua obra: «A Talha em Portugal», para compreendermos essas notas tipicamente nacionais do Barroco português:

a) — Aplicam-se na talha colunas de fuste em espiral (salomónica) com pássaros (fénices) — símbolo da Ressurreição e pequenos anjos, contendo habitualmente cinco espirais.

b) — O acanto em alto-relevo aparece no remate de arcos concêntricos, ou em combinação com meninos, pássaros e carrancas.

c) — No altar-mor, surge o trono de construção piramidal, em degraus, que é uma constante da arte eclesiástica portuguesa depois de 1680.

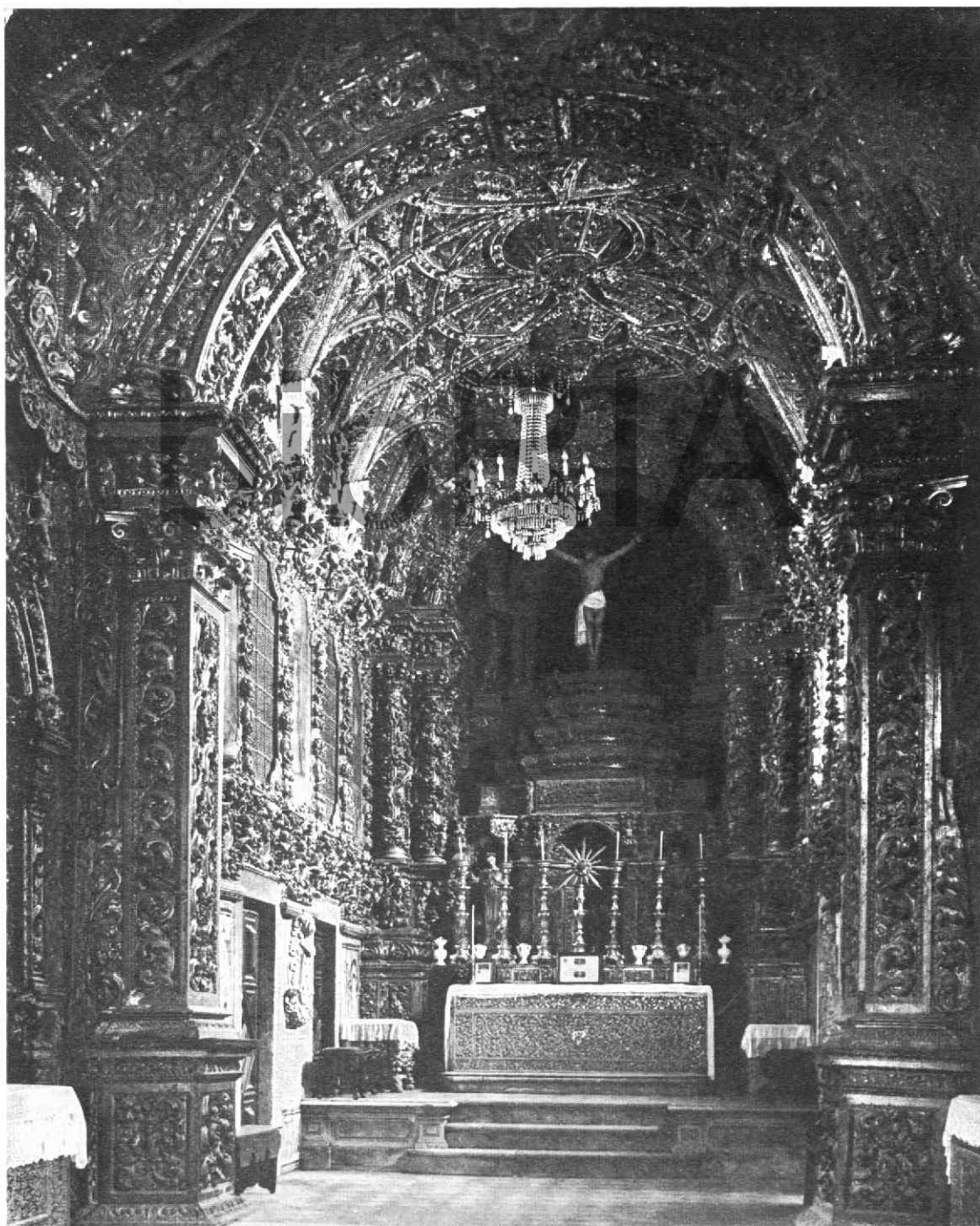
d) — A decoração alastra a todo o interior e aparece a **igreja toda de ouro**, realização — diz aquele erudito autor — sem paralelo no passado, e ideal nunca superado, nos estilos sucessivos da arte lusitana.

e) — Outra novidade é, na capela-mor, o tecto fingir em madeira dourada, a caixa e as nervuras de uma

complexa abóboda geométrica mourisca, decorada com almofadas».

Creemos que este esquema nos habilita a olhar com outros olhos a arte barroca da talha dourada, que tão bem definida conhecemos na nossa terra. Mas vejamos ainda com Reinaldo dos Santos na sua «Escultura em Portugal» os principais ciclos dessa escultura barroca:

1.º — Há o barroco seiscentista de D. Pedro II (1667-1706);



Interior e altar-mor da Igreja de Jesus, no Museu de Aveiro

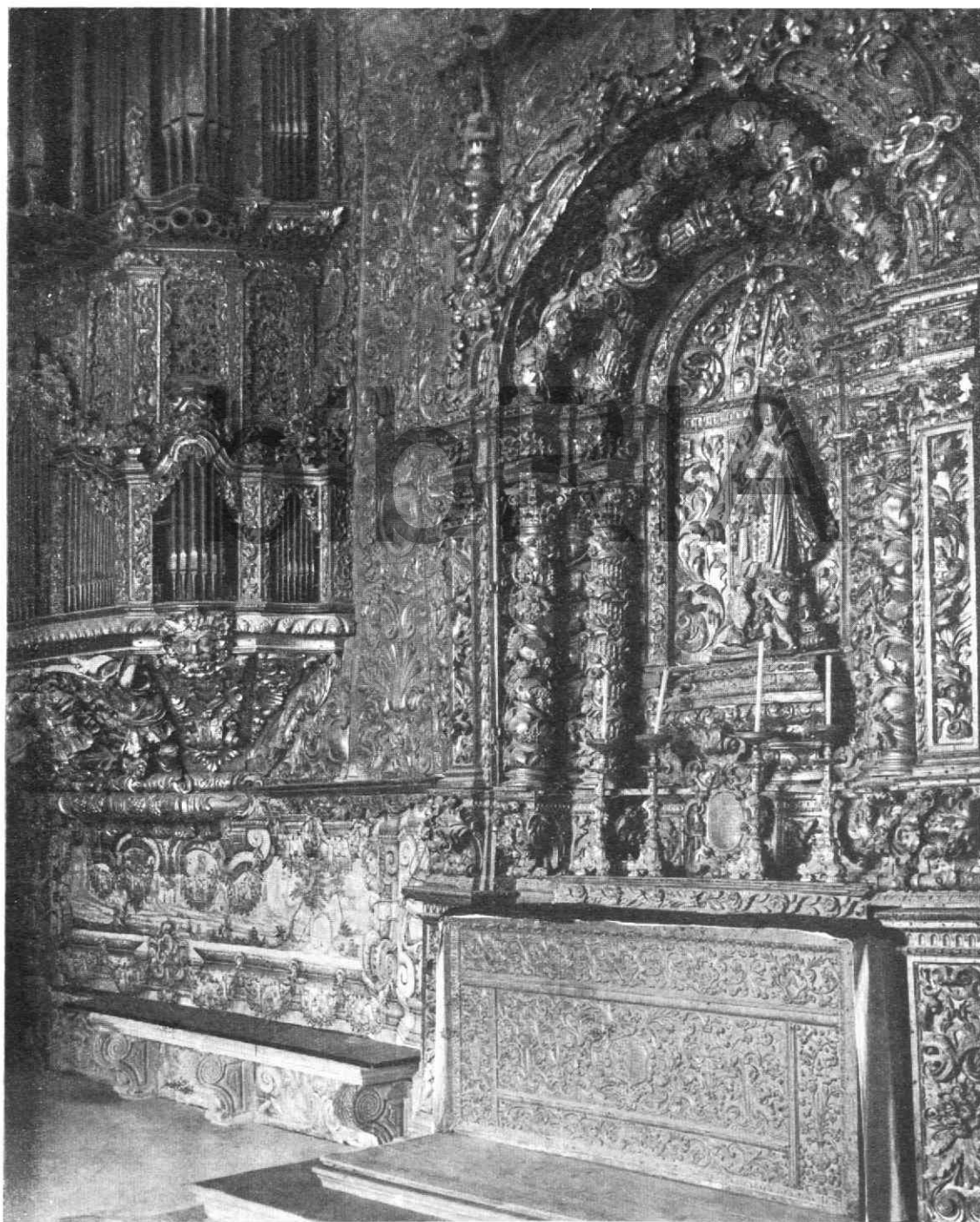
2.º — O barroco em parte italianizante de D. João V (1706-1750);

3.º — O rocóco de D. José (1750-1777) a quem em parte se sobrepõe o estilo pombalino da reconstrução de Lisboa.

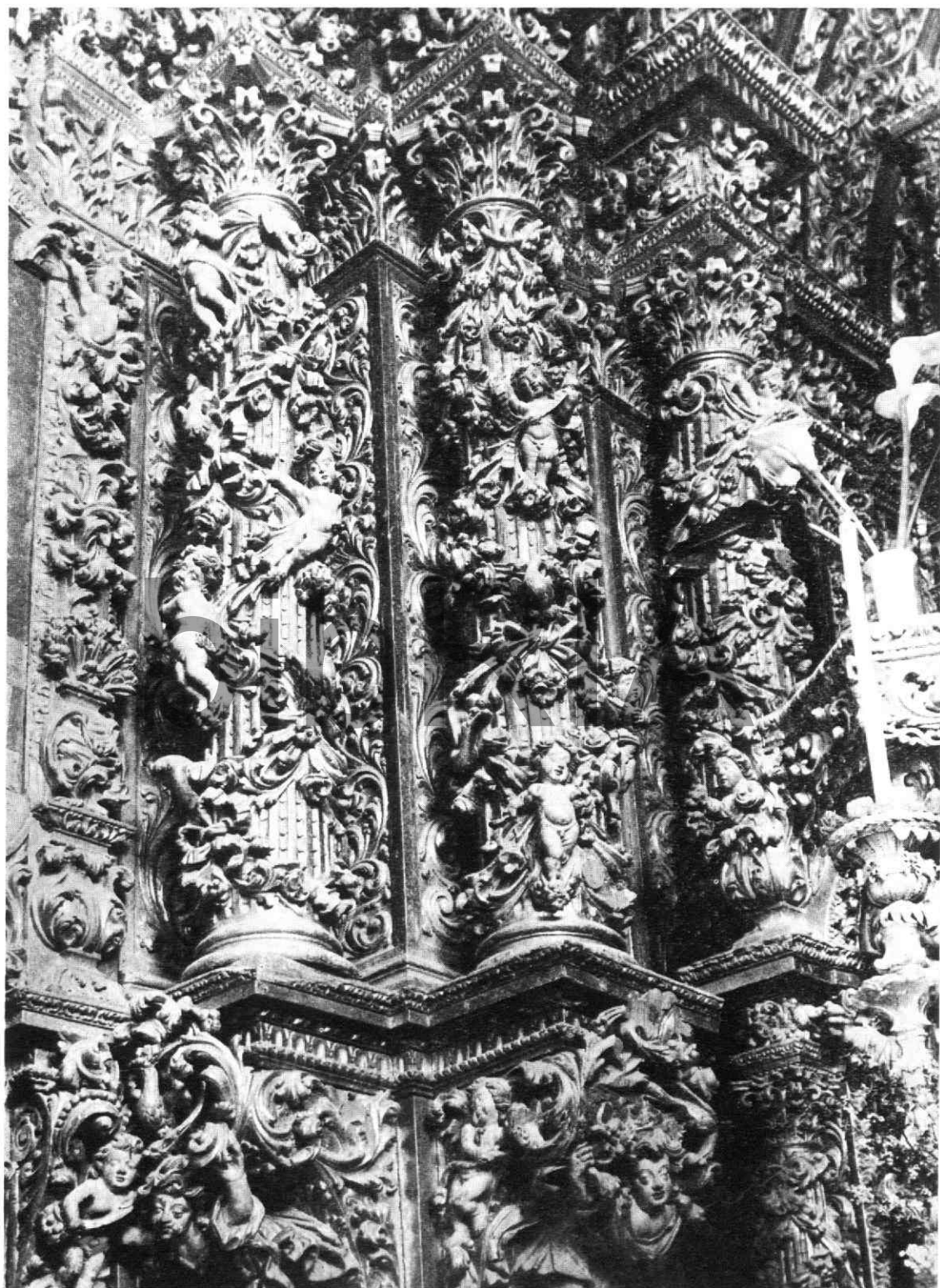
Queríamos transcrever mais, muito mais e fazer um estudo comparativo das opiniões dos grandes mestres, mas tiraríamos a este trabalho o carácter de síntese que o pretendeu orientar deste o início.

Passaremos então agora a apontar alguns nomes grandes do Barroco português nas diferentes Artes, para daí seguirmos para as particularidades do Barroco Northenho. E porque partimos do todo para a unidade, a última parte do nosso trabalho visará a centrar o papel do Barroco Aveirense na História da Arte, sua importância e razão do nosso orgulho.

O primeiro nome a que temos de nos reportar é o de Filipe Tércio que usando na sua obra formas



Órgão setecentista da Igreja de Jesus



Ângulo e pormenor de talha barroca da Igreja de Jesus

clássicas mas já com sentido de espaço, fundou uma escola de arquitectura, donde saiu a geração de arquitectos que deu à arte do séc. XVII as primeiras formas Barrocas Nacionais, com Baltazar Álvares, à frente, autor da igreja dos Grilos no Porto e considerado por Reinaldo dos Santos o primeiro mestre do Barroco Português. Surgem também os Tinocos e os Turrianos com bastantes obras no norte.

No fim deste séc. e começo do século XVIII, surge um mestre famoso — João Antunes (1683-1734). Há depois com D. João V, Ludovici, Nazzoni, Mardel e na segunda metade do séc. XVIII, Machado de Castro, entre outros grandes.

Assinalam-se ainda na segunda metade do século XVIII Machado de Castro e António Ferreira, na arte dos presépios, de barros policromados.. Isto para considerarmos a arquitectura e a escultura como marcos modelos, que às outras artes serviam de inspiração e onde não deixaram de revelar-se também artistas de maior mérito. Lembre-se, por exemplo, o já citado Ludovici, que era ourives em Roma e veio a ser arquitecto régio em Portugal.

Artistas ignorados muitos mais haveria que citar, até porque em Braga, Guimarães, Aveiro e Barcelos se situaram grupos de entalhadores que estenderam a sua arte regional por capelinhas e santuários das aldeias, em tal profusão que «em 1788 passavam de 3 000»!

Mas dizíamos que há um cunho especial de Barroco nortenho. E assim é de facto. R. Smith apresenta-nos cinco pormenores característicos do barroco do Norte:

- 1.º — sanefas e enquadramentos de janelas;
- 2.º — púlpitos escultóricos;
- 3.º — arcos cruzeiros elaborados;
- 4.º — pilastras interrompidas por mísulas e imagens, conhecidas por «quarteirões»

e finalmente

- 5.º — retábulos de vários andares.

Isto é o bastante para compreendermos como o Norte imprimiu carácter a este estilo, como o Norte o acarinhou e desenvolveu, como o Norte é ainda hoje um livro aberto aos estudiosos do Barroco. Braga, Porto, Aveiro, orgulham-se dos seus conjuntos, mas sem rivalidades. Também nós, pretendendo considerar o Barroco de Aveiro na sua originalidade, não o impomos a honras de primeiro centro, mas sim de importante centro, posição fundamentada não só no seu rico espólio, como nas referências elogiosíssimas dos mestres.

Para uma pormenorização dos valores artísticos da nossa terra, há que fazer apelo à obra mestra de mestre Nogueira Gonçalves — «Inventário Artístico de Portugal» da Academia Nacional de Belas Artes, onde

no volume referido à Zona Sul vem a descrição pormenorizada dos nossos principais valores desta época. Assim, ressaltam na descrição: a igreja da Misericórdia, «Maneirista» que já Marques Gomes estudara, considerando em 1623 concluído o corpo da igreja, mas que é nos meados do século XVIII enriquecida por pinturas sobretudo na capela-mor.

A Igreja do convento de S. Domingos — Sé actual — com considerável ornato do século XVIII, sobretudo no coro alto, no tecto geral, na frontaria e decoração.

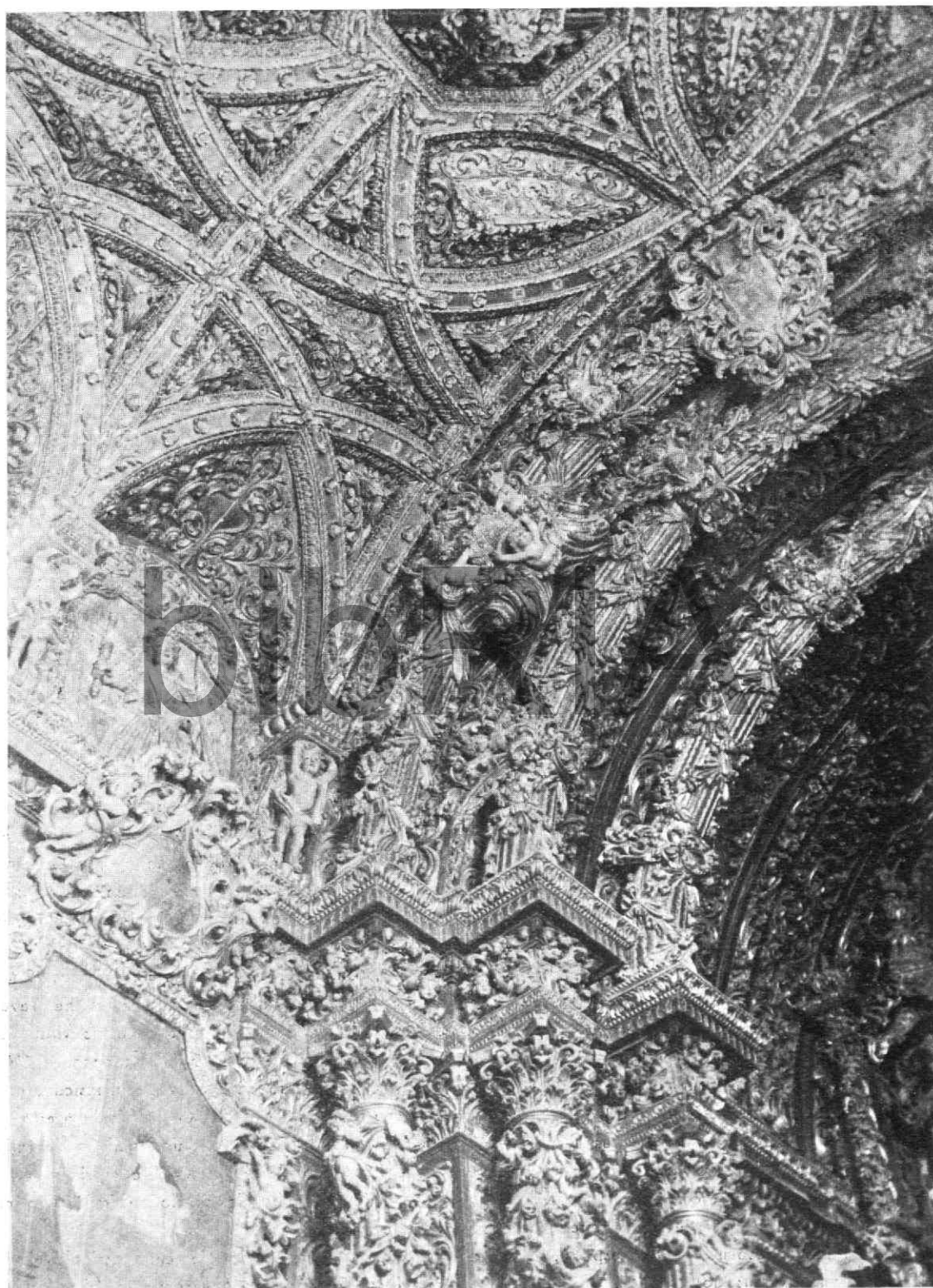
No Museu de Aveiro, antigo mosteiro de Jesus, com a fachada e a antiga casa do Lavour (onde morrera Santa Joana), transformada no século XVIII, com decoração de 1734, há ainda a **igreja**, de riquíssima talha de madeira dourada, caracterizada por uma decoração feita por fases, que vão do barroco inicial para o barroco pedrino típico e com uma terceira fase de estilo joanino — primeira metade do século XVIII. Completando o seu conjunto, há o órgão da segunda metade do século XVIII e finalmente o coro-de-baixo, onde se encontra o túmulo da Infanta, obra prima de João Antunes, de 1711, com surpreendentes embutidos de mármore de Carrara.

Do mesmo edifício, destacam-se ainda a capela de Nossa Senhora do Rosário, alguns retábulos e altares, azulejos, peças de ourivesaria (custódias, galhetas e pixides), paramentos, pluviais, casulas, dalmáticas), e finalmente peças de mobiliário, com uma curiosa carruagem do 1.º bispo de Aveiro, D. António Gameiro de Sousa.

Temos ainda da época barroca inicial a igreja do convento do Carmo (1628-1643) com o seu muro frontal de 1711. Nesta data em que se completava o túmulo de Santa Joana, João Antunes ou seus auxiliares, estavam então em Aveiro e talvez possa aventar-se a hipótese de ter sido nessa altura aproveitada a oportunidade da presença dos artistas para outras realizações. Não nos parece inverosímil.

De considerar também a igreja das Carmelitas, valorizada pela talha dourada que lhe reveste as paredes e que é da época que temos vindo a tratar e a da Ordem Terceira de S. Francisco — 1677-1682 — barroco do fim do século XVII e transição, com arco cruzeiro revestido à século XVIII e unida a esta, a igreja do convento de Santo António, também de talha dourada, frontaria do século XVIII e sacristia, em que a decoração de talha do século se impõe ao conjunto arquitectónico.

Temos ainda como elemento assinalável a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, obra arquitectural de duas épocas — primeira metade do século XVII e segunda metade do século XVIII, mas revestida a talha dourada dos reinados de D. Pedro II e D. João V, com predomínio de sanefas posteriores.



Aspecto abobadado da Igreja de Jesus

Esta igreja conserva em barro uma linda Trindade e tem de prata ou talha, valores decorativos dignos de menção. Há ainda a capela de S. Gonçalo, com retábulos comuns da época, a finalmente para completar a série barroca de arte sacra, a capela do Senhor das Barrocas — 1722. Esta «ressalta por um valor arquitectónico de mestre (não regional) e pela abundante talha de que é revestida internamente». Estes os principais conjuntos assinalados na própria cidade, que Nogueira Gonçalves no seu trabalho exaustivamente assinala, tal como o faz para os concelhos e freguesias, numa sistematizada inventariação, que muito nos facilita hoje a consulta e localização. Vimos assim que há bons exemplares arquitectónicos de **Maneirismo** do século XVII e Barroco propriamente dito na cidade, sendo melhor, contudo, o núcleo de talha dourada. A igreja do Museu é sala de visitas dessa belíssima talha, que mantém todo o seu encanto, graças à obra perfeita de restauro a que foi sujeita. Há ainda, além da arte religiosa, na própria cidade, a assinalar uma série de edifícios da época, com referência especial para as construções do século XVII que ficam nas ruas Barbosa Magalhães, Manuel Firmino, alto da rua Larga e para o prédio da rua de Santa Joana do primeiro terço do século XVIII, bem como outros nas ruas do Carril e rua do Gravito, sendo nesta um deles da segunda metade do século XVIII. Muito mais poderíamos citar, sem dúvida, se a síntese a que nos propusemos não nos limitasse em cada capítulo o trabalho comparativo que seria interessante levar a cabo. Passaremos então a reunir as opiniões sobre o Barroco de Aveiro, que vindo de figuras ilustres, no domínio da História da Arte, nos dão a certeza de quanto a nossa terra conta e vale no estilo Barroco de que se honra.

* * *

Neste capítulo, repetimos um apelo, que nos veio de herança: urge dar à arte da nossa Aveiro a importância que merece, visto que temos pouco, sem dúvida, mas temos muito bom e muito digno de ser devidamente apreciado, dado que dos fins do século XVI aos fins do século XVIII, Aveiro teve a sua mais alta fase de enriquecimento artístico, que lhe marcou um lugar na História da Arte. Esse lugar foi oficialmente reconhecido já em 1949, no Congresso Internacional de História da Arte; desse congresso há que recordar o volume «L'Art Portugais» que a Academia Nacional de Belas Artes para ele editou, em que Reinaldo dos Santos nessa síntese, exigentemente seleccionada, afirma: «...mas um dos focos mais fecundos, foi certamente o de Aveiro, centro principal do barroco do século XVII, a que pertencem a Misericórdia (1597-1622); Carmelitas (1628-1649); S. Gonçalo, de plano octogonal (1606);

Carmo (1643); S. António (1693) e sobretudo a Igreja de Jesus, reconstituída depois de 1592 e que constitui um dos conjuntos mais belos da arte do século XVII no norte do país».

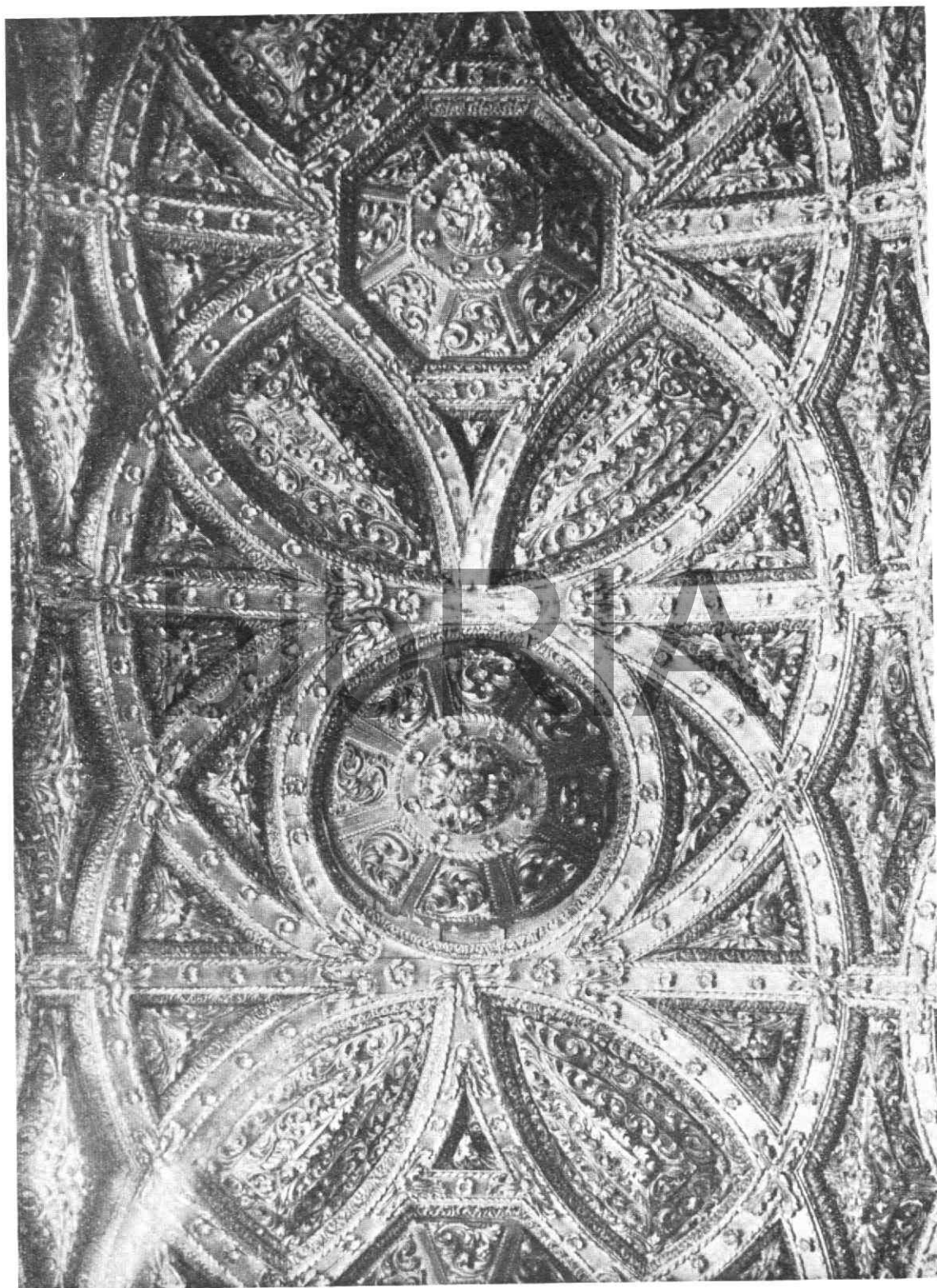
Nesse mesmo congresso o professor da Universidade de Filadélfia, Dr. Robert Smith, a quem já fizemos referência e a quem muito gratamente prestamos as nossas homenagens, apresentou uma comunicação em que apontou a Igreja das Barrocas como «um dos mais interessantes exemplares da arte escultórica do Barroco Nacional», apresentando ali em projecção um pormenor do referido monumento.

Por este mestre foi feita uma valiosa colecção de diapositivos coloridos dos melhores valores do Barroco Aveirense, que enviou ao Director do Museu Regional de enião, e que à altura do seu falecimento não apareceu. Aveiro espera poder contar com S. Ex.^a para lhe permitir a cedência de uma cópia desses diapositivos que tão útil se tornará à divulgação fotográfica do nosso património artístico. Considerando extra-congresso e em pormenor, as opiniões destes dois mestres sobre o núcleo aveirense, seleccionámos:

De Reinaldo dos Santos, na sua «Escultura em Portugal», edição de luxo, e cuja capa colorida apre-



Parte do muro frontal e entrada para a igreja do Carmo



Por menor do tecto da Igreja de Jesus, de abóbada geométrica

senta uma figura escultórica do Museu Regional, o seguinte:

...«S. Miguel de Alfama, Arouca e Aveiro, oferecem-nos três espécimes de carácter completamente diferente da estatuária portuguesa do reinado de D. João V»;

...«A Senhora da Piedade foi um dos temas mais repetidamente tratados pelos escultores do século XVII. Uma das mais belas é certamente a da Igreja de Jesus de Aveiro»; e finalmente sobre as figuras que lhe mereceram honras de capa: ...«modeladas e estofadas em madeira são as duas figuras de «ballet» do convento de Jesus de Aveiro, cujos corpos moços de bacantes se envolvem em túnicas que um sopro pagão agita em ritmo de dança. Destas figuras, particularmente encantadoras, podem aproximar-se os numerosos anjos candelários que acompanham com frequência os altares barrocos da primeira metade do século XVIII».

R. Smith na sua obra «A Talha em Portugal» diz-nos entre outras afirmações: ...«Juan de Arfe e Villafañe ilustra a composição de acanto, formando oito, no terço interior duma coluna jónica com as folhas envolvendo uma figura humana, muito parecida com a dos famosos painéis da capela do convento de Jesus de Aveiro, do começo do século XVIII» e ainda: «a segunda campanha da talha de Jesus produziu o vistoso órgão de 1739» e pouco adiante: ...«o retábulo da capela-mor da igreja oitavada das Barrocas, cuja portada barroca é atribuível a Laprade, fala uma linguagem em duas dimensões...».

Citações abundantes e honrosas de mestres. A alusão à capela das Barrocas reservámo-la propositadamente para o fim, porque ela tem merecido considerações da maior seriedade e tem sido objecto de opiniões diversas quanto ao problema do seu autor.

Aventaram-se os nomes de João Antunes, Ludovici e Laprade. O primeiro possível por ser o autor do túmulo de Santa Joana e pelas analogias das Barrocas com a Igreja de Santa Cruz de Barcelos, que é da sua autoria. O segundo, mestre com o seu nome ligado a Mafra e Coimbra, foi por Aarão de Lacerda e pelos aveirenses Marques Gomes, Ferreira Neves e Alberto Souto, apontado como possível arquitecto. Mas é Laprade, escultor do túmulo de D. Manuel de Moura Manuel, na Vista-Alegre, sua obra-prima, o mais apontado por Virgílio Correia, e também por Alberto Souto, para a parte escultórica.

Da mesma igreja se ocupou em 1936, no Arquivo do Distrito de Aveiro, o Dr. Ferreira Neves, como dissemos; e na mesma revista, o Dr. António Nascimento Leitão, em 1945, rebatendo com documentação fotográfica a opinião de Marcel Dieulafoy que a considera «uma transcrição em neo-manuelino muito elegante dos baptistérios de Florença e Pisa» e só lhe encontrando semelhança, e vaga, com Florença, por ser octogonal!

No Arquivo do Distrito de Aveiro n.º 10, de 1937, apresentada e comentada pelo Dr. Ferreira Neves, vem reproduzida uma memória sobre Aveiro, de Pinho Queimada, feita em 1687 que nos diz: ...«Em todo o reino não há igreja da Misericórdia que iguale a desta vila pela sua majestade e beleza: foi riscada por um arquitecto florentino».

Mais tarde a opinião de que o traçado pertenceu a Filipe Tércio foi apresentada por Marques Gomes e aceite pelo Dr. Reinaldo dos Santos e outros estudiosos. Todavia, a mais bem fundamentada documentação virá, quando, pelo senhor D. Domingos Pinho Brandão, forem trazidos a público os elementos preciosos de identificação que já expôs em comunicação apresentada na quinta reunião de Conservadores, levada a efeito no Museu de Aveiro. Ali Sua Ex.^a Reverendíssima, em trabalho intitulado: «A talha dourada em Aveiro — Subsídios para o seu estudo» — por enquanto só guardado em gravação — deu informações seguras, positivas e bem documentadas sobre o trabalho «dos entalhadores, escultores e douradores que enobreceram os monumentos da cidade e do seu termo», como se lê nas conclusões dessa reunião, apresentadas pelo actual director do Museu, Dr. António Manuel Gonçalves, que aí também nos dá conta de como «programou e realizou a primeira secção de «Arte Sacra Barroca», inaugurada no referido Museu pelo Chefe do Estado em 6 de Julho de 1959. Posteriormente (1962) foi enriquecida com a abertura ao público da secção de Pintura, no andar superior, em que o segundo compartimento da sala III e as salas IV e V, são também de Pintura Barroca. E neste recordar de nomes que no presente têm acarinhado a Arte da nossa Aveiro, abrimos um parêntesis para lembrarmos o entusiasmo de Joaquim de Mello Freitas e de Marques Gomes, organizando exposições em 1882 e 1895 e publicando obras já de mentalização das massas, para descobrirem o interesse destes trabalhos. Voltando à obra actual, é aqui devida uma palavra às «Efemérides Aveirenses» que nos oferecem documentação preciosa para melhor conhecermos, através da síntese tão necessária à época actual, as condições sociais da época artística que referimos, entre outras, e que António Cristo compilou e estudou, através dos sumários de documentos fornecidos pelo infatigável estudioso Padre António Brásio; como há que lembrar Rocha Madail, que no esforço de leitura de documentos históricos preciosos (já publicado o 1.º volume da Colectânea por ocasião do Milenário de Aveiro — 1959) particularmente do Distrito de Aveiro, tem queimado a sua vida na fadiga duma busca incansável; e finalmente o Padre Domingos Maurício, que no seu volume 1/3 sobre o Mosteiro de Jesus de Aveiro apresenta, além dum trabalho de pesquisa e coordenação histórica de todos os elementos do referido mosteiro, um apêndice

bibliográfico e iconográfico que, referindo-se em particular ao culto de Santa Joana de Portugal e no Estrangeiro, tem a virtude de fazer o registo exaustivo de publicações de carácter iconográfico, onde vêm obras e autores, que à Arte da nossa Aveiro muito deram e que estudados em pormenor, muitos mais elementos nos dão e muitas mais referências levam longe, sobre esta terra querida, que tanto queremos ver justamente apreciada.

Pròpriamente dos estudiosos do seu Barroco, assim fundamentado, quanto mais havia que dizer! Quanto havia que citar sobre os estudos dos barristas avei-
renses do século XVIII, sobre a Ourivesaria, da mesma época, honrosamente divulgada pela «Ourivesaria em Portugal» de João Couto e António Gonçalves; sobre os maravilhosos paramentos, já divulgados também, ainda que de forma incipiente, cremos, mas que são

obra a realizar. E quanto mais a arte dos séculos XVII e XVIII deixou em Aveiro para aprofundar e ajudar à sua história!

Síntese de divulgação, dissemos ser o carácter deste trabalho. Originalidade do Barroco de Aveiro, o título que para ele escolhemos. Chegando ao fim, não nos sentimos, de modo algum, com o propósito inicial realizado. A matéria é vasta, vastíssima, para situar num artigo só. Mas se através dele, tivermos contribuído para que os novos e muitos interessados leitores que a revista da Junta Distrital já hoje tem, tenham aproveitado para estudarem, compreenderem e apreciarem o Barroco da nossa Aveiro, — esse Barroco tão injustamente tratado outrora, — sentimos então, que apesar das lacunas que apresenta, valeu a pena. Servir a nossa terra é o nosso lema, o lema desta Junta e nesse espírito, todo o esforço conjugado é necessário.

bibRIA



A aclamação de D. Miguel I em terras do distrito de Aveiro

Pelo Dr. Serafim Gabriel Soares da Graça

A recente trasladação dos restos mortais do rei D. Miguel I e da rainha sua esposa e dedicada companheira de exílio para o Panteão da Real Casa de Bragança e que, sob o impulso de um alto pensamento o Governo da Nação promoveu, veio trazer-nos à lembrança a recordação de narrativas, ainda que muito vagas, que se ouviam contar a pessoas de avançada idade sobre as lutas que na primeira metade do século passado se travaram entre aquele monarca e seu irmão D. Pedro IV.

Pelo que toca a terras nossas são muito escassas as notícias que chegaram até nós, a tal respeito; e quanto a fontes documentais propriamente ditas, as coisas também não vão muito além. Com a mudança dos arquivos pertencentes às câmaras das antigas vilas dispersou-se e levou descaminho a maior parte dos livros das actas, que eram abundantes repositórios de elementos históricos que com a maior vantagem se podiam aproveitar para fazer uma narração completa e desapassionada dos acontecimentos verificados nesse período agitado da vida portuguesa. Seriam estas as principais fontes de que se poderia lançar mão para tal efeito pois não se pode contar muito, neste caso, com a tradição oral ou documentos particulares, por acontecer que muitas vezes no seio de algumas das famílias mais preponderantes militavam partidários apaixonados das duas facções políticas opostas, e que, por decore familiar, ocultavam certos factos sucedidos, ainda que os tomassem como reprováveis.

O que se passou então em terras nossas nesses conturbados e já tão distantes tempos? Desejo cingir-me, por agora e tão somente, a algumas das povoações que tendo sido sedes de município se acham incorporadas no território de que é formado hoje o concelho de Águeda—designadamente Assequins, Recardães e Ois da Ribeira.

Pelo que respeita à primeira, socorro-me do que no seu precioso livro «ÁGUEDA» diz o ilustre escritor Dr. Adolfo Portela sobre o que se passou em terras de Águeda no período que precedeu a subida de D. Miguel ao trono e um pouco mais adiante. A câmara de Assequins reunia em 1820 para prestar juramento

à Junta Provisional; mas passados três anos já as forças miguelistas batiam no Marnel, junto ao Vouga o exército liberal que, fugindo para o Porto, foi refugiar-se na Galiza.

Afirma o Dr. A. Portela não ter encontrado as actas da câmara da antiga Vila de Assequins respeitantes ao período que decorre de 1827 a 1830, pelo que não é possível historiar o que se passou por ocasião da aclamação de D. Miguel; entretanto do manifesto que ele dirigiu ao país foi dado solene conhecimento em sessão de 22 de Abril de 1832, perante as autoridades e povo. No mesmo livro publica o Dr. A. Portela uma lista de indivíduos de terras de Águeda que se achavam presos nas cadeias de Aveiro em 1831. Deve ter sido este o acontecimento de maior monta entre os sucessos verificados por essa ocasião nas terras já referidas. De maiores atropelos lutas ou vinganças não chegaram notícias precisas até nós, o que, com justificada satisfação o afirmamos—nos leva a concluir que entre as gentes desta parte do Distrito não se cometiriam grandes excessos... Sessões várias de câmara, TE DEUMS, luminárias e foguetes, umas vezes por D. Miguel outras vezes por D. Pedro—«os homens da nossa terra iam cumprindo oficialmente o seu dever de cidadãos portugueses»—como tão ajustadamente diz o citado escritor (...).

* * *

E de Recardães que notícias chegaram até nossos dias? Ainda menos se sabe. Estava ali instalada, calma, sossegadamente em 1822 uma câmara liberal, que, segundo um apontamento que tirei de um memorial particular da época era assim constituída:

Substituto do Juiz, o Dr. Joaquim Gabriel Soares da Graça, natural do lugar da Borralha, que então pertencia ao Julgado de Fora de Recardães. Presidente, António Pinto Ferreira de Vasconcelos, de Ancas, terra bairradina até onde se estendia a jurisdição do mesmo Julgado. Vereadores: o Dr. António Joaquim Freire, de Paradela, freguesia de Espinhel e Francisco Rodrigues da Costa Simões, também do mencionado lugar da Borralha.

Substitutos dos vereadores: Manuel Francisco Estima, de Recardães, António Nogueira, do Crasto, desta mesma freguesia e José Ferreira Carapito, da Vila de Recardães também. Dos partidários de D. Miguel, não se alcança passo algum por ali.

* * *

Resta-nos falar de Ois da Ribeira antiga Vila também. Se não fosse um velho livro que contém algumas actas da sua câmara, era um desconhecimento completo do que se passou por estas terras e se relaciona com os principais acontecimentos da época a que nos vimos referindo. É justamente da acta que respeita à aclamação do rei D. Miguel em terras de Ois, que vou transcrever o respectivo auto que é datado de 1 de Maio de 1828, e com ele remato estes breves apontamentos.

Notam-se na acta algumas palavras corroidas pela tinta, sendo outros de impossível leitura, ainda que poucas.

Quanto ao mais faz-se fiel transcrição do documento:

Auto de Camara extraordinario a que deu lugar a aclamação do Serenissimo Senhor D. Miguel primeiro Rei Absoluto de Portugal, Algarve e seus Dominios.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e vinte e oito anos ao primeiro dia do mes de Maio do dito ano nesta Vila de Ois da Ribeira e Casas dos Paços da Camara onde eu escrivão vim com Joaquim Francisco Alves Veriador mais (falta uma palavra que deve ser velho) servindo de presidente no impedimento do actual Doutor Juiz de Fóra da Vila de Eixo de quem esta é anexa, João Tavares da Silva Veriador immediato, João Teodoro, Veriador mais novo, José Batista Marques Procurador do Concelho da Camara desta Vila e seu termo por S.M.F. que Deus guarde, etc., onde igualmente se achavam reunidas as pessoas do Clero, Nobreza e povo abaixo assinadas todos do concelho da mesma Vila por todos foi unanimemente dito que não podendo conter dentro em seus corações os sentimentos de prazer regosijo com que veem estar à testa do Governo destes reinos o serenissimo Infante o Senhor Dom Miguel, julgam de seu dever manifesta-los e faze-los patentes a todo o mundo e para haver um testemunho mais decisivo do seu amor e fidelidade que já há muito consagram ao mesmo Serenissimo Senhor e dos sinceros e ardentes desejos que tem de serem por ele governados em seu nome pois que estão bem convencidos de que nele concorrem aquelas excelentes virtudes e brilhantes qualidades que o fazem um Monarca Digno deste nome e do Amor de seus Vassallos é por isso que eles tomam a firme resolução

de aclamar como desde já aclamam ao Serenissimo Senhor Infante D. Miguel como Rei Absoluto destes Reinos e desde já lhe juram e protestam uma perfeita obediencia, amor e fidelidade como seus verdadeiros subditos e lias vassallos. Em ocasião de tão justa como cordial (?) resolução..... de prazer e alegria..... pelo assinalado beneficio de lhes haver dado e restituído um Príncipe Real que imitando as reais virtudes de seus fará a glória e felicidade da Nação Portuguesa como é de esperar. Viva a nossa Santa Religião unica Católica Apostólica Romana. Viva o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel primeiro, Rei Absoluto de Portugal. Viva a Nossa Imperatriz Rainha. Viva a Dinastia da Real Casa de Bragança. Vivam os fieis e verdadeiros Portugueses. E para constar se lavrou este auto onde assinam os cívicos da Camara, Clero, Nobreza e povo e eu Joaquim Pires Soares escrivão da Camara que o escrevi e assinei.

O Veriador mais velho, Presidente — Joaquim Francisco Alves — O Veriador immediato — João Tavares da Silva — O Veriador mais novo — João Teodoro — O Procurador do Concelho — José Batista Marques — O escrivão da Camara — Joaquim Pires Soares, António José da Mota, Prior d'Ois da Ribeira — O Padre Cura António Lemos (?) de Almeida — O Padre Cura de Espinhel Agostinho de Almeida Tavares — O Padre Jacinto Caetano dos Reis — O Padre João Alves Ferreira — O Padre Bernardino Francisco dos Reis — O Padre Manuel Pedro dos Reis — O Padre Manuel Pires Soares — O Padre Tomaz Batista Marques — O Padre José Ferreira Carvalhal — O Padre Jacinto Ribeiro da Silva.

José Pinto Guedes de Almeida Sotto Maior, Capitão Mór do Distrito de Ois da Ribeira e anexas — Bacharel Manuel Ferreira Coelho — O Alferes de Milicias reformado Jacinto Francisco dos Reis — O Alferes de Milicias António Pires Soares — João Francisco dos Reis — Mór António Joaquim Dias Reis — O escrivão das Cisas — José Pires Soares — O Professor de Primeiras Letras, Manuel Soares de Freitas — Manuel Carvalhal dos Reis, José Batista — José Joaquim de Almeida — Manuel Simões Neto — Manuel Alves Marques — José Duarte Ferreira (?) Francisco dos Reis — José Francisco dos Reis — José Ferreira Baeta — João Lourenço Dias, Manuel Francisco Claro — José Ferreira Baeta — João Lourenço Dias — José Alves Moraes — José Rodrigues de Almeida — José Francisco Estima — Manuel Francisco Estima — Manuel Fernandes Framegas — Tomaz Dias — José Tavares da Silva — Francisco Alves Estima — Manuel Francisco Claro o novo José Simões Alves — Joaquim Morgado (?).

O Aveirense Visconde de Seabra

Pelo Dr. Fernando de Oliveira

Passou em 1 de Julho do corrente ano o centenário da Carta de Lei que aprovou o Código Civil de 1867.

Cremos que para a maioria dos aveirenses tal facto se manteve encoberto na densa floresta da História Pátria.

Entretanto esse verdadeiro monumento nacional havia pautado a vida privada do país até precisamente um mês antes, mantendo-se em pleno vigor durante um século, cedendo apenas perante a magnificente actualidade doutra não menos gigantesca obra do engenho humano: o Código Civil de 1966!

E, mais do que isso, essa efeméride trazia à ribalta da nossa admiração o nome dum dos mais ilustres aveirenses de todos os tempos — que o era, e bem, pelas ascentrais raízes, pela seiva sorvida e pelas cinzas imortais.

Na verdade, António Luís de Seabra — para a História Visconde de Seabra —, não obstante ter nascido ao largo de Cabo Verde, em 2 de Dezembro de 1798, a bordo da nau «Santa Cruz», a caminho do Brasil, o certo é que a povoação de Mogofores, do concelho de Anadia, bem pode reclamar para si, muito justamente, a cidadania deste insigne Jurisconsulto, como veremos na breve resenha biográfica que vamos lembrar.

De Mogofores era seu pai, António de Seabra da Mota e Silva, magistrado judicial também.

Nomeado ouvidor para a Vila do Príncipe, província de Minas Gerais, para ali seguiu o magistrado António de Seabra com sua esposa, na já referida nau, em cuja viagem ocorreu o celebrado nascimento de António Luís de Seabra, no expressivo cenário do imenso e revoltado oceano.

Baptizado no Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro do ano seguinte, cedo se fixou na Metrópole lusitana.

Em 24 de Outubro de 1815 matriculava-se na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, onde concluiu o seu curso em 6 de Julho de 1820.



Com apenas 21 anos iniciou a sua fulgurante carreira na magistratura judicial em Aliandega da Fé, Trás-os-Montes, como Juiz de fora, em 1821.

Essa firme e brilhante escalada levou-o ao Supremo Tribunal de Justiça, com alguns patamares políticos de permeio, que muito haviam de inspirar a sua obra máxima.

Efectivamente, António Luís de Seabra, apaixonado defensor do liberalismo, passou das ideias à acção, ao intervir nas lutas liberais, principalmente nas revoluções de 1828 e 1846, enfileirando entre os Bravos do Mindelo.

Deputado em 1834 a 1861, em quase todas as legislaturas, o membro da Câmara dos Pares, desde 1862, atingiu o vértice do Poder Judicial quando lhe foi confiada a pasta da Justiça em 1852 e 1868.

E na Escola onde havia formado o seu espírito viria a pontificar através da honrosíssima qualidade de Reitor da Universidade de Coimbra, de 14 de Agosto de 1866 a 24 de Julho de 1868, depois de ter sido consagrado com o título de Visconde em 25 de Abril de 1865.

Personalidade complexa e rica em talentos, foi o Visconde de Seabra, além de profundo e arguto Jurisconsulto, estudioso filósofo, humanista erudito, poeta e prosador de grande craveira, jornalista fecundo

e activo, tendo chegado a traduzir e comentar obras dos clássicos Horácio e Ovídio e fundado 4 jornais.

O seu labor jurídico marca, no entanto, predominantemente toda a sua produção intelectual, culminando com a sua obra prima, que hoje nos faz reviver a sua figura: o nosso primeiro Código Civil.

Em resultado da sua fama de profundo Jurista, foi o Visconde de Seabra, por Decreto de 8 de Agosto de 1850, encarregado de elaborar um projecto de Código Civil, que concluiu em 1859.

Os seus talentos verteram-se decisivamente na defesa do seu projecto no seio da Comissão Revisora, de que naturalmente fazia parte.

Em 1865 concluíram-se os trabalhos de revisão, com o triunfo quase total dos pontos de vista do autor do Projecto, pelo que bem se pode dizer que o Código Civil, promulgado em 1 de Julho de 1867, como dissemos, é obra do Visconde de Seabra.

E para se avaliar a decisiva importância desta codificação na vida e História nacionais bastará lembrar

que ela colocou Portugal ao nível dos países mais civilizados, pela técnica e pelas soluções perfilhadas.

Mas nem só pela ancestralidade podemos reivindicar o Visconde de Seabra para a galeria de honra dos grandes vultos do distrito de Aveiro, ao lado de Guilherme Moreira, Barbosa de Magalhães (Pai e Filho), Manuel de Andrade e outros.

Em Mogofores, na verdade, viveu o Visconde de Seabra largos anos, aí trabalhando activamente, na elaboração do projecto do Código Civil, criando família e expirando em 29 de Janeiro de 1895, quase centenário, como viria a ser a sua notável obra prima.

Eis, pois, a razão da oportunidade desta evocação que, na sua singeleza, pretende ser, acima de tudo, a homenagem das gentes deste laborioso rincão nacional.

Curvemo-nos, portanto, sentidamente ante a memória deste aveirense de raça.

Aveiro, Setembro de 1967.

bibRIA



A pesca do Bacalhau nos mares da Gronelândia

Pelo Dr. Amadeu Eurípedes Cachim

Director da Escola Industrial e Comercial de Aveiro

PRIMEIRA VIAGEM

Há já muitos e muitos anos, que, na época própria, airosos veleiros portugueses atravessavam o Atlântico, a fim de, nos bancos da Terra Nova, praticarem a pesca à linha.

Mas o peixe começou a escassear naquelas paragens e era necessário procurar outros bancos, onde houvesse abundância de bacalhau, para que os carregamentos dos lugres pudessem compensar as enormes despesas feitas pelos armadores.

Quase todas as empresas se encontravam arruinadas a esta indústria, com mais dois ou três anos, mais, terminaria toda a sua actividade.

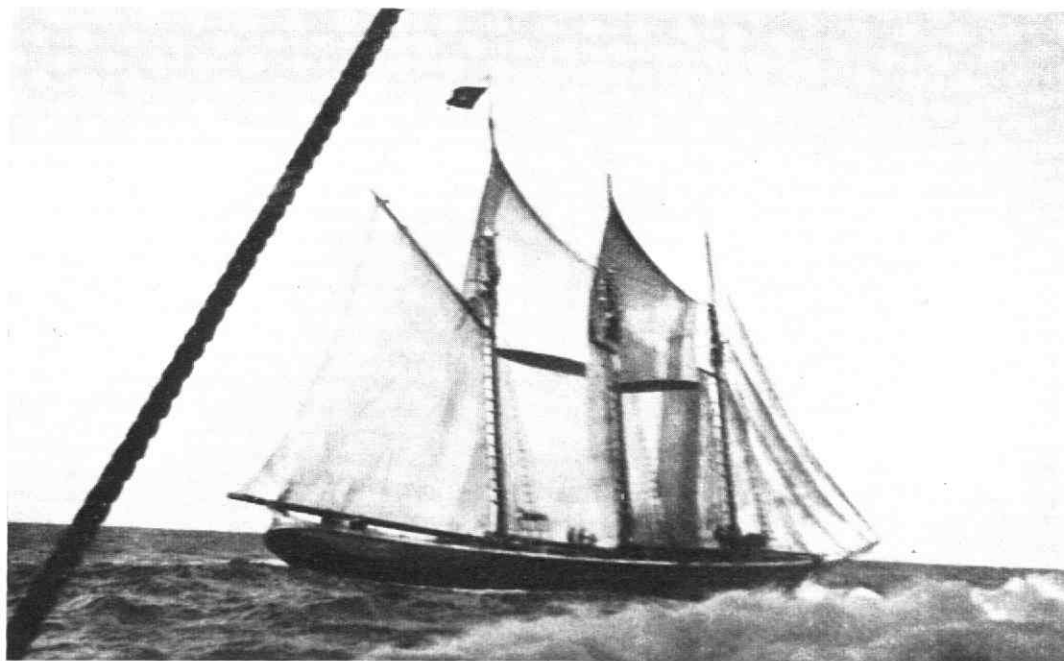
Nestes apuros, em 1930, um homem de Ílhavo, Capitão do lugre Santa Mafalda, tentou demandar os mares da Gronelândia, onde se dizia haver muito bacalhau.

Mas, por que se não tinha munido de todas as cartas daquela região, regressou à Terra Nova, depois de haver sofrido as inclemências do frio, nos mares gelados do estreito de Davies.

Estava, no entanto, lançada a ideia.

No ano seguinte, quatro navios «Santa Joana», «Santa Mafalda», «Santa Isabel» e «Santa Luzia», comandados respectivamente pelos Capitães João Ventura da Cruz, João Pereria Cajeira, Manuel dos Santos Labrincha e Aquiles Gonçalves Bilelo, todos de Ílhavo, depois de permanecerem nos bancos de Terra Nova, durante cerca de um mês, rumaram aos mares da Gronelândia, onde encontraram grande fartura de bacalhau.

— Alta madrugada, estrelas ainda no céu, os da «companha» são acordados por uma voz rouca e forte que, da boca do rancho, exclama: seja Louvado e adorado Nosso Senhor Jesus Cristo; são quatro horas, vamos arriar.



Ainda estremunhados, os pescadores saltam dos beliches e enfiam a roupa de oleado e as botas de água. Engolido à pressa o café, sobem, a correr, para o convés.

Então os dóris, munidos do estafego, da agulha de marear e da isca, são imediatamente arriados pelos teques e afastam-se do navio.

A remos ou à vela, lá vão eles para o lejo, à procura dum bom espalco, onde a trabalhosa e enervante faina da pesca possa ser compensadora.

Mas, como nos dias anteriores, o bacalhau não aparece.

À tardinha, depois de muita procura, todos regressam ao lugre, uns quase vãos e outros com peixe à sarreta.

A bordo é uma tristeza! Já passou um mês e ainda não se pescaram trezentos quintais.

De noite, naquela longa noite, em que nada se ouvia a não ser os gemidos monótonos produzidos pela oscilação lenta do navio e o tic-tac do relógio de cobre, pendurado na antepala, por baixo do alhoi, o Capitão não dormia.

Primeiramente, sentado na loca da Câmara, que um candeeiro de suspensão iluminava, com a sua luz amarelada e vacilante, falara com o piloto e com o contramestre; mas agora, no seu camarote, muito sozinho, não conciliava o sono. Pensava, pensava sempre.

Aos louvados, já ele estava no convés, sem ter pregado olho.

Reuniu então toda a companhia:

— Rapazes: aqui não fazemos nada.



É uma desgraça para nós e para os patrões!

Dizem que lá ao Norie, na Gronelândia, há muita fartura de peixe.

Quereis ir até lá?

Os pescadores, receosos, entrelhoaram-se e nada disseram.

Mas, passado aquele momento de indecisão, um dos mais velhos quebrou o silêncio: o senhor Capitão tem mulher e filhos, como nós.

Leve-nos, portanto, para onde quiser, pois temos a certeza de que vamos para bem.

Leve-nos para qualquer sítio, onde haja bacalhau, porque foi para o pescar que deixámos, lá longe e com tantas saudades, as nossas terras e às nossas famílias.

Surgiu então no Diário de bordo, que tenho na minha frente, a seguinte passagem:

«As dois dias do mês de Julho de 1931, estando o lugre «Santa Joana» ancorado na Virgin Rocks, a E do Main Ledy, como não houvesse peixe suficiente para o carregamento do navio, resolveu o Capitão suspender a amarra e seguir viagem para os bancos da Gronelândia.

Pelas 18,30 horas, começou-se a virar a amarra e, pelas 19 horas, fizemo-nos de vela ao rumo NE 4N, com vento W e todo o pano largo.

Juntos, na Virgin Rocks, estavam as seguintes lugres portuguesas: Santa Isabel, Hostense e Cruz de Malta. Navegámos com vento W regular e nevoeiro cerrado, não se vendo os navios, quando partimos».

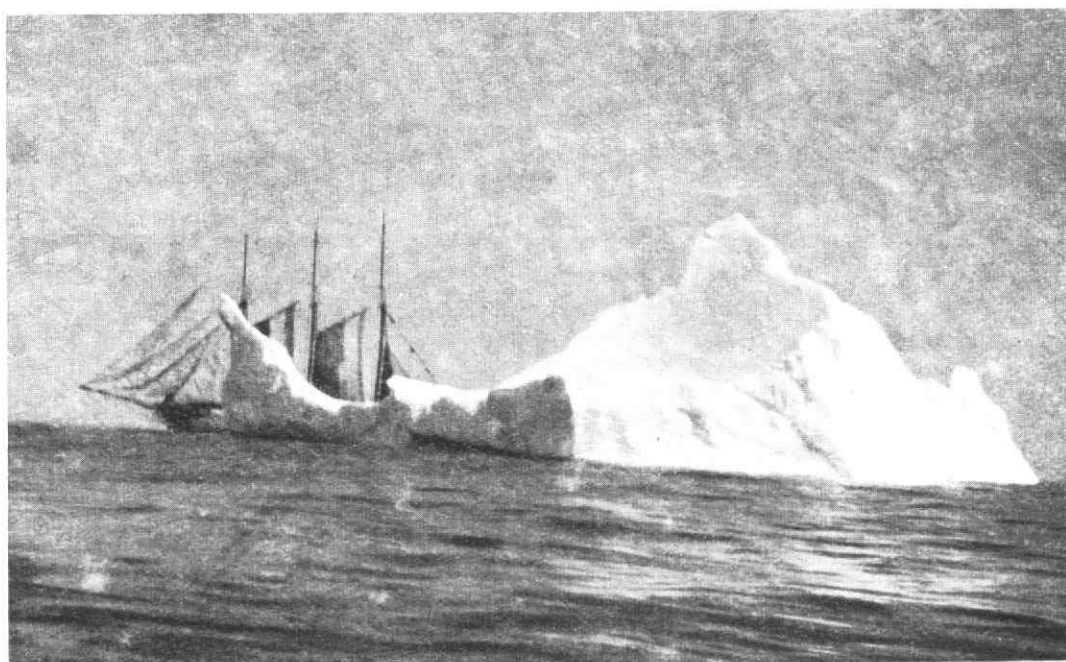


A viagem, que demorou treze dias, foi toda feita com tempo irregular. Algumas vezes havia vento muito fresco, com aguaceiros de neve e mar bastante agitado; noutras ocasiões, apenas se fazia sentir uma leve aragem, que mal fazia deslocar o navio, ficando este quase desgovernado, quando, pela tardinha, o vento acalmava por completo.

Assim se foi singrando, pouco a pouco, por águas desconhecidas e muito frias, que eram olhadas com desconfiança e um certo temor.

No dia 15, porém, pelas sete horas da manhã, passou à tala um vapor inglês, cujo comandante, depois de haver mandado parar as máquinas, forneceu algumas informações, muito úteis, a respeito dos mares da Groenelândia e sobre as condições de pesca nos seus bancos, chegando mesmo a oferecer algumas cartas daquela região.

Os tripulantes do «Santa Joana», até aí tão receosos e cepticos, sentem que uma grande alegria lhes invade os corações.



Mas, pela tarde desse mesmo dia, são avistadas quatro enormes ilhas de gelo, que, novamente, a todos causam grandes preocupações.

No entanto, a viagem prossegue, com a máxima cautela, sempre com vigias atentos, a prescrutar o horizonte, para que o navio se possa desviar de qualquer icebergue ou se não enfie para dentro de alguma zona gelada e, no dia seguinte, pelas 10 horas, segundo reza o «Diário» avista-se terra—a ilha da Gronelândia—toda coberta de gelo.

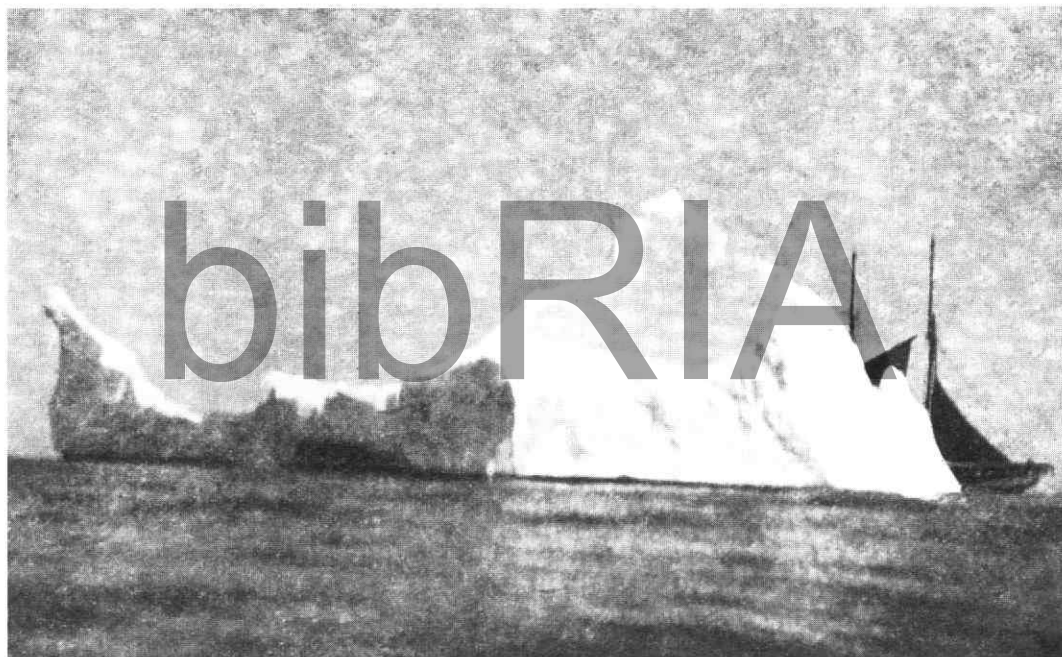
«Pelas 18 horas, sondámos em trinta braças, continuando a navegar, com tempo muito bom e claro.

Navegámos com vento bonançoso e terra à vista, ao rumo NE 4N, até que, pelas três horas, como houvesse calma e muito bacalhau à borda, ancorámos na posição de Lat. 63.40 N e Long. 53.00 W — Banco Fillas — com 50 braças de arame de 30 de corrente».

O «Santa Joana» manteve-se neste «BANCO» cerca de 21 dias, sempre com bom tempo e fazendo pescas abundantes.

Durante este período, a tripulação admirou-se bastante, não apenas com o facto de ser sempre de dia, chegando mesmo a ver-se Sol à meia noite, nos fins de Julho, mas também com os lindíssimos e variados aspectos que lhe oferecia a enorme quantidade de gelo, que, em grandes blocos, se estendia junto à costa e ainda com a extraordinária porção de aves marinhas—cagaras, painhos e pombaletes—cujos enormes bandos, ora pareciam núvens do céu, ora cobriam o mar, onde se deixavam apanhar com facilidade.

Também lhe causou certo espanto o extraordinário número de barcos a motor—palhabotes de dois e três



mastros—pertencentes a países nórdicos e ainda os muitos e grandes veleiros franceses—lugres e patachos—pescando ao trolej, que sulcavam aqueles mares, tão calmos, frios e brilhantes.

O Capitão dum desses «Trolers» deu a informação de que não havia ventos contra a praia, pois que os rumos predominantes eram o sudoeste e o nordeste.

Nestas circunstâncias, pôde o «Santa Joana» aproximar-se da costa, que era muito feia, alta e escarpada, e pescar aí grandes quantidades de bacalhau.

Foi nesta altura que muitos esquimós, ainda jovens, e vestidos com os seus trajos característicos, visitaram o navio, trocando peles de foca, de arminho, de urso e de raposa branca por café, chá e aguardente.

Estes jovens—rapazes e raparigas—que, com muita arte e ligeireza, se dedicavam também à faina da pesca, eram tripulantes dumas pequenas lanchas que, todos os dias, saíam dos estreitos e perigosos portos da Gronelândia.

Apesar de tudo, no dia 5 de Agosto, como o peixe começasse a escassear, resolveu o Capitão procurar outro pesqueiro, mais ao norte, onde, em menos tempo, pudesse completar o carregamento.

«Aos seis dias do mês de Agosto de mil novecentos e trinta e um, pelas seis horas, começámos a suspender a amarra e, pelas sete horas, fizemo-nos à vela, com todo o pano largo, ao rumo NNE com vento SW e tempo de chuva e nevoeiro.

No dia 7 pelas três horas, ancorou o navio no banco «Lille Helefisk» na seguinte posição: lat. 65.00 N e long. 53.30 W».

Arriados os dóris, em pouco tempo estes regressaram ao lugre, completamente carregados e, num abrir e fechar de olhos, todo o convés ficou inundado de peixe.

Sob o vigilante e atento olhar do capitão, começa, imediatamente, o árduo e exaustivo trabalho da escala e da salga, que se prolonga por muitas horas.

O esforço que os homens despendem não tem limites, mas a disposição é boa, porque compreendem que uma nova era de prosperidade se vai abrir para a arrojada e, até ali, tão desprotegida classe dos pescadores bacalhoeiros.

E a campanha prolonga-se até ao dia seis de Setembro, sempre com os mesmos perigos, os mesmos trabalhos, as mesmas saudades.

Todavia, no dia seguinte, quando todas as panas estão atulhadas e no porão não cabe mais nada; quando já não há outro sítio onde salgar bacalhau; quando o convés está debaixo de água e o navio não tem posse para mais carga, o Capitão, depois de tudo bem acautelado — as escotilhas devidamente cobertas e pregadas e os botes piados com segurança — manda içar, bem a tope, no mastro da mesena, a bandeira nacional e escreve no «Diário de Bordo»:



«Aos sete dias do mês de Setembro de mil novecentos e trinta e um, estando o lugre português «Santa Joana» ancorada no banco Lille Hellefisk, por ter completado o seu carregamento de bacalhau, foi dada por finda a campanha de pesca».

Pelas seis horas o Capitão mandou virar a amrra, para seguir viagem para Portugal, com destino a Aveiro.

Pelas sete horas fizemo-nos de vela, com todo o pano largo, ao rumo SE4½S.

Deus nos leve a salvamento.»

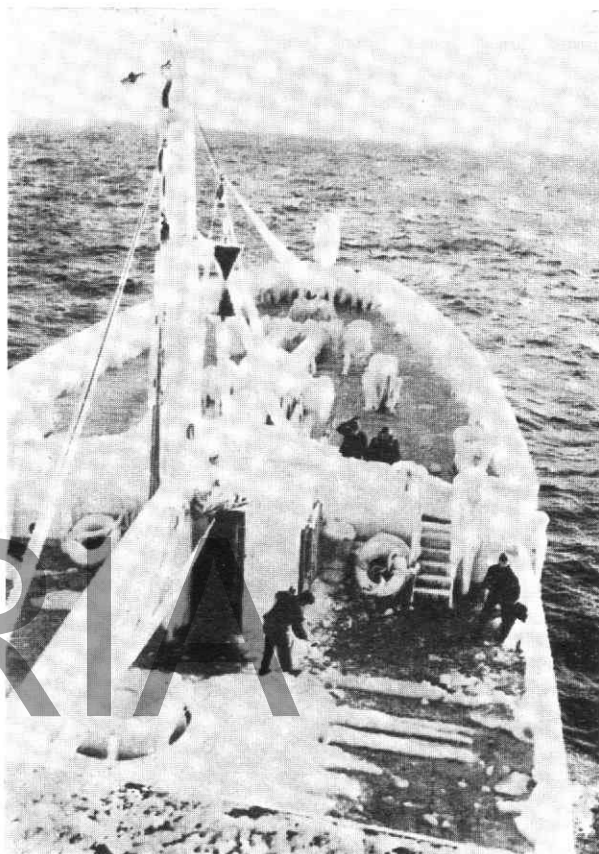
Quando, nos princípios de Outubro, os quatro lugres, que pescaram nos bancos da Gronelândia, chegaram a Portugal e demandaram os seus portos de armamento, houve grande alvoroço e muito regozijo entre as classes ligadas às actividades piscatórias.

É que, de todos os veleiros que, nesse ano de 1931, foram à pesca do bacalhau, apenas aqueles quatro — três deles pertencentes à Empresa de Pesca de Aveiro e o outro à Empresa de Pesca de Viana do Castelo — conseguiram carregamentos completos.

Em face destes resultados tão auspiciosos, imediatamente os restantes armadores resolveram mandar preparar os seus navios, para que a próxima campanha fosse exercida nos mares frios de Gronelândia.

Dá em diante, os carregamentos foram sempre mais ou menos compensadores, o que fez com que esta indústria—agora também orientada e grandemente auxiliada pelo Grémio dos Armadores—se tornasse maior, mais rica e mais progressiva.

É bom pois, que não sejam esquecidos aqueles quatro arrojados capitães e suas destemidas tripulações, bem como os armadores dos referidos navios, particularmente o Gerente da Empresa de Pesca de Aveiro, senhor Egas da Silva Salgueiro que, com a sua grande visão e iniciativa, muito contribuiu para o incremento e prosperidade da Indústria Bacalhoeira.



A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação

Pelo Coronel Diamantino Antunes do Amaral

Subordinado ao título «Subsídios para a história da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Aveiro», o Sr. Dr. Francisco Ferreira Neves publicou no n.º 3 da Revista «AVEIRO E O SEU DISTRITO», de Junho passado, um artigo em que afirma não serem exactas as conclusões que tirei acerca da actual Igreja de Nossa Senhora da Apresentação e que constam do artigo que publiquei no n.º 1 da mesma Revista.

Para «demonstrar» a inexactidão das minhas ilações, transcreve excertos de vários documentos, alguns dos quais coevos do assunto em discussão.

Não podendo, porém, concordar na totalidade com os argumentos em que baseou a «demonstração» que pretendeu fazer, venho hoje, afirmar que julgo estar mais próximo da verdade dos factos que o Sr. Dr. Ferreira Neves.

Desejo, contudo, que as ilações que formulo nas linhas que vão seguir-se, sejam mais do que a refutação de uma afirmação feita pelo Ilustre Director do «ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO», mas um pequeno contributo para a história daquela Igreja.

Vejamos, por isso, quais as conclusões em causa e que mereceram reparo ao articulista.

1.ª — As obras para a construção da actual Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foram começadas posteriormente a 1606.

2.ª — A mesma Igreja foi concluída em 1627, sendo posta ao serviço paroquial por Setembro do mesmo ano.

Trataremos separadamente cada uma das conclusões.

I

As obras para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação foram começadas depois de 1606

Estava dentro da lógica o que no meu artigo disse acerca do assunto; porém, a transcrição que faz, de um enxerto da Informação Paroquial de 1721, veio demonstrar, sem sombra de dúvida, que a construção

da actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi iniciada em 1606.

E, assim, tem toda a razão o Sr. Dr. Ferreira Neves.

Mas... estou-me recordando que antes de abordar propriamente o assunto, tive o cuidado de informar que não tinha visto o processo que serviu de base à concessão da licença para esta construção.

Assim, creio que, depois de tão categórica prevenção, quanto dissesse sobre o assunto devia ser considerado, não como uma certeza, mas como mera hipótese assente em fundamento incerto.

«Julgo», dizia eu... E julgar não é afirmar como certo, mas **supor** que determinado facto se deve ter passado de certo modo que pode não ser o verdadeiro, como, afinal, aconteceu no caso presente.

Portanto, o esclarecimento do Sr. Dr. Ferreira Neves foi oportuno e quando não tivesse outra vantagem, pelo menos, teve a virtude de varrer do meu espírito a dúvida que em mim se levantou e que então formulei.

II

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi posta ao serviço paroquial em 1627

Uma Igreja só o é, plenamente, quando nela se podem realizar todos os actos de culto a que se destina.

E, para que tal se dê, é necessário que, antes, seja **sagrada**, ou pelo menos **benzida**.

Até à realização de qualquer destas cerimónias, ela não é mais do que uma construção material onde, normalmente, não é permitido praticar actos de culto oficial, nomeadamente serviço paroquial.

Ora, nenhuma das transcrições feitas pelo Sr. Dr. Ferreira Neves nos pode levar a concluir que o serviço paroquial passou a realizar-se, na totalidade, na nova Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a partir de 1617.

A meu ver, o silêncio feito pelo Visitador a partir de 1616, não nos pode levar a semelhante conclusão; quando muito, ele pode significar que a obra material estava acabada, ou quase pronta.

Mas teria ela já sido sagrada ou, pelo menos, benzida para que ali se pudesse, desde 1617, realizar todo o serviço paroquial?

Não sei de documento mais seguro e mais actual que o registo paroquial; ele vai mencionando, dia a dia, os baptizados, casamentos e óbitos, à medida que tais actos se realizam, dando, por vezes, os termos que os referem pormenores curiosos que muito úteis são ao investigador que os consulta.

Lancemos, por isso, um olhar sobre o registo paroquial que, talvez nos ajude a dar uma resposta àquela pergunta.

Os termos de casamentos e de baptizados pouco nos esclarecem sobre o assunto em causa, como nos mostram as transcrições de alguns que a seguir se fazem.

«Hoje vinte e tres de Julho de seiscentos e dezaseis, puseram os Santos Oleos a Domingos o qual baptizou em casa José Dias por necessidade. Seu pai se chama Domingos Nunes, sua mãe Isabel de Almeida. Padrinhos o mesmo que o baptizou, Catarina Antão da Palmeira».

«Em os tres dias de Outubro baptizei eu P.^o João Gomes, cura que sou em a **Igreja de Nossa Senhora, de S. Gonçalo** a uma filha por nome Isabel, filha de Pero Migueis e de sua mulher Antonia Fernandes e foram padrinhos Domingos André marido de Luzia André e madrinha Isabel André do Albôe era 1618 anos».

«Em os cinco dias de Outubro do ano de seiscentos e vinte, baptizei a Manuel, filho de Jacinta, cativa de Gonçalo Guedes, solteira. Deu por pai a António da Rocha, mareante natural de Viana. Foi padrinho André Fernandes, mareante e me assinei no dito dia, mês e ano ut supra».

«Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de seiscentos e vinte e quatro, baptizei eu o P.^o Francisco Fernandes Salazar pelo P.^o André Luis, cura nesta igreja de **Nossa Senhora das Candeias** que me deixou a igreja em verdade, a Antonio, filho de Luis Nunes Penela e de sua mulher Maria Migueis. Foram Padrinhos Jacinto da Rocha, escrivão da Camara e Catarina Migueis, moça donzela, irmã da mãe do baptizado e por verdade assinei aqui no dito dia, mes e ano, ut supra».

«Em os 14 de Julho de 626, baptizei a Catarina filha de Francisco Marcos e de Leonor André. Foram compadres Pero Fernandes Pires e Ana Bo-

telha viuva, todos desta freguesia em fé do que fiz este termo, dia, mês e ano ut supra».

«Em os sete de Março, baptizei eu o P.^o João da Rocha, a Maria filha de Sebastião da Rocha e Maria João. Foi padrinho Diogo Nunes e madrinha, Maria João Baltazar. Em fé do que fiz este termo por esquecer em a era de 1627».

O exame dos termos transcritos que são os mais esclarecedores, dentro dos anos que vão de 1616 a 1627, aludem à «igreja de Nossa Senhora de S. Gonçalo» (1618) e à de «Nossa Senhora das Candeias» (1624).

Ora ninguém poderá afirmar que tais denominações, nessa época, podiam já corresponder às da actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação, mas à que foi sede da freguesia, criada pela Provisão de 10 de Junho de 1572 do Bispo de Coimbra. D. Frei João Soares.

As designações «freguesia de Nossa Senhora da Apresentação» e «igreja de Nossa Senhora da Apresentação» vi-as pela primeira vez, no termo de abertura do «Livro 2 de Bautizados», começado em 5 de Julho de 1624 o qual é do seguinte teor: «Livro de Bautizados desta igreja de Nossa / Senhora da Apresentação da vila de / Aveiro, que é da Ordem de São Bento / de Avis, de que é vigário o Revd.^o frei / Jerónimo Galvão, freire conventual do convento de São Bento de Avis / Ano de 1624».

Tenha-se em conta que o vigário frei Jerónimo Galvão, não queria referir-se, no citado termo de abertura, propriamente à «igreja» mas à «freguesia»; porquanto os baptizados não são «desta igreja», mas «desta freguesia».

Isto é, a partir desta data (1624), a freguesia que geralmente foi designada por «freguesia de Nossa Senhora das Candeias» e algumas vezes por «freguesia de S. Gonçalo», passou a ter uma terceira denominação: de «Nossa Senhora da Apresentação».

Esta nova denominação, em 1624, 1625 e 1626 foi usada pelo pároco, por 19 vezes, chegando mesmo a dizer, em alguns termos, que baptizou «em esta igreja de Nossa Senhora da Apresentação», expressão que, porventura, podia levar-nos a admitir que a nova igreja, desde 1624, estava já posta ao serviço paroquial. Mas, não é assim como adiante se mostrará.

Debrucemo-nos, agora, sobre os termos de óbitos; eles são mais precisos que os de baptizados.

Antes de 1624 não havia Livro especial para o registo dos defuntos, visto que, no livro começado naquela data, se diz: «Livro primeiro de defuntos».

Os óbitos que ocorreram, antes de 1624, devem ter sido registados no mesmo Livro em que o foram os baptizados e os casamentos, mas hoje não existem ou, pelo menos, não os encontrei.

O primeiro termo do Livro especial de defuntos é de Isabel, solteira que faleceu em 6 de Julho de 1624 e foi sepultada na Ermida de S. Gonçalo que é anexo desta igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Todos os registos que a este seguem, muitos dos quais, com dificuldade consegui decifrar, além de alguns que são totalmente ilegíveis, são os que a seguir se extractam no que contém de útil ao fim em vista.

— Em 25 de Agosto de 1624, faleceu Mateus André. Está sepultado na Ermida de S. Gonçalo que é anexo desta Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

— Em 9 de Setembro de 624, faleceu Margarida Gonçalves. Está sepultada nesta **Igreja**.

— Em 17 de Setembro de 624 faleceu Margarida. Está sepultada no convento de S. Domingos.

— Em 21 de Julho de 1625, faleceu Domingas, solteira. Está sepultada na ermida de S. Gonçalo.

— Em 1 de Agosto de 625 faleceu Inês, solteira. Está sepultada na ermida de S. Gonçalo.

— Em 1 de Agosto de 1625, faleceu André Lopes. Está sepultado na igreja de S. Gonçalo.

— Em 1 de Agosto de 1625 faleceu Maria. Está enterrada na igreja de S. Gonçalo, desta freguesia.

— Em 9 de Outubro de 1625, faleceu Diogo Gonçalves. Está enterrado na igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

— Em 5 de Dezembro de 1625 faleceu Inês Pinheira. Está sepultada no Convento de Jesus.

— Em 11 de Janeiro de 1626, faleceu Maria Gomes. Está enterrada em Santo António.

— Em 20 de Janeiro de 1626, faleceu Afonsina Jorge. Está enterrada na igreja de Nossa Senhora das Candeias.

— Em 22 de Março de 1626, faleceu Manuel Fernandes. Está sepultado na Igreja de S. Domingos.

— Em 27 de Março de 1626 faleceu um filho de Roque André. Sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

— Em 23 de Julho de 627, faleceu Leonor Cardosa. Está sepultada em Santo António.

Quer dizer: até 6 de Março de 1627 encontramos as denominações: «Ermida de S. Gonçalo, anexa a esta igreja (1624), igreja de Nossa Senhora da Apresentação (1625 e 1626) e igreja de Nossa Senhora das Candeias (1626).

Pode julgar-se, por estas denominações, que se trata da actual igreja... Mas, não o creio; já pelo que se disse em relação aos baptizados, já ainda e principal-

mente pela transcrição que a seguir se faz do assentamento de óbito de Maria Pinheira que é do teor seguinte:

«Em 16 de Setembro de 627 faleceu Maria Pinheira, mulher do vianês. Esta sepultada em a igreja Nova, morreu abintestada. Em fé do que fiz este termo dia, mês e ano ut supra».

Ao ler os extractos feitos e a transcrição supra, notamos, desde logo, que por um lado, há uma igreja que o vigário frei Jerónimo Galvão, em 1624, 1625 e 1626, designou por **«Igreja de Nossa Senhora da Apresentação»** e pelo outro, há uma outra igreja que o mesmo vigário frei Jerónimo Galvão, designa por **«Igreja Nova»**.

Ora, se se tratasse da mesma Igreja que o Sr. Dr. Ferreira Neves, no seu artigo, diz ter sido concluída em 1616 e posta ao serviço paroquial em 1617, não poderia explicar-se facilmente:

1.º — o motivo porque, **só dez anos** depois de ter sido inaugurada, o vigário frei Jerónimo Galvão passou a designá-la por **Igreja Nova**.

2.º — a razão porque, desde 1624 até 1627, apenas 3 enterramentos nela teriam sido feitos.

É ainda de notar que a denominação de **Igreja Nova**, nem obedeceu a um simples capricho do pároco, nem tão pouco a fez esporadicamente; ela repete-se pelos anos fora, até que, em 1633, substituiu-se a expressão «sepultado na igreja nova» por «sepultado na igreja de N. S. da Apresentação».

Assim, torna-se evidente que a designação de «Igreja de Nossa Senhora da Apresentação» adoptada pelo vigário frei Jerónimo Galvão até 1627, queria significar, não a actual Igreja, porque essa passou a designá-la desde 1627 até 1633, por «Igreja Nova», mas a antiga Ermida de Nossa Senhora das Candeias, ou de S. Gonçalo.

De outra forma, ficará sem significado a expressão «Igreja Nova» que o pároco usou **durante seis anos**.

Creio, pois, que não foi por mero arbítrio que ele a designou assim; mas o fez desde o dia em que pôde, pela primeira vez, ali realizar serviço paroquial, pelo menos enterramentos.

Reforçando esta minha convicção, direi ainda que, ao mesmo tempo que o vigário frei Jerónimo Galvão continuava a empregar a expressão **Igreja Nova**, em 20 de Abril de 1628 e em 7 de Junho e 12 de Dezembro do mesmo ano, o P.º João da Rocha, que nesse ano substituiu algumas vezes o vigário, designava a mesma igreja por «S. Gonçalo» facto que, pela primeira vez, se deu em 5 de Outubro daquele ano e o repetiu ainda em 9 do referido mês e em 4 de Dezembro.

Isto é, a nova igreja de Nossa Senhora da Apresentação, além da denominação que o Vigário lhe deu

durante os anos que vão de 1627 a 1633, teve também a de «igreja de S. Gonçalo», desde 1628, pelo menos.

Ora, como havia, então, duas igrejas conhecidas pela mesma designação de «igreja de S. Gonçalo», o vigário frei Jerónimo Galvão, para não haver dúvidas sobre a Igreja ou Capela em que o acto se realizava, passou a designar a antiga igreja de Nossa Senhora das Candeias por «ermida de S. Gonçalo Velho, denominação que, pela primeira vez, foi usada em 23 de Maio de 1628 e repetiu-a em 30 de Junho desse ano e nos anos que a este se seguiram.

Assim, surge naturalmente a pergunta: porque é que **sòmente** a partir de 1628 e **não antes**, aparece esta designação de «ermida de S. Gonçalo Velho»?

Julgo que a resposta não pode ser outra que não seja esta: antes de Setembro de 1627 havia uma só

igreja que designavam por «igreja de S. Gonçalo»; a partir daquela data, havia duas, às quais davam a mesma denominação: a antiga sede da freguesia e a actual.

Para terminar direi que julgo válidos e de toda a segurança os argumentos em que me baseei para afirmar no meu artigo, inserto no n.º 1 de «Aveiro e o seu Distrito» que a actual igreja de Nossa Senhora da Apresentação, só foi **igreja**, ou pelo menos, o teria sido em sentido pleno, a partir de 1627.

Nesta convicção ficarei até ao dia em que a fortuna coloque diante dos meus olhos documento coevo que afirme o contrário.

Aveiro, 15 de Setembro de 1967.

bibRIA



Apontamentos sobre antigas Procissões de Aveiro

Por Eduardo Cerqueira

Jornalista e publicista

O homem de Aveiro, o mais genuíno, o de raízes ancestrais nas fainas da laguna—aquele de quem a máxima local escarnecedora de emproamentos aristocratizantes dizia que na cidadezinha dos canais «quem não rema, remou»—o do Alboi ou da Beira Mar, participe das «arruadas», prosélito de uma das filarmónicas, torcedor de um dos clubes, cioso dos seus direitos de cidadania e deles consciente, «cagaréu» até à medula, primou sempre na compostura da sua apresentação e na dos seus actos colectivos.

O marnoto e o pescador, ou o operário que desgarrara das actividades familiares tradicionais, finda a faina do ganha-pão, não destoava, debaixo dos Balcões, se adregava de até lá estender os seus passos, nas horas feriadadas, dos «pelotes» e das pessoas de grada condição social ou de bens avantajados.

Um dos pendores do lídimo aveirense, do que tamanino chapinou e imergiu nas águas da ria, como se esparzisse sobre a moleirinha em vias de ossificação—a daquela idade maleável em que se torce o pepino e imprimem as marcas no menino—a água baptismal do Jordão, eram as procissões. Não o satisfazia plenamente, mesmo nos velhos tempos em que com mais estrita devoção lhe cumpria os preceitos, a religião desprovida das cerimónias luzidas do culto externo.

Poderia gazetear nas demais obrigações, porventura agnosticizar, no íntimo da sua consciência infirme, e não remar contra as marés do anticlericalismo, ser impelido tanto por uma mera tradição do seu agrado como por uma fé actuante, mas, na generalidade, a procissão, com a exterioridade da sua pompa, sempre o seduziu.

Timbrou sempre, aliás, em imprimir aos préstitos religiosos uma dignidade dificilmente igualada, uma organização meticulosa e reverente, um cunho de aprimorada distinção e pompa que lhe conferiam um evidente realce em relação a quaisquer outros por mais famosos e maiores pretensões de esplendor, que se arrogassem propósitos de cotejo.

Um ou outro deslize de qualquer mórdomo menos consciente da respeitosa conduta que um cortejo religioso dele exigia, seria caso esporádico e logo reprimido. Não topamos mais que uma alusão a irreverente falta de decôro de alguns membros de irmandades aveirenses. «**Enquanto se recolhiam em algum templo as sagradas imagens ou o Santíssimo Sacramento**», aguardavam esses incorrectos mórdomos que a procissão reiniciasse o seu itinerário e não tinham pejo de bebericar alguns golos de vinho em plena rua, com escândalo dos devotos mais morigerados. Nos capítulos de visitas às igrejas de S. Miguel e das outras paróquias da cidade, no ano de 1805, foi o facto apontado e censurado, e esse reparo lhe deve ter posto imediato termo.

As quebras consentidas à gravidade e perfeito ordenamento dos cortejos litúrgicos, aliás, só poderiam encontrar-se na procissão de **Corpus Christi**, com figurações grotescas, impróprias do respeito devido à cerimónia do culto. Essas, porém, pertenciam ao próprio protocolo da solenidade. Constituíam regra e eram gerais, mas foram também proscritas, como veremos.

As procissões aveirenses, tanto as da gente de Além da Ribeira, organizadas pelas confrarias das paróquias da Vera Cruz ou de Nossa Senhora da Apresentação, como as promovidas pelas irmandades, cheias de pergaminhos e de prosápias de títulos e precedências, erectas na matriz de S. Miguel ou as instituídas na semiurbana freguesia do Espírito Santo, pelos rastros que delas se encontram, foram sempre modelares na ordem, extremamente cuidadas até ao pequeno pormenor de esmero e luxo.

Sucedía assim nos tempos em que havia uma parte nobre, dentro das muralhas, uma «vila-nova», marinheira e burguesa, para que o núcleo inicial se expandira já nos séculos XV e XVI, e o «cimo de vila», a área pouco a pouco conquistada à zona rural para além das portas abertas para o meridiano. E do mesmo modo aconteceria quando, a partir de 1835, as quatro fregue-

sias de criação quinhentista se reuniram apenas nas da Glória e da Vera-Cruz, em que a antiga área da cidade ficou bipartida e que ainda hoje subsistem, embora acrescidas com a antiga vila vizinha de Esgueira, recentemente incluída no perímetro urbano.

Manteve-se como que uma compita de aprimoramento, uma rivalidade que impunha um competitivo desejo, nas duas paróquias, de contínua superação, e alguma vez terá levado a exageros de emulação além do conveniente, mas contribuiu consideravelmente para manter o nível de distinção que singulariza as procissões aveirenses.

Homem Cristo, «livre pensador que não praticava nenhum acto de culto católico», nostálgico da pátria e da cidadezinha onde nascera e pela qual, mesmo através de algumas apreciações acerbas, não conseguia esconder uma inquebrantável afeição — a que o levou a prestar-lhe os mais prestimosos serviços — um sábado de Aleluia, recorda-as, desde a sua infância, há cerca de um século. Lembra-as, às procissões inultrapassáveis de dignidade, e ao povo seu patrício, à figura física do homem da sua terra, desempenada e erecta, a condizer com a independência do carácter, que repetidas vezes pôs em relevo: *...«o homem da faixa marítima onde nasci, que ama a Deus porque ama as procissões, requintadamente artísticas, com uma ordem e disciplina admiráveis, sem balandraus de paninhos nem chimpazés como as de quase todos os outros pontos do país — onde ele ostenta as suas luvas, o seu calção e meia, o seu sapato de entrada baixa, a sua opa de seda, o seu donaire, a sua elegância, a sua nativa distinção, fidalgo de nascença».* (1)

Ausente, embora por motivos muito diferentes, pois era o bispo missionário da então diocese de Angola e Congo, D. João Evangelista de Lima Vidal, nas suas crónicas para o semanário aveirense «Vitalidade», depois reunidas em volume, releva às procissões da cidade natal, com segura retentiva e finíssima sensibilidade de crente, no seu tão pessoal e belo estilo, os mesmos predicados. Trasladamos alguns frisantes períodos dessa evocação, a que a distância também confere dourados tons superlativantes:

«Quem viu uma procissão em Aveiro não viu decência maior em parte nenhuma.

Aqueles homens da beira-mar andavam ontem na sua faina, nas companhias de S. Jacinto ou da Costa-Nova-do-Prado, dentro dos grandes barcos de proa esguia, a remar, a deitar as redes, ou, à pancada de água, a dirigir as manobras do saco; de ceroulas arregaçadas, de peito ao léu, cheios de escamas, gritando a todo o pulmão. E hoje, ali vão eles, irrepreensivelmente bem postos, de fato preto, de calçado a luzir, de gravata

branca e de luvas brancas, de opa de seda com cordão e borlas de ouro!

Quem há como a sra. Marquinhos Carvalho para compor um anjinho?! Aquelas cabeças encaceladas, aureoladas e floridas, são na realidade as cabeças dos serafins que Murillo fazia brotar das nuvens que emolduravam as suas Virgens; aquele ouro, distribuído com sobriedade e com arte, está infinitamente longe de ser, como noutras partes, a exposição ambulante de algum ourives de feira; e os sapatinhos de setim branco amoldam-se tão perfeitamente ao formato dos pequenos pés que os calçam, que por um lado não fazem a menor ruga, e por outro não estorvam o menor movimento, a menor contracção».



D. João Evangelista de Lima Vidal presidindo a uma procissão

E o prelado, que nunca deixou de cultivar os seus primorosos dotes literários, e que tivera ocasião de estabelecer confrontos na própria Itália, prossegue a sua expressiva rememoração:

«Os andores, a maior parte das vezes, são verdadeiros encantos de ornaio: nem uma coisa a mais, nem uma coisa a menos; e cada coisa no seu lugar próprio!

Os pendões bordados e as cruzes de prata, a sequência grave das irmandades, o brilho das vestes litúrgicas, a custódia debaixo do pálido, a «música-nova» ou a «música-velha» a bulir-nos na alma, o nosso esplêndido povo pelas janelas e pelas ruas, tudo se apresenta tão bem, que digam-me se eu não tenho razão em repetir o que escrevi ao princípio: quem viu uma procissão em Aveiro não viu decência maior em parte nenhuma». (2)

Coincidem, como é natural, os depoimentos dos dois insignes aveirenses, de tão distintos temperamentos

e inclinações doutrinárias. E ainda hoje, caldeada com gente recém-chegada a crescente população citadina, declinantes muitas das características e predilecções que lhe eram peculiares, os cortejos religiosos aveirenses se avantajam no cotejo com os de quaisquer outras localidades.

O número dos que se realizam, ao longo do ano, decresceu consideravelmente. Sem a pretensão de uma innumeração exaustiva, recordaremos as que deixaram de organizar-se e a que encontramos referência numa rebusca um tanto fugaz.

Mencionaremos a procissão de **Corpus Christi** — que continua a sair, mas tomou uma feição muito diferente nos últimos decénios, por ela iniciando estes apontamentos, e, passageiramente, a de domingo de Ramos, para aludir também a uma alteração, que data, seguramente, de há mais de século e meio.

Até ao primeiro terço do século passado, como é sabido,⁽³⁾ os componentes da edilidade aveirense ainda tinham obrigação de acompanhar as seguintes procissões: de S. Sebartião, a 20 de Janeiro; dos Três dias das Ladainhas de Maio; de Santa Joana Princesa, a 12 do mesmo mês; de «Corpus Christi»; da Visitação de Nossa Senhora, a 2 de Julho; a do Anjo Custódio, na terceira domingo de Julho; a de S. Francisco de Borja, no dia 10 de Outubro; a do Patrocínio de Nossa Senhora, na domingo depois da Oitava de Todos os Santos; e a da Bula da Santa Cruzada, no fim do ano — as quais desde então foram deixando de ser organizadas.

O termo de vereação de 13 de Novembro de 1830, que regista essa obrigação, informa ainda «que todas estas Procisoens (menos a de Santa Joana que he privativa do Convento de Jezus) costumavão antigamente sahir da Igreja de Sam Miguel desta Cidade como Matriz, q então era, acompanhadas pelo Prior, Coadjutor e Conegos da Colegiada da ditta Igreja, e só na de Corpus Christi hia tambem todo o Clero, Comunidades e Irmandades. Mas depois q a esta Cidade chegou o Excelentissimo Senhor Bispo Gameiro, todas estas procissoens principiãrão a sahir da Igreja da Mizericórdia ahonde se estabeleceu a Sede Episcopal...».

Já antes cessara a de Sant'Ana, padroeira do burgo aveirense e em que os vereadores teriam também o dever de encorporar-se, e creio que também a de Santa Isabel, na qual participava igualmente a edilidade.

Este preceito era observado com grande rigor, quer quanto aos membros da vereação, quer mesmo para os funcionários municipais. Por se ter permitido faltar à procissão da Visitação de Nossa Senhora — ao que estava «obrigado por antiquíssimo e inalterável uzo» —, haver reincidido na do Anjo Custódio, e «praticado o mesmo ou maior escandalo» não comparecendo à festa da Padroeira, celebrada na Matriz, foi demitido, em

1807, do cargo de juiz-almotacé, João Lício Barbosa e substituído por Bento José Mendes Guimarães.⁽⁴⁾

Das procissões em que a vereação participava naquela época, apenas subsistem precisamente as duas que se efectuavam a expensas exclusivas do erário municipal e para as quais a Câmara fazia convites às individualidades mais representativas e determinava o itinerário — as de Santa Joana Princesa e a do Corpo de Deus.

Aliás, o Senado da Câmara, conforme faz crei o operoso aveirógrafo Rangel de Quadros, de cujos **Apontamentos Históricos** principalmente nos socorremos na elaboração destas notas, muito verosivelmente tomaria parte também na procissão da Ressurreição, e, para a acompanharem formularia igualmente convites a pessoas de grada condição. Assim mais cabalmente se justificaria o subsídio anual de oito mil reis que concedia, «desde tempos imemoriais», à irmandade do Santíssimo Sacramento, erecta na igreja de S. Miguel, com o encargo, em contrapartida, de ter sempre em condições de serem utilizados na referida procissão vinte e quatro brandões.

E, porque vem a talhe de foice, ajuntaremos que a municipalidade mantinha, no século XVIII, um outro compromisso, digamos congénere, que certamente só terá cessado com a extinção das ordens religiosas.

Na matriz de S. Miguel, no decurso de cada ano, pregavam-se, em regra, uns quarenta sermões. Não importa aqui mencioná-los todos. Referiremos apenas os que seguem:

«Todas as domingos da Quaresma, e Advento, Festas Pascas, Padroeiro da Igr.^a, Padroeira da Cid.^e, que he Santa Ana, S. Estêvão, S. Lourenço e dia de todos os St.^{os} satisfeitos pela Camera com a esmola de quarenta mil reis aos Religiozos de Sancto Antonio».⁽⁵⁾

A informação que sobre o assunto presta Rangel de Quadros de que o subsídio da Câmara Municipal se destinava a missas pregadas por um frade daquele convento local nas tardes de todas as sextas-feiras da Quaresma, pecará pois por defeito, já que Frei Félix Mendes Ramos, beneficiado coadjutor e vigário encomendado da própria igreja matriz aveirense, autor do trecho atrás transcrito, pelas suas funções e pelo conhecimento directo do caso, nos dá inteira garantia de autenticidade.

«CORPUS CHRISTI»

A procissão do «Corpus Christi» continua a realizar-se. Tomou, porém, como atrás dissemos, um aspecto tão diferente da de antigamente que se nos afigura oportuno mencionar as suas características passadas, incluindo-a na notícia consagrada às extintas.

Nos tempos de hoje tomou a feição de um pomposo mas estrito préstito eucarístico, em que todo o objecto do culto é o corpo místico de Cristo. Até à primeira década do século corrente incluía as imagens de S. Jorge e S. Cristóvão, e, em tempos mais recuados, as bandeiras das corporações locais de artes e ofícios e figurações mais ou menos pagãs e destoantes da dignidade de um tão solene cortejo religioso.

O costume de encorporar S. Jorge, a cavalo, nesta procissão, remonta aos fins do século XIV, pelo menos em Lisboa. Segundo lemos, **«este santo foi conhecido em Portugal por via dos Ingleses, no reinado de D. Fernando, que se aliou com o Duque de Lencastre, segundo filho de Eduardo III da Inglaterra, e pretendente ao trono castelhano.»**⁽⁶⁾ E, se os vencedores de Aljubarrota foram aguardados, à sua festiva chegada a Lisboa, pela imagem do patrono das nossas glórias bélicas, levada em procissão, e Nun'Álvares fez erigir no campo da triunfante batalha uma capela da sua invocação, **«associou-se logo o Santo à procissão de «Corpus Christi»**, no dizer do mesmo autor.

Salienta, aliás, a solenidade que atingiram esses actos religiosos, **«na falta de melhor compreensão litúrgica, absorvidos no seu objectivo pelo cerimonial do**



A imagem de S. Jorge, que figurava na procissão de «Corpus Christi»

Santo inglês, pelo que, se chamavam as «procissões de de S. Jorge», na forma popular.⁽⁷⁾

No redor de Aveiro, a gente da região ribeirinha chegou a preferir na designação corrente, e, porventura, na devoção, o santo tutelar dos nossos exércitos, a favor de S. Cristóvão, esse bom e imenso gigante que Eça de Queirós descreve como uma torre que marchava. Chamavam-lhe o «santo grande» ou crismavam-no ainda em termos mais irreverentes. Sob o folgado manto da imagem, conduziu-a, por largos anos, um mesmo homem, de avantajada estatura, invulgarmente possante, e de bigodassa farta e viril. Por um orifício-respiradouro do cinturão que cingia as vestes amplas, surdiam, por vezes, intempestivos, alguns dos ornamentos capilares do transportador do santo descomunal, trazendo sugestões menos decorosas ao espírito malicioso dos assistentes. Daí o apodo atribuído, por essa circunstância, ao bom gigante, e que, entre frouxos de riso, se dizia à boca pequena, para não ferir susceptibilidades mais melindrosas.

Em Lisboa, Coimbra e Ovar, entre outras localidades, competia aos barqueiros apresentar um S. Cristóvão muito grande. Terra recortada de canais e de intenso tráfego fluvial, Aveiro, provavelmente, cometeria esse encargo aos mercanteis e outros profissionais da navegação lagunar. A imagem, quaisquer que tivessem sido os primitivos proprietários ou responsáveis — nesses longínquos tempos em que nem poderia sonhar-se-lhe o patrocínio celeste dos automobilistas — veio a permanecer na igreja de S. Miguel, junto ao quarto altar do lado Evangelho, que era dedicado a S. Sebastião. Só após a extinção da freguesia daquele nome, foi transferida para S. Domingos, quando, em 1835, este templo se tornou sede da paróquia citadina de Nossa Senhora da Glória.

A municipalidade, movida decerto pelo facto de a procissão ser feita a suas expensas, teria reivindicado a propriedade da imagem, em 1867. Por falta de segura convicção desse direito ou por desinteresse cremos que desistiu desse propósito. Refere-se ao facto uma carta do então vigário geral da diocese — o futuro e virtuoso bispo de Évora, D. José António Pereira Bilhano —, que adiante transcrevemos.

A imagem a que nos vimos referindo foi banida da soleníssima procissão, pelo menos em dois anos. O vigário geral substituto, em exercício, no ano de 1879, Dr. Manuel Baptista Cunha — que viria a ter as dignidades de arcebispo de Metilene e de Braga — em ofício ao presidente do município, com data de 6 de Junho, faz notar que a encorporação da agigantada figura de S. Cristóvão no afamado cortejo litúrgico **«embora fosse noutro tempo muito edificante, não excita hoje a devoção dos fiéis, nem é próprio (tal uso) da solenidade e decência daquele acto religioso»**, e comunica

à referida autarquia que decidira «não permitir que a dita imagem seja de ora em diante conduzida na procissão, sem contudo obstar a que ela fique exposta à veneração pública, na igreja de Nossa Senhora da Glória, como nos anos anteriores se tem praticado». (8) Estava, porém, muito enraizado o costume e devem ter-se reiterado as instâncias junto das autoridades eclesiásticas para consentirem no reatamento da tradição, tanto mais que o S. Cristóvão atraía à cidade avultado número de devotos. Houve, assim, uma solução de continuidade de dois anos apenas.

Catorze anos mais tarde, um periódico aveirense, (?) a propósito da festividade do Corpo de Deus, realça essa costumeira e extensa devoção: «Por isso, muitas pessoas deste concelho e dos de Ilhavo, Vagos, Ovar e Estarreja costumam vir aqui no dia de «Corpus Christi», trazer ao «Santo Grande» broas, regueifas, toucinho e outras dádivas, que no dia seguinte são distribuídas pelos pobres, levando também as oferentes parte desses objectos, pois entendem que tais comestíveis, depois de tocados na imagem de S. Cristóvão, são um grande remédio para o fastio».

A estas oferendas, que ainda hoje se efectuam, embora praticamente limitadas à broa, açucarada e com uma pitadita de erva-doce, na actual Sé onde permanece a corpulenta imagem, se refere a carta do Dr. José António Pereira Bilhano, a que já atrás aludimos, e na qual responde à sugestão do vice-presidente do município para a transferência da mencionada imagem da igreja paroquial — onde, afinal ainda se encontra — para a Catedral de então, no extinto e recentemente demolido Recolhimento de S. Bernardino.

É do seguinte teor esse documento:

Ilm.º e Exm.º Snr.

Cumpre-me responder ao officio de V. Ex.ª que tenho a honra de receber com data d'hontem:

Que não posso concordar, nem annuir a que a imagem de S. Christovão seja conduzida para o Templo da Sé para ali ser vestida, e ter lugar a oblação do pão, que no dia de Corpus Christi lhe fazem os fiéis; porque, alem de dever evitar naquella templo os inconvenientes que a Ilm.ª Camara Municipal deste Concelho julga que se dam na Igreja Parochial, onde a imagem está colocada, e se expõe à veneração do povo no dia daquella solenidade por ocasião das ditas oblações, e a perturbação, que esses inconvenientes causariam à celebração dos actos religiosos, que no dia de Corpus Christi se praticam na Catedral — consta-me que é costume antiquissimo fazerem-se as ditas offertas ao Santo na Igreja parochial da Freguesia, e é ao proprio Parocho, a quem pertence superintender sobre a reverencia, acatamento e respeito que deve haver

na sua Igreja naquelle, e nos outros actos que ali se praticam.

Se a Ilm.ª Camara Municipal entende que tem direito à imagem de S. Christovão, e a regular a distribuição das offertas a ella feitas no dia da festividade de Corpus Christi compete-lhe disputar esse direito immediatamente com o Parocho.

Deus Guarde a V. Ex.ª - Aveiro 19 de Junho de 1867.

Ilm.º e Ex.º Sr. Vice Presidente da Camara Municipal deste Concelho

O Vigario Geral

José António Pereira Bilhano

A procissão de Corpus Christi, como nas demais localidades, e particularmente em Lisboa, onde tomava proporções e magnificência excepcionais, era acompanhada, antigamente, como já assinalámos, por uma figuração extravagante e burlesca, bulhosa e variegada, que constituia um elemento de grata recreação do público da época, mas apesar do simbolismo de alguns dos elementos incluídos no cortejo, não deixava de representar uma degradação do acto litúrgico em que se integrava.

Uma das figuras era a de um dragão. Aludiria a uma lenda, com larga representação iconográfica, que



S. Cristóvão, o «Santo Grande». (Aguarela de Alberto Sousa)

atribuía a S. Jorge o memorável feito de haver matado um desses fabulosos monstros, que acoitava uma qualquer cidade da Líbia.

A municipalidade aveirense de 1728 reconheceu, em reunião revestida das praxes e consultas usuais para as deliberações consideradas de significado invulgar, a conveniência de proceder a uma decantação da festividade, abolindo as carnavalescas fantochadas que precediam o préstito. Transcrevemos, a seguir, integralmente, a acta da reunião camarária que decidiu eliminá-las, na própria indisciplinada ortografia de escrivão municipal:

Termo de vereacam de 13 de Mayo de 1728

«Aos treze dias do mes de Mayo de mil Sete Sentos e vinte oito anos nesta nobre e notavel villa de Aveyro e na Caza da Camara della donde estavam em acto de vereacam o Doutor Juíz de fora e os vereadores Luis pinheiro de morais e maris e Digo Luis da Silva Mendes e Luis Pinheiro e procurador da Camara e ahi praticarão o bem e prol a comum deferindo a Requerimentos e despachando a peticois de que mandaram fazer este termo.

Logo foy perposto que na porSição do Corpo de Deos que Se Costuma fazer nesta villa todos os annos ha por costume antigo hirem nella huns festejos e danças tam indecorosas e Rediculas que So Servem de perturbar a devocam dos fieis quando aquele acto deve ser Selebrado com toda a veneracam a elle devida e que para se ivitarem Semelhantes uzos ou abuzos de tais antigualhas que Se chamacem as peSoas principais desta villa a esta Camara para darem Seo parecer nesse particular e Sendo chamada a mayor parte da nobreza por todos foy ineformemente dito que lhes parecia munto justo e aSertado que Se nem conSentice que na porcicam do Corpo de Deos que se há de fazer este anno na Igreja matris desta villa foce as danças e figuras costumadas como heram pellas Serpe e drago cavalinhos, fuscas, jucalheiras mouriscas e Seganas e todas as mais danças Costumadas por Ser tudo couza munto emdecete e jocoza que diverte a devocam dos catolicos que a experiencia tinha mostrado que nas principais Sidades e villas deste Reino se avia impedido na dita porcicam semelhante uzo e Redecularia e que lhes parecia munto luvavel que este Senado empedice os ditos festins danças e mais figuras nam So este anno mas que se determinacem para acordar para os mais anno e que os ofeciais e mais peSoas que heram obrigadas a dar os ditos pellas danças e mais festins ficacem obrigados o cõcorrer com outras couzas decetes para mayor culto de Deos e aceyo da porcicam para Se fazer com mayor solenidade e que este Senado podia Repetir as tais couzas Como melhor lhe parecece a vista do que acordaram, digo, lhe parecece que este

Senado poderia fazer Reforma dos festins e danças como melhor lhe parecece do que fiz este termo que aSsignaram. E eu Andre Botelho deça Telles escrivão da Camara o escrevi».

O costume antigo, como se verificará, parece ter sido cada freguesia fazer a sua procissão do Corpo de Deus, embora as três demais se não revetissem do brilho e da grandiosidade da que era organizada na matriz. Tomariam, essas, talvez, a feição eucarística que hoje tem essa função religiosa, pois não encontramos notícia de que nelas se incorporassem imagens, como sucedia na saída de S. Miguel, e percorriam um itinerário restrito, pelas imediações do templo respectivo.

Rangel de Quadros, com efeito, menciona uma reunião conjunta das irmandades do Santíssimo Sacramento das freguesias da Vera Cruz e de Nossa Senhora da Apresentação, em 24 de Agosto de 1710. Aí acordaram que «ambas iriam às procissões de Corpus Christi das mesmas freguesias», além de tomarem outros mútuos compromissos.

Mais tarde, em Maio de 1871, a irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do Espírito Santo enviou uma carta à sua afim de S. Miguel, notando que as confrarias congêneres das outras duas paróquias cidadinas «viviam em tão boas relações, que era constante aquela civilidade, união e harmonia com que se davam recíproco amor e acompanhavam as funções públicas, que, anualmente, se costumavam fazer em ambas as igrejas».

Idêntico procedimento propunham à arqui-confraria da matriz, que deu a sua anuência à sugestão, desde que a proponente tomasse parte também nas festas da igreja de S. Miguel, particularmente nas do Corpo de Deus e de Nossa Senhora da Graça.

Entretanto a colaboração deve ter-se estendido às quatro freguesias da cidade. Somos levados a essa suposição por um incidente registado em 1800.

No dia 25 de Junho desse ano, a irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia do Espírito Santo, reuniu em massa, com a presença do pároco encomendado e sob a presidência do Juíz, Manuel Simões Maio, exprobanda uma insólita atitude da confraria da freguesia da Apresentação, com a qual resolveu cortar relações.

No termo lavrado após essa magna reunião relatava-se que, havendo a aludida confraria «convidado esta irmandade para tomar parte na sua procissão de «Corpus Christi», no dia do Coração de Jesus, esta não só acedeu e satisfiz àquele convite, mas também emprestou alfaias e paramentos para aquela festividade».

Esperava, naturalmente, reciprocidade de atenções. Quando, porém, no segundo domingo de Julho — data em que promovia, a seu turno, a procissão de «Corpus Christi», lá no templo de Cimo de Vila — se dirigiam

os seus mordomos, cumprindo as regras pragmáticas das relações entre as corporações desta natureza, à igreja de Nossa Senhora da Apresentação «**para acompanhar os seus convidados para a do Espírito Santo, e para eles aqui se incorporarem no respectivo préstito, acharam fechadas as portas daquele templo**». Para maior espanto e mais grave vexame, o que mos-



Aspecto da antiga procissão de «Corpus Christi»

trava premeditação revoltante, nem viv'alma toparam, que desse uma explicação. Redobrado motivo para se sentirem gravemente afrontados com essa grosseria era ainda **«não constar que se houvesse praticado um facto como este desde que em Aveiro existiam as quatro freguesias»**.

O desentendimento, originado provavelmente por qualquer prurido de precedências não respeitadas, veio a sanar-se dez anos mais tarde. Congraçadas as duas confrarias, em 29 de Julho de 1810, assinado um termo de reconciliação, já «cagaréus» e «ceboleiros», em muitos outros ensejos desavindos, fraternamente tomaram parte na procissão de «Corpus Christi» de Nossa Senhora da Apresentação.

Com a vinda para Aveiro de um regimento de cavalaria, a procissão ganhou renovado fausto. No ano de 1893, para apenas nos servirmos de um relato da imprensa da época,⁽¹⁰⁾ a imagem de S. Jorge, a cavalo, como a regra impunha, era acompanhado pelo pagem habitual, **«precedida por alguns cavalos ornados com fitas e talizes»** e seguida por um numeroso contingente daquela arma.

Se as irmandades — a quase totalidade das existentes na cidade e quantas era habitual participarem nesse acto religioso — apresentaram largas e aprimoradas representações no desfile processional, outro tanto não se verificou, se exceptuarmos a Câmara, que se fazia acompanhar do seu estandarte, com a generalidade das **«autoridades e funcionários, que por lei tinham obrigação de o acompanhar, mas não quiseram dar-se ao incómodo de o fazer»**. Os tempos agora eram outros e não se compadeceriam com os rigores que apontamos em referência a 1807.

A título de curiosidade, lembraremos que já nesse ano, uma das duas bandas que tomaram parte na procissão foi a do Asilo-Escola — instituição que agora, sob a denominação recente de Internato Distrital, se encontra a cargo da Junta Distrital de Aveiro — mas que a orquestra dessa casa de assistência colaborou pela primeira vez numa festa, precisamente na do Corpo de Deus, na Sé de então, passados dois anos, a 13 de Junho de 1895. Nessa data, e na procissão, estrearam também os internados os seus fardamentos.

Para rematar estas notas sobre a procissão de «Corpus Christi», anotaremos passageiramente que a afluência de forasteiros, nessa altura e nos anos anteriores e subsequentes, era muito avultada, e que o povo da beira-marinha, com descantes e danças, imprimia à cidade vivíssima animação.⁽¹¹⁾

S. SEBASTIÃO

Como atrás ficou apontado, em 20 de Janeiro, realizava-se a festa em honra de S. Sebastião, com a presença obrigatória da edilidade. E, como igualmente já referimos, na velha igreja de S. Miguel era dedicado ao venerado mártir o quarto altar do lado do Evangelho, a que, aliás, a Câmara chamava seu⁽¹²⁾ Ai existia uma relíquia do mesmo santo, guardada em primoroso cofre que tinha três chaves, conservadas na posse, respectivamente, do pároco da igreja, do juiz de fora e do procurador da cidade.

Essa relíquia, a que com tanto apego dirigiam as suas preces os crentes da vila, e depois da cidade, nas ocasiões em que doenças contagiosas dizimavam a população, haveria sido uma oferta feita à matriz aveirense, segundo uma tradição antiquíssima e impre- cisa, por D. João III ou D. Sebastião. Rangel de Quadros

opina, com lógica verosimilhança, que se a generosa dádiva fora de um daqueles monarcas, se deveria atribuir ao primeiro, pois durante o seu reinado, em 1524, sofrera Aveiro, em proporções flageladoras, os efeitos da peste que grassou pelo país. Aliás, a identidade onomástica, na incerteza, não deixaria de sugerir um gesto de magnânima simpatia do segundo.

Apenas nesse dia a preciosa relíquia, com a intervenção indispensável dos três claviculários, era retirada do altar para receber as demonstrações de veneração dos fiéis. Tanto dentro do templo como ao longo do itinerário do préstito se repetiam as preces, com que, nos velhos tempos em que se não dispunha dos meios profiláticos e terapêuticos da nossa era dos antibióticos e quejandos inimigos dos contágios, nas horas lancinantes das pestes mortíferas, a assolada população local impetrava a intercessão do Mártir.

No ano de 1857, já demolida há mais de dois decénios, a igreja de S. Miguel, de onde, como vimos, saía esta procissão, os devotos de S. Sebastião resolveram fazê-la ressurgir. A festividade realizou-se na capela de S. João Baptista — que era situada na Rossio e veio a ser demolida em 1911. Pretendiam, assim, **«dar um testemunho público da sua devoção para com aquele glorioso Mártir, cuja protecção invocaram nos calamitosos dias em que nesta Cidade grassou a epidemia da cólera-morbus».**

Em nome da comissão promotora, o cirurgião Manuel Martins de Almeida Coimbra convidou a Câmara Municipal a assistir às cerimónias, de acordo com o **«costume mui antigo e sempre usado e mandado observar nestes Reinos por pragmática do Senhor Rei D. Sebastião».** E não só esperava a presença da vereação em cumprimento dessa determinação régia, mas também, digamos, por uma obrigação moral. Compareceria, e esse facto seria ainda mais imperativo, **«no desempenho dos votos dos habitantes deste Município (que a Illm.^a Câmara representa) os quais naqueles dias de luto e aflicção pronunciaram o nome daquele invicto Mártir como seu protector para com Deus, a fim de este Divino Senhor fazer cessar aquele flagelo».**

S. MIGUEL

O orago da igreja matricial tinha, a 29 de Setembro, a sua festa anual. Revestia-se da maior pompa, como é compreensível, e já na véspera havia vistosa iluminação, tocava a música — porventura o modesto conjunto de «gaiteiros», porque não se dispunha, nessa época, de melhor — e queimava-se fogo de artifício.

No dia próprio, além das cerimónias de culto interno, em que decerto se capricharia, uma procissão, cuidada com o maior zelo, percorria as principais ruas, engalanadas para a circunstância.



Imagem de S. Miguel, que pertenceu à igreja matriz da mesma invocação e hoje se encontra na igreja paroquial da Vera Cruz

Os padres da Colegiada tinham obrigação de assistir à festa do patrono do templo sem perceber qualquer remuneração. Era um dever inerente à função — uma inalienável homenagem a S. Miguel.

ESPIRITO SANTO

Na igreja paroquial do Espírito Santo existia uma confraria dessa mesma invocação, porventura anterior à criação quinhentista da freguesia, uma vez que o templo, embora até então de mais reduzidas porções, fora erguido anteriormente.

A festividade de maior realce que neste se realizava era, verosimilmente, a do próprio Espírito Santo. A luzida festa constava de missa e exposição solene, sermão, de manhã e à tarde, e procissão, que estendia o itinerário

até a algumas das principais ruas da contígua freguesia de S. Miguel.

No pomposo cortejo participavam não só os moradores desta irmandade, mas também os irmãos das confrarias desta paróquia e da matriz de S. Miguel, e ainda os monges dominicanos, cujo convento se situava na área da freguesia e recebia, para esse efeito, um donativo de 1200 reis.

Numa charola seguia a busto do Espírito Santo, conduzido, em regra, **«por indivíduos que não eram irmãos, mas a quem, nessa ocasião e para esse fim, era permitido, e até obrigatório, o uso de capas, que hoje se chamam opas».**

A procissão era acompanhada por «gaiteiros», que também tocavam na noite do sábado anterior, no adro da igreja, onde se acendiam fogueiras e havia iluminações. A remuneração atribuída ao agrupamento musical por participar nas duas funções, até aos fins do primeiro terço do século XVIII reduzia-se a uns magros 1400 reis.

NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Havia na igreja de Nossa Senhora da Apresentação uma confraria desta invocação e que era a de maior importância depois da do Santíssimo Sacramento. A devoção pela padroeira, aliás, remontaria a tempos anteriores à edificação da igreja paroquial, pois já na primitiva sede da freguesia, a capela de S. Gonçalo — ou de S. Gonçalinho, como é de uso local chamar-se-lhe — vinha o costume de celebrar com solenidade e luzimento a festividade em sua honra.

Rangel de Quadros, perdidos já os livros mais antigos da corporação, só lhe topou referência a partir de 1667, ano em que Maria Gomes de Reales e Helena da Cruz Geralda, donzelas, filhas de Silvestre Gomes, naturais da freguesia e nela moradoras, testavam os bens, depois do morte de uma irmã, Isabel Mendes Reales e do marido desta, o licenciado António Leitão, que ficavam usufrutuários, a esta confraria.

Esta subsistiu largo tempo à extinção da freguesia e, em 7 de Novembro de 1872, o insigne aveirense Manuel José Mendes Leite, na altura governador civil do distrito, aprovou-lhe actualizados estatutos.

A festividade anual de 2 de Fevereiro, a Nossa Senhora da Apresentação, ou das Candeias, até à entrada do século corrente, consistia na distribuição de velas aos sacerdotes e membros da confraria, e procissão, na adro da igreja, **«durante a qual se cantava o versículo «Tu es lumen», a preceder a missa; e, à tarde, sermão, Ladainha e Magnificat».**

Anteriormente à fusão das freguesias de Nossa Senhora da Apresentação e da Vera Cruz, numa só com esta denominação, efectuava-se uma procissão,

com a participação não só da respectiva irmandade, mas também das do Santíssimo Sacramento de ambas aquelas paróquias.

O itinerário compreendia as principais ruas desta zona urbana e estendia-se até ao cruzeiro da igreja da Vera-Cruz, onde dava volta.

O cruzeiro elevava-se de uma escadaria rectangular, com três degraus em cada lado, entre as actuais ruas de Manuel Firmino e do Gravito e perdurou até 1873, altura em que, no seu lugar, veio a ser erguido um chafariz — demolido, a seu turno, há cerca de três lustros, depois do estabelecimento da rede de fornecimento domiciliário de água.

A imagem de Nossa Senhora das Candeias que figurava na procissão, foi colocada, em Março de 1862, numa penha do lado do Evangelho da capela mor da igreja da Vera-Cruz, em substituição de outra imagem que dali fora retirada, alguns anos antes, por ser considerada de mesquinhas proporções.

A transferência para aquele templo justificava-se não só com a extinção da freguesia, mas principalmente com o facto — aliás dela decorrente — de o aludido cortejo ter persistido com regularidade apenas até 1853, isto é, apenas dezoito anos para além da fusão das duas paróquias.

Depois dessa data somente voltou a realizar-se em 1859, por diligência de um fervoroso devoto de Nossa Senhora da Apresentação, chamado Domingos da Silva Couto.

BULA DA SANTA CRUZADA

Por um convite subscrito pelo vigário-geral Dr. José António Pereira Bilhano verificamos que a publicação da Bula da Santa Cruzada foi celebrada ainda no domingo 16 de Dezembro de 1960.

A procissão saiu pelas 2 horas da tarde, da igreja paroquial de Nossa Senhora da Glória e recolheu à Sé, onde foi pronunciado o competente sermão.

Às solenidades, como era tradicional, esteve presente a edilidade.

NOSSA SENHORA DAS AREIAS

Não só se lhe perdeu o costume, mas quase de todo caiu no olvido a procissão de tão acentuado carácter regional, que, ao longo da ria, com a alacridade resplendorosa da luz outonal, da garridice das opas e bandeiras e das jubilosas estridências das filarmónicas, se efectuava em honra de Nossa Senhora das Areias. Saía, esse préstito singular, do Canal Central — a velha Ribeira da toponímia de antanho —, talvez das primeiras linguetas a seguir à ponte da Praça, pelo menos no último quartel do século passado e, em barcos

engalanados, dirigia-se a S. Jacinto, com múltiplos sinais de alegria e veneração.

A modesta praia piscatória, que apenas as companhas animavam por alturas da safra da sardinha, e a que Manuel Firmino introduzira os primeiros aspectos progressivos, estabelecendo um meio de transporte sobre carris para o peixe da sua empresa, no inverno era uma povoação pouca mais que erva. Marques Gomes escreveu mesmo, algures, que, pelos meados de oitocentos, **«a praia era habitada por pescadores da nossa beira-mar** (e por essa designação se deverá entender o bairro aveirense que ainda hoje assim denominamos) **nos meses de pesca, mas nos restantes apenas por um guarda, a quem o Estado pagava o salário de 120 reis diários»**.

A capela daquela invocação — neste caso com inteira propriedade etimológica muito ajustadamente designada como ermida —, no meio do areal quase deserto, não oferecia, durante a quadra invernos, condições de segurança para evitar a entrada de qualquer larâpiozito afoito e menos respeitoso na solitária edificação sagrada.

Já no século XVI se tomavam precauções para a eventualidade de algum furto sacrílego. Em 5 de Julho de 1549, com efeito, compareceu perante o provedor da então vila de Esqueira, Dr. Brás Cardoso, o padre Francisco de Pinho, procurador de Fernão Barbosa, e apresentou-lhe **«um frontal de carrim em folha branca e uma saia para a imagem de Nossa Senhora, (das Areias) do mesmo carrim»**, e ainda uns picheis de estanho e uma camisa de algodão, branca, que foram confiados à guarda do escudeiro André Pires, **«para que o mandassem pôr na dita ermida às festas para serem de certo onde se conservassem; doutra maneira se poderiam furtar»**.⁽¹³⁾

Os referidos objectos foram quatro anos mais tarde entregues pelo seu depositário André Pires, na presença do mencionado provedor, para o mesmo fim e com idênticas obrigações, aos mestres pilotos Gomes Afonso e Mateus Gomes, ambos moradores em Aveiro, que tomavam também a incumbência de mandar beneficiar a imagem e reparar a capela. Ficou por fiador dos dois mareantes aveirenses o escudeiro fidalgo Simão Varela, residente em Esqueira.

Vem talvez a propósito observar que Fernão Barbosa, com as mais seguras probabilidades, era o filho do famoso humanista aveirense Aires Barbosa, o «mestre grego», aquele a quem o pai insigne e circunspecto considerava **«muito mancebo em seu viver»**, e que, porventura, seria de temperamento pouco propenso a aceitar cuidados contínuos. A fortalecer esta conjectura vem a circunstância de André Pires figurar como testemunha no instrumento de aprovação do testamento do notável professor da Universidade de Salamanca

e, depois, preceptor do cardeal infante D. Afonso, irmão de D. João III, e de Simão Varela aparecer quer no instrumento de declaração do mesmo testamento, quer no termo da respectiva abertura, no dia do falecimento do Mestre Aires Barbosa, ocorrido a 20 de Janeiro de 1540.⁽¹⁴⁾

Permaneciam as imagens havidas como de menor valia e que, assim, não despertavam a falta de escrúpulos e a cupidez de algum rapinante fortuito. Porque, segundo parece, nem nas caixas das esmolas lobrigaria sequer um real. Moeda que lá caísse pouco demorava.

Ao guarda atento logo lhe dava o faro ao cobre ou a alguma pratasita miúda, ou qualquer sexto sen-



Nossa Senhora das Areias

tido, e pouco depois estava a disputá-la ao jogo com a imagem do pobre S. Jacinto, muda e queda, parceira inocente de uma partida do **trinta e um**. O trapaceiro guarda, coonestando o vício e a cobiça com o ditado popular segundo o qual quem cala consente, inquiria da imagem se desejava que lhe virasse mais uma carta. E, ante o seu silêncio, como se o próprio santo, indiferente à velhacaria, lha houvesse rogado, logo lha dava, até **rebenotar** e, assim, em conformidade com as lícitas regras, retorcidas, ficar despojado do último ceilil das piedosas oblatas.

Mantinhm-se, pois, na ermida, ao longo de todo o ano, as imagens mais toscas ou mais despidas de adornos valiosos. A de Nossa Senhora das Areias,

porém, só no período da festa anual se expunha na capela, e logo se trasladava para Aveiro, em melhor recato. Durante algumas décadas, guardou-a não sabemos a que título, na sua casa da Praça do Pão — situada onde hoje se encontra o Arcada Hotel — o comerciante Francisco Elías Gamelas, um homem respeitado, de imponente figura, que nesse encargo punha grande desvêlo.

Essa imagem, na data da festividade anual da praia de S. Jacinto era para ali transportada, num espectacular cortejo fluvial, que, há cerca de um quarto de século, se tentou retabelecer, mas não passou além de duas inexpressivas tentativas de ressurgimento de uma tradição sem dúvida merecedora de reviver.

A própria romaria, aliás, teve soluções de continuidade, mesmo na centúria passada. Foi restabelecida, depois de uma longa interrupção, no ano de 1860. Um cronista da época, que assinava Júlio Sand ⁽¹⁵⁾ refere que mesmo a capela estivera relegada a um abandono que lhe causou ruinosos danos. E acrescentava: «**A Senhora das Areias**» parecera riscada do catálogo das romarias. Havia só saudades nos que ali haviam passado aquele dia e noite, entre folias e folguedos, sobre aquele solo de areias».

Naquele ano, todavia, mercê da iniciativa e solicitude da Junta de Freguesia da Vera-Cruz e em especial do cirurgião Manuel Martins de Almeida Coimbra — aveirense de que já falámos e o que se não podem negar valor e serviços, mas se não deve esconder a perniciosa e odienta acção, a que a matquerença política não era estranha, contra Luis Gomes de Carvalho, o benemérito engenheiro a quem se ficou devendo a abertura da barra nova — reatou-se a tradição, e com um brilho inatingido até então.

Por uma descrição de um jornal da época ⁽¹⁶⁾ se poderá avaliar da beleza de que se revestiu o cortejo religioso pela ria além: «**A procissão ia com toda a decência, e em alguns pontos do trânsito, como no acto do embarque, queimaram-se centenas de foguetes, enquanto na ria retumbava o harmonioso eco das orquestras. A gente aglomerada em toda a circunferência do cais; os barcos todos enfeitados e repletos, uns já em curso, outros preparando-se para isso; aqui o barco em que ia colocada a imagem, guardado de flores e ornatos; logo adiante o dos remeiros, uniformemente vestidos; mais além os ministros da religião e as diferentes irmandades, cada corporação com a sua cruz alçada — tudo isto oferecia um espectáculo atraente e maravilhoso**».

E depois de qualificar como verdadeiramente tocante o acto do embarque, o articulista descreve a festividade em S. Jacinto, com particular referência ao sermão do padre José Joaquim de Carvalho e Gois — futuro vigário geral da diocese — e regista a presença

de seiscentos a setecentos barcos — conjunto hoje praticamente impossível de reunir — numa extensão de cerca de um quilómetro, e uma concorrência de romeiros orçada entre oito e dez mil pessoas.

ECCE HOMO

A procissão do Senhor **Ecce-Homo** era organizada anualmente, em Quinta-Feira Santa, pela Santa Casa da Misericórdia, e perdurou até há pouco mais de um quarto de século.

Os irmãos envergavam opas negras, e, além do andor, com a excelente imagem que se encontra no retábulo do lado do Evangelho e, até fins do século passado, segundo vemos referido, estaria na sala do despacho daquela instituição — presentemente a Biblioteca Municipal — figurava ainda um painel emblemático da instituição que, nos últimos anos, era conduzido pelo Leandro, um serventário da Misericórdia, simplório do entendimento, mas extremamente cioso da honra que lhe conferia esse encargo.

À escultura, talhada em madeira de alecrim, e sem dúvida de apreciável merecimento artístico, atribuiu Marques Gomes uma existência remontante ao século



O Senhor «Ecce-Homo», da igreja da Misericórdia

XVI. Fazia-se eco da tradição — similar de outra que corria sobre uma imagem da mesma natureza existente na matriz de Caminha — de que houvesse sido trazida da Inglaterra, quando ali se instituiu o protestantismo como religião oficial.

Acrescenta, todavia, que não é fácil fazer juízo seguro sobre a sua origem, inclinando-se, apesar de todas as dúvidas, a que seja de proveniência italiana. O operoso e erudito escritor aveirense refere que já no século XVII tomara voga a mencionada tradição, afirmação que não documenta, mas infirmaria a opinião de Nogueira Gonçalves,⁽¹⁷⁾ que a qualifica de **«pouco comum, impressiva e devocional»**, mas a considera dos fins do setecentos, do barroco inicial.

Esta imagem impressionante inspirava à gente da cidade uma grande devoção e nem só em Quinta-Feira Santa saía processionalmente, pois, segundo o mesmo fecundo historiógrafo local, os aveirenses para ela recorriam, quer quando as epidemias ou a mingua resultante de adversos períodos meteorológicos os afligiam, quer nas ocasiões em que sofriam as consequências de algum acontecimento bélico. **«Nessas ocasiões a imagem é levada pelas ruas e praças da cidade, e o perigo afasta-se»** — escreveu Marques Gomes num periódico local.

Anda recordada a circular de D. António José Cordeiro, segundo bispo de Aveiro, de 5 de Agosto de 1808, em que, rejubilando com a expulsão das tropas napoleónicas comandadas por Junot, ordena uma **«procissão de penitência»** **«que sairá da nossa Catedral, sendo levada nela a Devotíssima Imagem do Senhor Ecce Homo, que se encaminhará à Igreja do Real Mosteiro de Jesus, aonde se venera o corpo da Bemaventurada Princesa Santa Joana, a quem já em o princípio da nossa consternação havíamos tomado por Medianeira para com o Pai das Misericórdias»**.

A essa procissão, a realizar no dia 7, deveriam assistir os párocos com o seu respectivo clero, os prelados dos conventos locais com os seus religiosos, e os fiéis da cidade, que seriam exortados a fazer penitência, jejuns, esmolas, mortificações, e a dirigir a Deus, de todo o seu coração, fervorosas súplicas e orações.

Marques Gomes refere noutro escrito,⁽¹⁸⁾ especificadamente, a procissão que, em 20 de Setembro de 1855, na altura em que Aveiro e o seu redor estavam a sofrer os calamitosos efeitos da cólera-morbus, trouxe à rua a veneranda imagem. **«O préstito — escreve — parecia mais um saimento do que uma procissão»**.

Relata, nesse ensejo, o facto, então verificado, de um aveirense atingido pela peste, Manuel de Pinho Vinagre da Loura, **«já em artigos de morte»** ter empenhadamente solicitado que a imagem do Senhor Ecce Homo se detivesse alguns momentos junto do tugúrio onde penava. E a narração conclui: **«Os levitas entoaram o «Miserere mei Deus», o povo prostrou-se implorando do Altíssimo a vida daquele que com tanta fé confiava na Providência. Caso raro! O homem, só, abandonado da medicina, resistiu ao contágio e ainda hoje, (1875) vive»**.

Colhe-se ainda no mesmo inesgotável aveirógrafo a informação de que **«o rico manto de veludo carmezin que lhe cai dos ombros (à imagem a que vimos aludindo) foi-lhe oferecido pelo negociante Francisco José Ferreira, a 12 de Abril de 1813»**. Este comerciante local foi o depositário do ouro e prata das igrejas de que Junot, como no resto do país, se apoderou. Teria guardado para si uma boa parte **«de um grande número de arrobas de prata que lhe foram entregues»** e, cinco anos mais tarde, **«mordendo-lhe a consciência, quis aquietá-la dando um manto de veludo bordado a ouro ao Senhor Ecce Homo da Misericórdia»**.⁽¹⁹⁾

O itinerário desta procissão, que, nos últimos tempos se estendia até à igreja do Carmo, era de extensão muito reduzida até aos princípios do século XVII. Da igreja da Misericórdia seguia até ao convento de S. Domingos — naturalmente pelas ruas Direita e de Nossa Senhora, hoje, respectivamente, dos Combatentes da Grande Guerra e de Santa Joana Princesa — e, no regresso, pela rua da Cruz e o Terreiro ou Rossio das Carmelitas — integrados uma e outra na agora



A imagem do Senhor «Ecce-Homo» na procissão de Quinta-Feira Santa

chamada praça do Marquês de Pombal —, tomando pela então chamada rua Nova e hoje denominada do Capitão João de Sousa Pizarro — e, prosseguia pela de Santa Catarina ou do Açougue — após a implantação da República com a designação toponímica de rua de Trinta e Um de Janeiro — para recolher ao templo de onde saía.

Em 1618, deu-se a coincidência de, simultaneamente, ser pároco da freguesia da Vera-Cruz e provedor da Santa Casa da Misericórdia frei Gaspar de Couros Camelo, que Rangel de Quadros presumia nascido em Aveiro e na referida rua Nova, e, sem dúvida, para ter sido investido naquele qualificado cargo da instituição beneficente seria, como o mesmo autor aventa, pessoa grada e influente na então vila de Aveiro. Frade professo da Ordem de Aviz desde 1600, servira na igreja de S. Miguel como coadjutor, beneficiado e vigário, durante vários anos, e na da Vera-Cruz sucederia ao primeiro reitor desta freguesia, frei António Vaz, a partir de 1604 ou qualquer dos anos imediatos.

Frei Gaspar, reunindo as duas qualidades e delas se valendo, procurou, passe a expressão, chamar a brasa à sua sardinha, e levar esta procissão, a partir do ano referido de 1618, à igreja que paroquiava. Apresentava diversos e convincentes argumentos na justificação do seu desejo. A igreja da Vera-Cruz — ou de Santa Cruz, como através dos tempos, também foi designada — era então o templo de maior sumptuosidade da vila e estava incluída no percurso de outras das mais importantes procissões anuais, como as de «Corpus Christi», do Santíssimo Sacramento, de Santa Isabel e do Anjo Custódio. Por outro lado, muitas donzelas a que os costumes do tempo vedavam a saída à noite — pois era nocturno o impressionante cortejo, a que o bater cavo e cadenciado das matracas acentuava o ambiente de lúgubre dramatismo —, e muitos doentes retidos nas suas moradias estavam impedidos de assistir ao desfile religioso. Sucedia mesmo que, dada a exiguidade do itinerário, a procissão não podia tomar grande extensão e, assim, alguns irmãos, quer residentes na vila quer moradores nos subúrbios, se viam constrangidos a nela não participar. E acrescia ainda que a generalidade da população aveirense, cuja devoção pela imagem do Senhor «Ecce Homo», (ou «Senhor da Cana Verde», na designação popular) era, como já notámos, muito fervorosa, manifestava empenho em que o préstito alongasse o percurso até à paroquial da Vera-Cruz.

Na irmandade da Misericórdia nem todos os membros se deixaram vencer pelas ponderosas razões apresentadas pelo provedor — que, mesmo não o dizendo, não deixariam de considerar parte suspeita, a pugnar pelos «cagaréus» e a puxar para a Vila Nova, o que sempre fora exclusivo da zona de intra-muros.

Objectavam, os divergentes, que o alongamento do itinerário aumentava consideravelmente o dispêndio da cera e protelava o recolher da procissão para demasiado tarde — as onze horas (hoje diríamos vinte e três) ou a meia noite — tornando-a estafante, pois saía ao fim da tarde, pelas seis — isto é, segundo o que presentemente está fixado, cerca das actuais dezanove e meia.

Como resultado do estabelecimento de duas intransigentes facções dentro da irmandade, no ano seguinte, quando se deu cumprimento à resolução de levar o préstito até à igreja da Vera-Cruz, registaram-se alguns lamentáveis desacatos.

Os desavindos, não cedendo da sua opinião, le-



Painel com Nossa Senhora da Misericórdia, que se incorporava na procissão de Quinta-Feira Santa

varam o diferendo até à corte — então em Madrid, pois se encontrava o país sob o domínio castelhano.

O processo arrastou-se, ao longo dos anos, de estância em estância, protelado com repetidos embargos.

A decisão final, favorável a Frei Gaspar e seus parciais, que assim viram oficializados os seus desejos, veio a ser dada em 21 de Julho de 1627.

NOSSA SENHORA DA GRAÇA

Na «Descrição das Igrejas e Capelas da Freguesia de S. Miguel, existentes na segunda metade do século XVIII», redigida por Frei Félix Mendes Ramos,⁽²⁰⁾ vem registado que «o segundo (altar) colateral do lado da Epístola he dedicado a Nossa S.^a da Graça, imagem de vulto inteira, e perfeita, colocada em retabolo dourado».

Com esta invocação fora instituída uma confraria, à qual o mesmo documento, que o Sr. Dr. Ferreira Neves, com segurança, considera escrito entre 1760 e 1775, atribua uma existência trissecular. Não andaria muito afastado da verdade, pois já, em 1 de Março de 1506, o Papa Júlio II concedera cem dias de indulgência aos membros dessa corporação que visitassem o altar de Nossa Senhora da Graça, depois de se haverem confessado e terem comungado, no domingo da Ressurreição e a 25 de Março, 8 de Maio, 25 de Julho e 8 de Setembro. Aliás, refere também Rangel de Quadros que, em 4 de Outubro de 1539, esta confraria deu de aforamento, a António Fernandes, em três vidas, umas casas situadas na rua Direita.

A festa principal desta irmandade, logicamente, consagrava-se a Nossa Senhora da Graça. Tinha, todavia, a obrigação de celebrar, ao longo do ano, ainda as sete seguintes: Dia da Epifania e dias dos Santos Inocentes, com o Santíssimo Sacramento exposto até ao meio dia; na domingo *infra-octavam* de «Corpus Christi», com o Santíssimo exposto todo o dia e procissão; dia de S. Brás; dia de S. José, dirigida e satisfeita por três oficiais carpinteiros, eleitos anualmente; dia de S. Pedro, dirigida pela Irmandade Eclesiástica dos Gloriosos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo;⁽²¹⁾ e dia de Santa Luzia.

Os estatutos, elaborados em 1786,⁽²²⁾ prescrevem com todo o rigor as obrigações da irmandade e cuidam todos os pormenores meticulosamente, de modo a permitir a reconstituição bastante minuciosa dessa festividade. Prevê-se e acautelava-se com minudência, **«para ser evitada toda a confusão, dúvida e excesso»**.

Celebrava-se, assim, no dia dedicado à Natividade de Nossa Senhora, uma missa cantada **«a qual terá no altar presbítero, diácono e subdiácono, paramentados, ministrando-lhes um turiferário e dois ceroferários, compostos de suas sobrepelizes, e no coro cantarão a mesma missa quatro clérigos, de qualquer ordem que sejam, contanto que tenham boas vozes e compostas, conforme a arte lhes ensina, e ornados de suas sobrepelizes»**. Havia sermão e exposição do Santíssimo Sacramento até à tarde, cantava-se o **«Terço à Senhora, havendo comodidade, e no fim deste se distribuam pelos irmãos, de um e outro sexo, a quem à sorte lhes tocar, duas dúzias de rosários»**. Seguiu-se um sermão e a procissão.

Nesta eram admitidos até vinte padres, além dos que eram portadores da cruz, dos castiçais e dos turíbulos. Dirigia-a um irmão, de zelo e capacidade comprovados, ou, na sua falta, um padre conceituado como perito na ordenação destas funções religiosas. Os sacerdotes a que nos referimos seguiam em duas alas, alinhando pelos ceroferários, que ladeavam o cruciférario. Aos turiferários, cuja posição era junto do Santíssimo, competia ir incensando as ruas do itinerário,

que, na época, não deviam primar pela exalação dos olores, mesmo atapetadas de verduras aromáticas.

As opas, porque com toda a probabilidade condicionavam com a do juiz, e a cor desta vem referenciada naquele diploma, eram brancas. Por estipulação taxativa, o titular daquele cargo não só empunhava a vara correspondente, mas não podia deixar de apresentar-se com **«a distinção que pedia o seu ofício»** nem furtar-se ao pagamento do prégador da tarde, pois lhe competia essa despesa por muito antigo costume.

A seis mordomos, em cada ano, cabiam os encargos com os sacerdotes que acompanhavam a procissão e, bem assim, os correspondentes às luminárias, fogueiras e demais manifestações festivas da véspera, à noite.

Acontecia, por vezes, coincidir o dia da procissão com a festa de Nossa Senhora dos Febres (no masculino, como ainda se ouve entre a gente da Beira-Mar). Essa circunstância, com a duplicação das devoções, causaria, em alguma ocasião, insuperáveis dificuldades para a organização, com a costumada pompa, daquele cortejo. Era, então, substituído, por vésperas cantadas, e revestidas de grande solenidade.

José Ferreira da Cunha e Sousa, referindo-se à imagem de Nossa Senhora da Graça existente na igreja de S. Miguel, informa que foi transferida, após a demolição daquele vetusto templo, para a igreja de S. Domingos, e crismada em Nossa Senhora da Glória, ficando a ser o orago da freguesia.⁽²³⁾

A seu turno, Fr. Félix Mendes Ramos, na já citada descrição das capelas de S. Miguel, menciona uma imagem da mesma Senhora, de vulto inteiro e perfeita, com corda de prata, a qual, na procissão a que vimos aludindo, era levada em um andor guarnecido de cortinado de matizes com franja e galão novo⁽²⁴⁾ e, provavelmente não seria a mesma, mas uma outra unicamente destinada à procissão.

DOMINGO DE RAMOS

Esta procissão ainda subsiste, embora alterada, quer com os usos, quer com outras circunstâncias. Na freguesia da Glória, nos últimos anos, alongou-se o itinerário: sai da igreja das Carmelitas e dirige-se à Sé. Na da Vera-Cruz, como naquela sucedia até data recente, não vai além do adro do templo paroquial. Há oitenta e um anos, a devoção dos Ramos celebrou-se, não sabemos por que motivo, na igreja da Misericórdia, e ali se organizou a procissão, também apenas nas imediações da igreja. Grande número de crianças **«sobrava enormes feixes de alecrim e outros arbustos — imitando, assim, os filhos de Jerusalém que, para honrarem a entrada de Jesus Cristo na sua cidade despojaram as árvores das suas verduras, e de palmas e ramos de oliveira juncaram o caminho»** — diz um relato da ocasião.⁽²⁵⁾

Reportando-se a uma boa dúzia e meia de anos mais atrás, e digamos, portanto, há um século, Homem Cristo recorda saudosa e emocionadamente, já dobrados os cinquenta, esses dias da sua infância:⁽²⁶⁾ «Eu começava a semana por ir benzer, no domingo, o meu ramo a S. Domingos. Era a velha igreja da minha freguesia. Minha mãe não dispensava essa cerimónia. Era já certo. Nesse dia vinham as mulheres do campo vender à cidade grandes porções de alecrim. Minha mãe comprava um ramo. Havia no meu quintal, num canto, escondido, canto que já desapareceu nesta mania estúpida de casebres e de muros, um grande lilaseiro. Que dava, sem saudoso exagero de velho, os mais belos lilases, grandes, cheios, que tenho visto em minha vida. Pela Páscoa, já o arbusto, geralmente, estava coberto de flores. Minha mãe ia lá, cortava os mais formosos cachos, juntava-os ao ramo, dava-me um beijo, e mandava-me com aquilo para S. Domingos. E como eu ia radiante! Tenho saudades: São tão raras as puras alegrias que a gente sente na vida!...

E o planfletário agnóstico, por vezes de um anti-clericalismo veemente, prossegue as suas enternecidas reminiscências:

«la radiante, ancho, soberbo! Eu não tocava num pires de marmelada. Eu não roubava, jamais! um torrão de açúcar. Eu nunca me demorava, se ia a um recado. Teria remorsos. Eu nunca mentia. Minha mãe admirava e louvava muito aquela rectidão infantil. Mas naquele dia, era mais que um dever humano, era um dever divino. E eu, orgulhoso de o saber cumprir, possuído de uma dupla missão, ia para aquela cerimónia com uma alegria infinita».

A notícia de que já atrás nos socorremos, sobre esta cerimónia tradicional informa que na Idade Média se fazia a procissão ao redor das muralhas. «Os meninos do coro subiam para os muros de defesa e pediam que se abrissem as portas, que tinham sido fechadas; depois a procissão, cantando a Ressurreição de Lázaro e a Morte de Jesus, voltava à igreja».

SANTO ANDRÉ

Na demolida igreja da Vera-Cruz fora erecta em data recuada, talvez não muito depois da criação da freguesia, na opinião do investigador aveirense a que especialmente nos vimos arrimando, uma irmandade de Santo André.

Sabe-se que em meados do século XVIII disfrutava de bastante desafoço, mas que foi caindo em progressiva decadência até se extinguir em 1830.

Era corrente, até ao período do seu último declínio, darem-lhe a denominação de Confraria dos Apóstolos Santo André e S. Filipe, de cuja invocação costumeira era o respectivo altar. As imagens respectivas, ambas de pedra, com efeito, ladeavam, colocadas em dois

arcos simétricos e menos elevados, o altar do Senhor do Bendito, que se encontrava adjacente ao arco cruzeiro, do lado da Epístola. Na base do altar havia uma lápide ovalada com a seguinte inscrição latina: «Dilexit Andream Dominus Odorem Suavitatis».

Até à sua dissolução, a irmandade promovia, a 30 de Novembro, a festividade em honra do patrono, a qual compreendia, além das solenidades do culto interno, uma procissão. Participava também em diversos outros cortejos religiosos, onde conforme anota Rangel de Quadros, «figurava com o seu pendão de seda verde», última peça do espólio dessa confraria que lhe conheceu.

SENHOR DO BENDITO

Durante o reinado de D. João V, sofreu Aveiro, mais uma vez, as inclemências de uma peste. Estabeleceu-se, então, quer na freguesia do Espírito Santo, quer na da Vera-Cruz, a devoção do Bendito, que, aliás, parece nada ter de comum com a irmandade que sob a mesma designação ainda persiste na última destas paróquias.

Na primeira, ao sábado, e na segunda, ao domingo, por certo período de tempo, porventura enquanto o flagelo se fez sentir ou enquanto a sua memória estava fresca ou se receava a recidiva epidémica, saíam procissões semanais, com a imagem de Jesus Crucificado. Nelas se incorporavam os membros das irmandades então criadas com esse nome e grande cortejo de povo, entoando compungidamente o «Bendito» e fazendo angustiadamente preces pela cessação da calamidade.

A imagem que figurava na procissão da freguesia da Vera-Cruz, venerava-se num altar do lado da Epístola na respectiva igreja paroquial, e, ao que informa Rangel de Quadros, tinha, até 1729, a invocação do Senhor do Terço. Resultava esta denominação de os devotos da paróquia, em determinadas datas, lhe rezarem um «terço de Benditos».

Na freguesia do Espírito Santo, a partir de Maio de 1730, a imagem que se incorporava nestas procissões fora doada por António da Silva Medela. O mesmo laborioso pesquisador do passado aveirense descreve-a como tendo três palmos e meio de altura, ornada com resplendor e coroa de prata e pregada numa cruz de pau, pintada de preto, com nove palmos de comprimento. Já então, há mais de meio século, lhe ignorava o paradeiro.

VISITA DO SENHOR AOS ENFERMOS

A concluir estes descoordenados apontamentos, em que a excessiva prolixidade não compensa as flagrantes deficiências e lacunas, referiremos apenas uma procissão, em todos os tempos discreta, e tocante como nenhuma outra das que em nosso tempo podemos apreciar.

Realiza-se ainda hoje, mas como que mais retraída, mais escondida e silenciosa a levar o conforto espiritual

aos fiéis enfermos e tolhidos no leito. Deixaremos a descrição do aspecto e do significado de que se revestia há uns noventa ou mais anos, ao mesmo livre-pensador Homem Cristo — pois certo é que em Aveiro, crentes ou incrédulos, todos somos sensíveis às procissões, tão dignas e distintas, tão ordenadas e belas. Ainda que à margem da crença, todos sentimos esta arreigada e tradicional propensão aveirense e dela, de qualquer modo, nos impregnamos.

Remataremos, pois, com um rememorativo trecho saudosos do rude polemista,⁽²⁷⁾ nesse ensejo, como em muitos outros, intérprete de um sentimento colectivo de clara compreensividade e aberta tolerância que é, mesmo no agreste foliculário, visceralmente aveirense, um dos traços do homem de Aveiro:

...«Vinha quarta feira de trevas, que era o dia do Senhor aos entrevados. E eu, ou não fosse de Aveiro, era doido pelas procissões. Não era essa a grande procissão. Mas era uma procissão. Lá estava. E ponho-me às vezes a pensar naquela cerimónia. A unção com que o doente, macerado, emagrecido, osso e pele, quase todo espírito, tanto o corpo desaparecera lambido pelo sofrimento, abria a boca para receber a hóstia consagrada! Depois, a calma que lhe vinha! O desprendimento de tudo! A satisfação íntima! Nem mais dores, nem mais miséria! Nenhum príncipe, por mais rico ou poderoso, o excederia, naquele instante, em felicidade! Não o assustaria o caixão, se estivesse ali aberto! Não lhe causariam horror os vermes, se os visse, prontos, já, a devorarem-no, no fundo da sepultura! Ao contrário, o grande favor celestial seria vir a morte naquele instante! Então, que ele já estava livre de toda a mácula, isento de toda a culpa! Para a sua alma subir, subir, pomba branca resgatada a depositar o ramo de oliveira junto aos pés de Eterno!»

Homem Cristo, à distância de mais de meio século, abandonada a fé que os anelos e desvelos maternos não conseguiram imbuir-lhe, relembra emocionadamente as tradições de toda a Semana Santa da sua infância, e as suas crenças de então, «tão ingénuas, de uma simplicidade de coração, de uma pureza, de um delicioso estado de alma... que morreu!».

Esse prosador de excepcional comunicabilidade, avesso à rebusca de efeitos literários, espontâneo, como um vulcão ou uma nascente de água, nessas sensibilizadoras páginas de memórias, recorda outras usanças: «Era costume na terra arremessar amêndoas na igreja, sobre as mulheres mais formosas. Angélica Moreira, era de uma formosura deslumbrante, uma rainha. (...) Rainha das rainhas, jóia perdida no mundo, a resplandecer com o brilho intenso da sua formosura, da sua graça, da sua elegância, da sua beleza, sobre ela

choviam de todos os lados da igreja, como granizo, as amêndoas. E eu comia, enchia as algibeiras, atafalhava-me, e ainda dava, generoso, aos amigos».

Outro costume caído em desuso reporta-se ao sábado de Aleluia: «E eu lá estava, de campainha na mão, no quintal, à espera dela. Desde alta manhã! Sonhava com ela! A minha alegria, à espera da aleluia, para tocar a campainha! E tocava, tocava, espantando gatos e pássaros, pondo cães a ladrar, galinhas a cacarejar até a minha mãe, coitada, se aborrecer e aparecer na varanda a gritar: — Cala-te, homem, que já é demais!».

E outro ainda, para finalizar, também perdido: «A tarde era de azáfama. Era preciso arranjar coisas para juncar a rua, quando o pálio passasse. E eu lá ia para o campo. E como nunca fui mandrião, vinha ajoujado com um grande molho de alecrim, de alfazema, herva doce, rosmaninho e espadana. A minha predilecção era a espadana. E lá ficava a rua juncada dela, a imitar... as palmas do Senhor!».

Um dos preços do progresso, uniformizador, generalizador de benefícios e gostos, é uma óbvia descaracterização das terras e das gentes. Costumes religiosos, tradições ou meros hábitos locais, com o tempo, que cada vez mais corre e dá aos homens a inflexão que não permite afundar raízes, vão-se perdendo e olvidando. E mal se lhes vislumbra algum apagado sucedâneo.

NOTAS:

- (1) — Homem Cristo — Banditismo Político, Madrid, 1912, pág. 953.
- (2) — D. João Evangelista de Lima Vidal, Lições da Natureza e dos Homens, Coimbra, 1914, pgs. 97 e 98.
- (3) — Duas cartas do Arcebispo Bilhano sobre a procissão de «Corpus Christi», art.º do autor, in Arquivo do Distrito de Aveiro, V. XIV, pg. 103.
- (4) — Artigo citado, pgs. 104.
- (5) — Uma descrição das Igrejas e Capelas de S. Miguel de Aveiro, art.º do Dr. F. Ferreira Neves, in Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. VII, pg. 194.
- (6) — Luís Chaves — Portugal Além, Vol. I, pg. 99.
- (7) — Luís Chaves, id. pg. 101.
- (8) — João Gonçalves Gaspar — A Diocese de Aveiro, pg. 209.
- (9) — Campeão das Províncias, de 3-6-1893.
- (10) — Campeão das Províncias, de 3-6-1893, cit.º.
- (11) — Idem, idem, de 22-6-1889.
- (12) — Uma descrição das Igrejas e Capelas de S. Miguel, cit.º pg. 158.
- (13) — Memória descritiva sobre os trabalhos de Abertura da Barra de Aveiro, de Luís Gomes Carvalho, Aveiro, 1947, pag. 71.
- (14) — Francisco Ferreira Neves, Vida e Testamento de Aires Barbosa, in Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. XIV, pag. 59 e 60.
- (15) — O Campeão das Províncias, de 3-10-1860.
- (16) — Idem, de 26-9-1860.
- (17) — Inventário Artístico de Portugal — Distrito de Aveiro, pag. 106.
- (18) — Memórias de Aveiro, pag. 106.
- (19) — Marques Gomes, Centenário da Guerra Peninsular, pag. 22.
- (20) — Artigo do Sr. Dr. F. Ferreira Neves, in Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. VII, pag. 187.
- (21) — Esta irmandade, que já existia em meados do século XVI, era quase exclusivamente constituída por sacerdotes. O vulgo conhecia-a, por isso, por «irmandade dos clérigos». Os sacerdotes pagavam a cota anual de 240 reis. Aos poucos seculares admitidos eram estipuladas joia e cota para cada caso. Entre estes, estavam isentos de cotização os médicos, que contraliam, no entretanto, a obrigação de prestarem serviços gratuitos aos membros da confraria.
- (22) — Dr. Francisco Ferreira Neves, in Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. XXVI, pag. 83 e segs.
- (23) — Memória de Aveiro no Século XIX, in Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol. VI, pag. 201.
- (24) — Francisco Ferreira Neves — Uma descrição das Igrejas e Capelas de S. Miguel, cit. pag. 187.
- (25) — Campeão das Províncias, de 21-4-1886.
- (26) — Banditismo Político, pag. 954.
- (27) — Banditismo Político, pag. 955 e segs.

As "Janeiras", as "Pastoras" e os "Reis"

Pelo Dr. António Tavares Simões Capão

Professor do Liceu Nacional de Aveiro

(Cont. do n.º 3)

PERSONAGENS

Baltazar
Gaspar
Belchior
Anjo
Cabo da Guarda
Herodes
Secretário
Pastores

ENCONTRO NA CANTALEIRA (1)

BALTAZAR — Quem és tu?

GASPAR — Eu sou o Gaspar, o rei da Pérsia, o senhor da Média (2); um sinal de Deus me veio anunciar a vinda do Senhor e é quem eu procuro para ir adorar.

BALTAZAR (para Belchiôr) — E tu quem és?

BELCHIOR — O rei da Líbia, senhor imenso. Na minha pátria também eu vi um sinal de Deus, porque foi visto pelos meus avós e é quem eu procuro para ir adorar.

BALTAZAR — Bem sei que estamos todos para o mesmo fim; seguimos aquela estrela que nos conduzirá ao nosso destino, para que os nossos desejos se cumpram.

Fala o Anjo da Estrela.

ANJO — Pastores e pastorinhas, venho trazer-vos a notícia que, na cidade de David, nasceu o messias, o criador, o salvador de todo o mundo.

Vinde, vinde, que o deveis encontrar em pobres palhas deitado; seguimos todos esta estrela e vamos todos adorá-lo.

Depois seguem todos em direcção ao palácio de Herodes. Chegada ao palácio; brado de armas.

CABO DA GUARDA — Quem sois vós, majestades?

OS TRÊS — Três reis do Oriente.

BALTAZAR — Em que país nos encontramos?

CABO DA GUARDA — No país de nossa real majestade rei **Heirotodes**.

BALTAZAR — Diz-lhe que estão aqui três personagens que desejam falar a Vossa real majestade (3).

CABO DA GUARDA (**bate à porta do palácio de Heirotodes**).

HEIROTDES — Quem está lá, cabo da guarda?

CABO DA GUARDA — Cabo da guarda.

HEIROTDES — Que desejais?

CABO DA GUARDA — Estão aqui três personagens que desejam falar a vossa real majestade.

HEIROTDES — Pergunta se vêm para paz ou para guerra.

CABO DA GUARDA — Vêm para paz ou para guerra?

OS TRÊS — Para paz.

HEIROTDES — Examina-os bem, Cabo da guarda, se vem armados ou desarmados!...

CABO DA GUARDA — Apenas trazem três espadas.

HEIROTDES — Então que se aproximem.

Depois, Heirotodes abre a porta e fita-os.

— Quem sois vossas majestades? (4)

OS TRÊS — Três reis do Oriente.

HEIROTDES — Quem és tu?

GASPAR — Eu sou Gaspar, o rei da Pérsia, o senhor da Média; no meu país que é distante, foi visto um sinal do Senhor. Uma estrela divina nos veio anunciar a vinda do Redentor do mundo, como nos tinha sido predito pelos profetas. Fomos seguindo essa estrela até que chegámos ao teu país, onde deve ter nascido o homem por quem há quarenta séculos, espera o mundo inteiro. Diz-me se sabes onde nasceu essa criança, para lhe ofertarmos o nosso incenso, o nosso ouro e a nossa mirra, e podermos adorá-lo, como nosso Deus que é, o Redentor do mundo.

HEIROTDES — E tu?

BELCHIOR — Eu sou o **Belchiôr**, o rei da Líbia, senhor imenso. É árido o solo da minha Pátria, que

purifica os espíritos e calcina as almas. É lá que os meus vassallos vão caçar as feras dos meus sertões; não precisam de ser trazidas para os circos, porque assim, poderão viver sem mortificar. Os homens da minha cor são tão dignos como os imperadores de Roma; na minha pátria também houve um sinal de Deus, porque foi visto pelos meus avós. Agora, grande rei, dizem-nos ter nascido um menino que é o salvador de todo o mundo; ensina-me, pois, o caminho, porque o quero ir adorar ⁽⁵⁾.

HEIRODES — E tu quem és?

BALTAZAR — Sou Baltazar, o rei da Arábia, desse grande país que separa o Egito da Ásia pelos lados do Oriente. Os homens do meu país são grandes sábios e grandes guerreiros. É lá que os romanos vão buscar os seus cavalos e os perfumes para ungirem os seus mortos; tudo no meu país é grande e majestoso.

Foi lá anunciado pelos profetas a vinda do Senhor ⁽⁶⁾; e uma estrela divina, com o seu brilho incomparável, até hoje desconhecida pelos meus astrólogos que todos os dias estudam a imensidade dos céus, anunciou-nos o nascimento do messias e indicou-nos com o seu clarão o caminho que me conduziu ao teu país. A essas longínquas passagens ⁽⁷⁾ de onde venho guiado pela minha fé e pelo sinal do Senhor, tem chegado a fama do teu despotismo, Tetrarca ⁽⁸⁾ da Galileia. Desmente-me com um gesto só essa calúnia que assombra a tua grandeza. Diz-me se sabes onde nasceu o Redentor do mundo. Eu acredito na tua palavra de rei e seguirei as tuas determinações, porque estou no teu país. Mas não me mintas, rei da Galileia, e diz-me onde nasceu o messias, porque o quero ir adorar.

HEIRODES — Enganastes-vos no caminho, reis do Oriente. Não é neste país que deveis procurar esse menino de que me falais. Eu sou o **Tetrarca** da Galileia senhor absoluto das doze tribus de **Irrael**, por graça suprema de Octávio César Augusto, imperador e Senhor dos Romanos.

Neste país, desde o Tigre ao **Ofrates** ⁽⁹⁾ desde o Jordão ao Mar Vermelho, o único rei senhor, sou eu. Faço dispôr da vida dos meus vassallos, das suas riquezas e das suas mulheres, para que ninguém tente usurpar um poder que só a mim pertence.

Mas, visto vós me afirmardes que neste país nasceu um rei, eu vou inquirir quem foi esse rei que nasceu e depois vo-lo direi. No entanto vós, segui, eu não quero perturbar o vossa fé; segui o caminho que vos indiquei, que vos conduzirá até onde, suponho esteja, o anunciado pelos vossos profetas. Essa estrada que atravessa todas as cidades de **Irrael** vai entrar em Roma pela via Ápia e assim deveis encontrar o que procurais.

Cabo da guarda... Chama-me o meu secretário.

CABO DA GUARDA (Vai chamar o Secretário).

HEIRODES — O meu secretário vai ler um edito que

publicou com autorização de Octávio César Augusto, cuja execução imediata fará aumentar muitíssimo o senso da população — Secretário, quero que leias o código da lei na presença destas majestades.

SECRETÁRIO — **Heirotas Amen, Tetrarca** da Galileia, senhor de todo o mundo, intima todas as mães de **Irrael** que tenham meninos de leite até à idade de dois anos, que os apresentem no seu palácio, para que entre eles seja reconhecido o messias que os profetas anunciaram há perto de dois mil anos. Para que estas determinações se cumpram, intima todos os leitores e escrevões e centuriões para que façam chegar a justiça a todos os tribunais.

Heirotas Amen, Tetrarca da Galileia.

BALTAZAR — Agradeço as tuas palavras, grande rei; diz-me também, como, num país tão vasto, podeis descobrir entre tantos meninos de mães hebraicas aquele que o Senhor de Messias e Abrão ⁽¹⁰⁾ destinou para remir o pecado de Adão, nosso primeiro pai...

HEIRODES — Agora segui o caminho que vos indiquei e que os vossos desejos se cumpram; se o encontrarem, vinde-me dizer, porque eu também o quero ir adorar.

(Heirotas fecha a porta).

Os três reis seguem à procura da estrela, e pouco depois voltam defronte ao palácio de Heirotas onde fala Baltazar.

BALTAZAR — **Heirotas, Heirotas!** Traíste a palavra dada; mentiste, Rei da Galileia, mentiste à nossa fé. **Heirotas, Heirotas!** Tu sabes onde existe o grande rei; o Redentor do mundo. Acusa-lo traidor, mas o poder do Senhor ofusca a tua tirania e tu vingas-te, mentindo aos reis do Oriente.

Aparece a estrela e ele continua:

— Bendito o Senhor que nos guia com a sua luz.

Heirotas, Heirotas, diz-me o que fizeste a teu filho Antipas, mas não mintas ao Senhor teu Deus.

Enfrenta com os pastores e diz:

— Avante, companheiros, por Deus e pela nossa fé.

Depois o cortejo dirige-se para a Igreja onde o Anjo canta pela segunda vez.

JUNTO DO PRESÉPIO, NA IGREJA: ⁽¹¹⁾

GASPAR:

Eu vos ofereço o meu incenso e a minha mirra
Do meu poder e tesouro;
Rainha dos Céus e da terra,
Eu vos ofereço o meu ouro.

BELCHIOR:

Este tributo de amor,
Doce mãe, recebereis,
Que o meu vassallo vos oferece
Ao filho, o rei dos Reis.

BALTAZAR:

Jesus, Redentor dos homens,
Filho de eterna pureza,
Aceitai este tributo
que vos traz a realeza.

OS «REIS» NA BORRALHA

CONCELHO DE ÁGUEDA ⁽¹²⁾

O manuscrito da festa dos Reis da aldeia da Borralha, no concelho de Águeda, dá-nos também indícios seguros de ter sido aproveitado um plano anterior, e somos mesmo levados a crer que esse plano fosse o dos papéis dos Reis de Nariz.

A estrutura é igual; há uma outra parte igual também aos papéis dos Reis da Palhaça; as falas parecem-me mais equilibradas; algumas situações foram muito melhor aproveitadas, não nos apresentando o pretenciosismo da peça palhacense. Quer dizer, se os papéis dos Reis de Nariz estão reduzidos à sua expressão mais simples, se não há nada de complicado, se mostram um assunto muito mais apreensível por parte do auditório, pela simplicidade quase ingênua das expressões e dos cânticos, pelo tom naturalmente claro e simples de conversa popular; se os papéis dos Reis da Palhaça pecam por uma preocupação exagerada de erudição por falas excessivamente longas, tocando autênticos discursos e talvez por uma ânsia de arte que está para além do realismo vivido e natural da gente popular —, o manuscrito dos Reis da Borralha ocupa entre ambos aquela mediania simpática e equilibrada que permite uma audição agradável. Vejamos, pois, para podermos fazer um juízo mais ou menos perfeito, o manuscrito da Borralha.

PERSONAGENS

Anjo da Aparição
Sentinela ou
Cabo da Guarda
Herodes
Gaspar
Belchiôr
Baltazar
Dr. Rabi
Secretário
Pastores

APARIÇÃO DO ANJO AOS PASTORES — (Organizado o cortejo, prevenido o Anjo da estrela para a levantar logo que comece a falar o Anjo da Aparição... surgem também os Magos a visar a Estrela...).

ANJO — Ó pastores e pastorinhas, venho anunciar-vos uma grande alegria: na cidade de David já nasceu o MESSIAS, o Redentor!

Vinde, vinde pastorinhos! Haveis de encontrá-lo, envolto em humildes fochas e em pobres palhinhas deitado. Sigamos aquela estrela e vamos todos adorá-lo (O cortejo desloca-se com a Estrela à frente, depois os Magos, depois os Anjos aparecidos aos pastores, os pastores e pastorinhas e a orquestra. Entretanto ouvem-se os versos dos pastores: vid. ádian.).

SENTINELA DO PALÁCIO DE HERODES — (Avistando os Magos ao longe, grita:) — Às ar... mas! (Acode uma força armada, formando em sentido e o cabo da guarda dirige-se ao encontro dos Magos...).

CABO DA GUARDA (Para os Magos) — Queiram parar! Que desejais? ⁽¹³⁾

MAGOS — Desejamos falar a Herodes, rei da Galileia.

CABO DA GUARDA (Deixa os Magos e vai bater às portas do palácio...) — Truz, truz, truz!

HERODES (De dentro) — Quem está lá? (Fala alto).

CABO DA GUARDA — Cabo da guarda!

HERODES — Que desejas?

CABO DA GUARDA — Estão ali três personagens que desejam falar a V. Real Majestade.

HERODES (ainda de dentro) — Pergunta-lhe ⁽¹⁴⁾ se veem ⁽¹⁵⁾ para paz ou para guerra. Se veem ⁽¹⁵⁾ armados ou desarmados. Examina-os bem, cabo da guarda.

CABO DA GUARDA (aproxima-se dos Magos e examina-os atentamente sem nada dizer. Volta ao palácio e bate:) — Truz, truz!

HERODES — Quem está lá?

CABO DA GUARDA — Cabo da guarda! Vêm para paz! Trazem apenas consigo, cada um, a sua espada.

HERODES (Com a porta meio aberta) — Então que se aproximem. (Abre as portas e sobe ao estrado).

CABO DA GUARDA (Manda aproximar os Magos) — Queiram aproximar-se. (E retira-se para o seu lugar e manda descansar os soldados).

HERODES (sobe ao palco e depois para os Magos) — Quem sois vós?

MAGOS — Somos três reis do Oriente.

HERODES (Para Gaspar) — Tu quem és?

GASPAR — Sou Gaspar, Rei da Pérsia e Senhor da Média. No meu país que é distante foi visto um sinal do Senhor: uma estrela bendita nos anunciou a vinda do Redentor do mundo; fui seguindo essa estrela até que cheguei ao teu país, onde deve ter nascido o homem por quem há quarenta séculos o mundo inteiro espera. Diz-nos se sabes onde nasceu essa criança porque queremos ofertar-lhe o nosso ouro, o nosso incenso e a nossa mirra para, depois, o adorar como Deus que é, o REDENTOR DO MUNDO.

HERODES (**Para Belchior**) — E tu quem és?

BELCHIOR — Sou Belchior, Rei da Líbia, senhor imenso e ávido. O sol da minha pátria purifica os espíritos e calcina as almas. É lá que os meus vassalos vão caçar as feras dos meus sertões as quais não precisam de ser trazidas para os círculos, ⁽¹⁶⁾ porque assim, poderão viver sem se danificar. Os homens da minha côr são tão dignos como os imperadores de Roma. Lá, na minha pátria, também existe o sinal do Senhor, porque foi visto pelos meus avós: diz-nos ter nascido um menino que será o Redentor do Mundo. Indica-nos o caminho, grande Rei, que queremos ir adorá-lo. ⁽¹⁷⁾

HERODES (**Para Baltazar**) — E tu?

BALTAZAR — Sou Baltazar, rei da Arábia, desse grande país que separa o Egito da Ásia pelas bandas do Oriente. Os homens do meu país são grandes sábios e grandes guerreiros. É lá que os Romanos vão buscar os seus cavalos, e os seus perfumes para ungirem os seus mortos. Tudo no meu país é grande e majestoso!

Foi lá anunciada pelos profetas a vinda do Senhor. E uma estrela divina, com um brilho incomparável, até hoje desconhecida pelos meus astrólogos que todos os dias estudam a imensidade do Céu, anunciou-nos o nascimento do Messias, e indicou-nos, com o seu clarão fulgente, o caminho que nos conduziu ao teu País. A essas longínquas paragens donde venho, guiado pela minha fé e pelo sinal do Senhor, tem chegado a fama do teu despotismo, tetrarca da Galileia! Desmente-nos com um gesto só essa calúnia que assombra a tua grandeza. Diz-nos se sabes onde nasceu o Redentor do Mundo. Eu acredito na tua palavra de Rei, seguirei as tuas determinações porque estou no teu País. Mas não me mintas, Rei da Galileia. Diz-me onde nasceu o Messias porque quero ir adorá-lo.

HERODES — **E enganaste-vos** no caminho, Rei do Oriente ⁽¹⁸⁾. Não é neste País que deveis procurar o menino de que me falais. Eu sou Herodes, tetrarca e Rei da Galileia, Senhor absoluto das dozes tribus de Israel, por graça suprema de Octávio César Augusto, Imperador e Senhor dos Romanos. Neste país, desde o rio Tigre ao Eufrates, desde o Jordão ao Mar Vermelho, o único Rei e Senhor sou eu. Posso dispor da vida dos meus vassalos, das suas riquezas e de suas mulheres, para que ninguém tente usurpar o poder que só a mim pertence. Mas, no entanto, visto me falares que neste país nasceu um Rei eu vou inquirir quem seja esse rei que nasceu, do lugar onde nasceu, e depois vo-lo direi. Mas, também não quero perturbar-vos na vossa fé. Segui por esse caminho que vos conduzirá até onde suponho que esteja aquele que vossos profetas vos anunciaram — por essa estrada que atravessa todas as cidades de Israel, vai entrar em Roma pela via Ápia e, aí, deveis encontrar o que procurais.

BALTAZAR — Agradeço as tuas palavras, grande Rei. Diz-nos, ainda, como num país tão vasto podeis descobrir, no meio de tantos meninos nascidos de mães Hebraicas, aquele que o Deus de Moisés e Abraão escolheu para remir o pecado de Adão, nosso primeiro pai.

HERODES — Podeis então seguir esse caminho que vos indiquei. Essa estrela vos guiará ao vosso destino e se encontrarem o menino vinde pelo meu palácio dizer-me onde ele está porque também o quero ir adorar.

BALTAZAR — Àvante companheiros por Deus e pela nossa Fé. (**Herodes recolhe-se e vai logo reunir-se com os doutores da Lei para saber do Messias. Os Doutores da Lei reunidos em assembleia recebem Herodes... Estão a estudar**).

HERODES — Que sabeis do nascimento do Messias, Doutor Rabi?

DOUTOR RABI — Saiba V. Real Majestade que o profeta MIQUEIAS nos diz o seguinte.

HERODES — Lê.

DOUTOR RABI — E tu Belém, terra de Judá, tu que és a mais pequenina entre as demais cidades, de ti é que há-de sair o Messias, aquele que há-de reinar em Israel, e cuja geração é desde o princípio, desde os dias da eternidade. Deus vos terá abandonado aos vossos inimigos até ao tempo em que der à luz aquela Virgem, a qual dará à luz o DOMINADOR e, então, as relíquias de vossos irmãos se juntarão aos filhos todos de Israel...

HERODES (**Levanta-se e diz para o secretário**) — Secretário lê o meu Édito Imperial. Quero que seja cumprido rigorosamente.

SECRETÁRIO (**Lê, sentado o Herodes**) — Determino que por ordens recebidas de Octávio César Augusto, Imperador de Roma e Senhor do Mundo: — Que todas as mulheres que tenham crianças do sexo masculino até à idade de dois anos, as apresentem no nosso Palácio para entre elas ser reconhecido o Messias que os profetas anunciaram à perto de dois mil anos. E para que estas determinações se cumpram as leio na vossa presença, conforme as determinações aprovadas para todas as tribus do mundo.

Sua Majestade,

Herodes Tetrarca da Galileia.

(**Desfaz-se o cenário. Aparecem de novo os Magos pernoitando debaixo de alguma árvore**).

Anjo que avisa (em sonhos) os Magos.

ANJO — Magos do Oriente! (**à maneira de grito**). Herodes traiu-vos na palavra dada. Ele sabe onde deve nascer o Messias, mas o poder do Senhor ofuscou a sua tirania e eis porque se vingou, mentindo-vos. Fugi e ide por outros caminhos porque Herodes quer matar o Menino.

MAGOS (Levantam-se exclamando:) — Bendito o Senhor que nos guia com a sua Luz.

(Desaparecem e o cortejo das pastorinhas segue para a igreja).

CÂNTICOS ENTOADOS DURANTE A MARCHA LENTA DO CORTEJO, NOS INTERVALOS EM QUE NÃO HÁ FALAS: (19)

AS POMBINHAS

I

As pombinhas vão voando
Voando vão à porfia
A ver qual chega primeiro
Aos pés de Virgem Maria } bis

Pois veio um Anjo do Céu
Cantando Ave-Maria
Dizer-nos que em Belém
Nasceu Jesus de Maria } bis

II

Vamos em bando pastores
Vamos todos a Belém
Adorar o Deus Menino
Nos braços da Virgem Mãe } bis

Ó meu menino Jesus
Eu vos irei entregar
esta linda pomba branca
Para o menino brincar } bis

III

Não esvoaces, ó pombinha,
Quero dizer-te um segredo
é preciso ser mansinha
P'ro Menino não ter medo } bis

Irei daqui a Belém
Embora chegue cansado
Ofertar este cordeiro
Ao Deus Menino Adorado } bis

REIS

Dize tu, ó povo eleito
Onde o Messias é nado
Já no Céu vimos a estrela
Que anuncia Ele ter chegado

Mas a estrela escureceu
Não sabemos por onde ir
Dizei vós, dizei, dizei,
Por que caminho seguir

PASTORES

A caminho vamos nós
O Deus Menino Adorar
Vinde connosco, ó Reis Magos
Não vos tornareis a enganar

REIS

Pastorinhas do deserto
É, pois, certo — É, pois, certo
Que na noite de Natal
Num curral — Num curral
Baixou o filho de Deus
Lá dos Céus — Lá dos Céus

DIALOGO

Reis — Quem nos deu tanta alegria?
Pastores — É Maria, é Maria!
R — E quem nos deu tanta luz?
P — Foi Jesus, foi Jesus!
R — Onde nasceu tanto bem?
P — Em Belém, em Belém!
R — Quem à graça nos conduz?
P — É Jesus, é Jesus!
R — Quem fez a Terra e os Céus?
P — Foi só Deus, foi só Deus!

TODOS — Cantemos os seus louvores,
ó pastores, ó pastores!

CÂNTICOS DAS PASTORINHAS

Pastores e Pastoras

Pastoras — Cantemos, cantemos
Pastores — » » »
Pastoras — Com os Anjos de Deus
Pastores — » » » »
Pastoras — Glória a Jesus

Pastores — » » »
Pastoras — Na Terra e nos Céus
Pastores — » » » »
Pastoras — Os Anjos, as Virgens
Pastores — » » » »
Pastoras — Em terno candor
Pastores — » » »
Pastoras — Cantam nas alturas
Pastores — » » »
TODOS — Glória ao Senhor!

PASTORES

São chegados os três Reis
Da parte do Oriente
Visitar o Rei da Glória
Nosso Deus Omnipotente

A caminho de um ano
Gastaram só treze dias
com favor muito soberano
do Infante Rei Messias

REIS

Glória ao Pai, Glória ao Filho
Ao Espírito Santo louvor
Glória, Glória ao Messias
Glória, Glória ao Salvador

PASTORAS

Glória, Glória, etc., etc.

Eles ouviram dizer
Há presépio em Belém
Onde estava o Deus nascido
Remédio para nosso bem.

Guiados por uma estrela
Que a todo o mundo dá luz
Vamos ver outra mais bela
Que é o Menino Jesus

REIS

Glória, etc....

Ó meu Menino Jesus
Em que palhas estais deitado
Sendo vós o Criador
Que o mundo tinheis criado.

A estrela se escondeu
Chegados a uma cabana
Logo os três Reis adoraram
A Jesus neto de Ana.

REIS

Glória, etc....

Ofereceram ao Menino
Cada um por sua vez;
Por a lapa ser pequena
Não cabiam todos três.

Ofereceram ouro fino
Como Rei Oriental
Incenso como Divino
E mirra como mortal.

REIS

Glória, etc....

Porta aberta e mesa posta
Cantemos com alegria
Nado é o Rei da Glória
Filho da Virgem Maria

Que nasceu em Belém
Para todos nos salvar
Entre a mula e o boi lento
Que o estava a bafejar

REIS

Glória, etc....

Patriarca S. José
Begai no vosso Menino
Que nas palhas está deitado
A chorar, que é pequenino.

TODOS

Adeus Pai, adeus Filho
E Jesus Cristo também
Glória seja ao Espírito Santo
Para todo o sempre. Amén

Um facho de Luz Divina
Que brilhou no azul dos Céus
Deu a nova peregrina
De nascer o homem Deus

Esse farol que nos guia
A fé que nos ilumina
Traz às almas a alegria
Uma alegria Divina

CORO

Vamos à lapinha
Ver a Virgem Mãe
Ver o homem Deus
Que nos traz o bem;

Desceu das alturas
Incarnou, nasceu,
Vem remir os homens
E nos traz o Céu (19)

As profecias cumpriram-se
Linda estrela já brilhou
Vamos todos a Belém
Ver o que ela anunciou

CORO

Vamos alegres
Ver o Menino
Levar-lhe prendas
Cantar o hino

Pastorinhas do deserto
Caminhai e ide ver
A pobreza da lapinha
Onde Jesus quiz nascer

Vamos alegres
etc., etc.

Pastorinhas do deserto
Caminhai para Belém
Adorar o Deus Menino
Nos braços da Virgem Mãe

Vamos alegres
etc., etc.

Pastorinhas do deserto
Cantai hinos e louvores
Guardai o vosso rebanho
Louvai o grande Pastor.

Vamos alegres
etc., etc.

Vimos muito cansadinhos
Mas chegamos a Belém
Adorar o Deus Menino
S. José e a Virgem Mãe.

CORO

Glória a Deus no Céu
Paz aos homens sobre a Terra
No Mar, na Serra,
Glória a Deus,
Glória a Deus...

Adoraremos o Menino
Adoraremos o Redentor
Que desceu do Céu à Terra
Sómente por nosso Amor.

Glória a Deus no Céu
etc., etc.

Do que me propus apresentar alguma coisa aí fica; da muita riqueza etnográfica, folclórica e linguísticas que jaz enterrada nas nossas aldeias e que não chega ao conhecimento de todos, muitas vezes por questões despropositadas e por caprichos mesquinhos, bom era que pessoas de boa vontade e com muito carinho a recolhessem, pois se encontra ameaçada e em vias de desaparecimento. Não perde a terra a originalidade se os seus usos, costumes e tradições forem publicadas, antes ganha, pois que passa a ser mais conhecida; e o nosso distrito tem muito para se conhecer; muitas manifestações de pensar e de sentir que devem ficar religiosamente guardadas. Não haja medo de incongruências, de anacronismos, de erros históricos ou geográficos; recolha-se tudo e publique-se com ordenação e esclarecimento; de tudo isso, pode o estudioso tirar suas conclusões. E saiba-se que nesse mundo de irrealdade popular há muito que fortaleceu os ânimos, muito que ajudou a acalantar fé e esperança nos destinos da Pátria; muito que ajudou a estruturar a alma autenticamente portuguesa.

Chama-se **Eufartes a Efrata** — Belém, cidade onde nasceu Jesus por causa do nome desse rio asiático tão importante na antiguidade, que esse facto nada vem roubar à glória tão vivamente sentida pelo nosso povo da revelação de Jesus. Dê-se um revolver ou um relógio a Herodes que nada disso vem transformar a ideia histórica sobre a vida sanguínea dessa figura hedionda. Atrás de tudo isso está o sentir humano e universalmente conhecido da vida de Cristo e vivamente sentido pela raça lusitana.

Os três manuscritos desta região de Aveiro aí ficam; e com eles fica também alguma coisa de um caçador desordenado de imagens, fracas embora, mas tanto quanto possível completas na projecção da luz, da cor e do som. Que tudo isso seja estímulo e fonte de entusiasmo para a fixação de outras potencialidades que a técnica e o progresso, sem disso nos apercebermos, vão relegando para um plano tão instável que leva ao esquecimento.

BIBLIOGRAFIA

- Capão, António Tavares Simões** — «A Bairrada». Estudo linguístico, histórico e etnográfico. Dissert. dactilografada. Coimbra, 1959, VI + 329 pgs., com um aditamento de 25 pgs., inédito.
- Cascudo, Luís da Câmara** — «Dicionário de Folk-lore brasileiro», Rio de Janeiro, 1954.
- Chaves, Luís** — «A arte popular. Aspectos do problema», Porto, 1959.
- Coimbra, Armando** — «Os Presépios» ou «Autos Pastoris», da Figueira da Foz, separata da «Labor», Aveiro, 1938.
- Eschrich, Pérez** — «O Mártir do Gólgota», 3 vol., Porto, s/d.
- Figueiredo, Fidelino de** — «História Literária de Portugal» (séculos XII-XX), Coimbra, 1944.
- Jesus, Frei Tomé de** — «Trabalhos de Jesus», 2 vol., Porto, 1951.
- Ramos, Arthur** — «Estudos de Folk-lore», Rio de Janeiro, s/d..
- Santo António, Maria de** — «Reisadas», artigo in «Diário da Manhã», de 7-1-964.
- Soares, P.º Matos** — «Bíblia Sagrada—Novo Testamento», Porto, 1954.
- Vasconcelos, José Leite de** — «A Barba em Portugal. Estudo de Etnografia comparativa», Lisboa, 1925. — «Opúsculos» vol. II.
- Vicente, Gil** — «Obras Completas», da colec. Clássicos Sá da Costa, vol. I.
- Wallace, Lewis** — «Ben Hur», Ed. Romano Torres, Lisboa.

NOTAS

Para melhor compreensão dos textos achamos que são necessárias algumas notas explicativas, pois aparecem no discurso nomes de regiões, de cidades, de montanhas, de rios, etc., que só se conhecem através da **Sagrada Escritura**, mas de que por vezes não se faz uma ideia da importância dessas citações para o desenrolar dos acontecimentos.

Há necessidade de saber que certas frases não são exactas e isso corresponde à falta de conhecimentos geográficos sobre o Próximo Oriente, região cuja histó-

ria é absolutamente necessária para o conhecimento da evolução dos povos que aí têm vivido, e muito especialmente para a compreensão do livro sagrado dos hebreus — a **Sagrada Escritura**.

No texto da Palhaça, quando um dos **Doutores da Lei** lê a Herodes a profecia que indica onde nascerá o Menino, diz: «...nascerá uma estrela... em ti Belém, chamada **Eufates**». Ora isto não está correcto; com o nome de Belém havia mais do que uma povoação: uma na Galileia e outra na Judeia. **Belém** ou Betleem (de nome oficial Beit Lahon) é palavra hebraica que significa **casa do pão**; a cidade de David, situada a nove quilómetros de Jerusalém, também foi chamada Belém de Judá e, anteriormente, **Efrata**. A outra era uma cidade da tribo de Zabulon, situada entre Nazaré e o monte Carmelo, e foi pátria do juiz Abesan. Ora a palavra Eufates, indicando um rio que desagua no Golfo Pérsico, nada tem que ver com a cidade onde nasceu Jesus; aparece-nos aqui por confusão com o antigo nome **Efrata**.

Informações erradas são várias: há a ideia de que os Reis Magos viajaram muito tempo juntos, o que só é verdade em parte, porque, segundo o próprio texto, um era de **Hidaspe**, outro da **Arábia**, outro do **Egipto**, portanto, de regiões opostas. Por outro lado, Cingo informa Herodes de que os Magos chegaram às Portas de Damasco, o que nos leva a compreender que Herodes se encontrava então nessa cidade.

É pois, com a intenção de esclarecer que juntamos as seguintes notas. Mas tenhamos em conta que os anacronismos têm um sabor especial, representam uma sabedoria **sui generis** que merece ser compreendida com benevolência.

ABRAÃO — Uma das maiores figuras da Bíblia; patriarca, antepassado dos Hebreus, nascido em Ur, na Caldeia.

ANTIPAS — Herodes, filho de Herodes, o Grande, e irmão de Herodes Filipe; foi tetrarca da Galileia e reinou de 4 a. C. a 39 d. C.; julgou Jesus Cristo e mandou matar S. João Baptista. No texto de Nariz fala-se nele como sendo uma das crianças vítimas na matança dos Inocentes, ordenada pelo próprio pai.

ARÁBIA — Península a Oeste da Ásia meridional, limitada ao Norte, pelo Iraque ou Mesopotâmia; a Este pelo Golfo Pérsico; a Sul pelo Oceano Índico; e a Oeste pelo Mar Vermelho, a Palestina e a Síria.

AZIMOS — Pão ázimo quer dizer pão sem levedura. Os israelitas chamavam pão ázimo àquele que mandavam cozer na véspera da Páscoa, em memória do que os seus antepassados, quando deixaram o Egipto, tinham feito para uma refeição, sem fermento. Chamava-se a este dia a **Festa dos Azimos** que é a **Páscoa dos Judeus**.

BABILÓNIA — Cidade da Antiguidade, cujas ruínas, na margem do Eufrates, estão a cento e sessenta quilómetros a sudeste de Bagdad. O texto chama **babilónios** e **caldeus** aos Reis Magos — o que não está certo, pois um deles, Belchior, é do Egipto. A ser assim, essas palavras indicavam **da Babilónia** ou **da Caldeia**, portanto como tendo vindo da parte inferior da Mesopotâmia.

BELÉM — Cidade da Palestina da tribo de Judá, onde nasceu Jesus Cristo.

CARMELO — Montanha da Palestina da cordilheira do Líbano. Esta montanha representou um importantíssimo papel na história do povo Judeu.

DAMASCO — Actual capital da Síria. Evangelizada por S. Paulo, conquistada pelos árabes em 639, tornou-se residência dos califas omíadas que mandaram construir a grande mesquita. Damasco foi inútilmente cercada em 1148 por Luís VII e Conrado III. É no caminho para Damasco que S. Paulo tem a visão e ouve o Senhor dizer-lhe: «Saul, Saul, por que me persegues?». Desde então tornou-se apóstolo do Cristianismo, deixando de ser seu perseguidor.

DAVID — Rei de Israel, sucessor de Saul; fundou Jerusalém e venceu os Filisteus. Foi profeta e poeta; da sua actividade poética, deixou-nos inspiradíssimos salmos. Da sua vida dá-nos a Bíblia alguns factos singulares: o seu combate com o gigante Golias, morto por uma pedrada; David tocando arpa diante de seu sogro Saul; David dançando diante da Arca da Aliança. Esta figura, pela sua virilidade e pelo seu temperamento poético diz muito à maneira de ser da gente popular que conhece os seus feitos e o faz entrar vivamente no cortejo dos Magos, tocando harpa e dançando com as pessoas do seu séquito.

EGIPTO — País muito antigo, compreendendo sobretudo, o vale do rio Nilo.

ELAM — O mesmo que Susiana. Antigo estado vizinho da Caldeia que tinha por capital Susa. Os seus reis conquistaram a Caldeia, mas mantiveram, depois, Babilónia contra a Assíria.

EUFRADES — Rio da Ásia, que nascendo na Arménia, atravessa o Tauro e reúne-se ao Tigre para formar o Chatt el-Arab. Babilónia, antiga capital da Caldeia, estava construída na margem do Eufrates.

GALILEIA — Região ao norte da Palestina, perto do Lago Genesaré, teatro principal das prédicas de Jesus Cristo.

HÉBRON — Cidade das montanhas de Judá, fundada segundo diz a Bíblia, sete anos antes de Tanis, a mais antiga cidade do baixo Egipto. Tornou-se a segunda pátria de Abraão, depois que lá arranjou um túmulo para si e para a sua família. O actual nome árabe é El Khalil, como chamam os muçulmanos a Abraão,

querendo estas palavras significar amigo de Deus. Como curiosidade histórica apresenta esta cidade os **Túmulos dos Patriarcas** — caverna sepulcral em que foram depositados os corpos de Abraão, de Sara, de Isaac, de Rebeca, de Jacob e de Lia.

HELIOPOLIS — 1) — Cidade do baixo Egito, hoje arruinada, que fica situada perto do Cairo. Em 1800, Kléber derrotou aí os Mamelucos. É a esta que se refere o texto, p. 2, mas com forma diferente: Helipolis. 2) — Antigo nome de Balbek, cidade do Líbano interior. Foi uma antiga cidade fenícia, e uma colónia romana, no século I d. C. Possui vestígios de um templo do Sol construído sob António, o Piedoso. Teve arcebispados católicos de ritos maronita e grego.

HERMON — Cadeia de montanhas da Judeia que prolonga a cadeia do Anti-Líbano.

HIDASPE — Geog. Ant. — Nome grego de um rio da Índia que parece ser o actual Jelam ou Djelem. É célebre pela batalha que Alexandre Magno travou junto dele com o rei Poro, terminando assim a conquista do Oriente. Foi talvez o ponto mais oriental a que chegaram os gregos. Camões também se refere a ele em «Os Lusíadas» I, 55.

ISAC — Filho de Abraão e de Sara que foi salvo por um anjo na altura em que seu pai ia sacrificá-lo. Casou com Rebeca; deste casamento nasceram Jacob e Esaú.

ISRAEL — Nome dado a Jacob depois da sua luta contra o anjo e que significa forte contra Deus. Por extensão, nome dado ao povo Judeu, descendente de Israel.

JACOB — Filho de Isac e de Rebeca, foi um patriarca; teve doze filhos donde saíram as doze tribus de Israel. Ao fugir da cólera de seu irmão que ele ludibriou comprando-lhe o direito de sucessão por um prato de lentilhas, chegou a um lugar deserto e adormeceu; então viu uma escada que se apoiava na terra e ia até ao céu; e enquanto anjos subiam e outros desciam, Deus anunciava a Jacob que a sua descendência seria tão numerosa como os grãos de poeira. Ao fim de catorze anos, ao voltar a Canaã teve que travar uma luta com um anjo de que saiu vencedor, tendo por isso recebido o nome de Israel. Morreu no Egito onde seu filho José se tornara ministro do faraó.

JERICÓ — Antiga cidade da Palestina situada a vinte e três quilómetros de Jerusalém, edificada junto de um afluente do Jordão, e a primeira que os Judeus encontraram, quando da sua chegada à **Terra Prometida**.

JERUSALÉM — Cidade muito conhecida pelos Cristãos; antiga capital da Judeia, depois da Palestina, é hoje capital do estado de Israel. Historicamente, interessa conhecer o Muro das Lamentações, o Santo Sepulcro e a Mesquita de Omar.

JORDÃO — Rio da Palestina que nasce no Anti-Líbano, atravessa o Lago Tiberíades e se lança no Mar Morto. Foi neste rio que S. João Baptista baptizou Cristo.

JUDÁ — Filho de Jacob, origem de uma das doze tribos de Israel.

JUDEIA — Parte da Palestina entre o Mar Morto e o Mediterrâneo (o chamado reino de Judá). Este nome tem-se aplicado também para designar toda a Palestina.

LIBANO — Montanha da Ásia anterior muito famosa na Antiguidade pelos seus cedros; estende-se paralelamente ao mar numa extensão de cento e sessenta quilómetros de comprimento. Vid. Carmelo.

LIBIA — Nome dado pelos antigos à parte da África que eles conheciam. Reino da África do norte, compreendendo a Tripolitânia, a Cirenaica e o Fezan.

MÉDIA — Antiga região da Ásia, tendo por capital Ecbátana. Primeiro dividida num certo número de pequenos principados arianos subjugados pelos assírios, a Média tornou-se sob Cyaxare, no século VII a. C., um poderoso império que foi derrubado por Ciro em 556 e a uniu à Pérsia.

MESOPOTÂMIA — «Região entre os rios» — Região da Ásia, entre o Tigre e o Eufrates, berço da civilização assíria e caldaica. Hoje Iraque. Vid. Babilónia.

MIQUEIAS — Nome de dois profetas Judeus, sendo um do século IX e o outro do século VIII, a. C.

PALESTINA — Região do Próximo Oriente, entre a Fenícia ao N., o Mar Morto ao S., o Mediterrâneo a O., e o deserto da Síria a E. É uma estreita faixa de terra apertada entre o mar e o Líbano, e percorrida pelo rio Jordão. A Bíblia chama-lhe Terra de Canaã, Terra Prometida, etc.; e nos nossos dias Terra Santa.

PALMIRA — (O nome actual é Tadmor); o seu nome antigo indicava «cidade das palmeiras». Povoação em ruínas, na Síria, outrora cidade poderosa sob o governo de Zenóbia. Foi conquistada pelos Romanos em 272, e destruída por Aureliano. As suas ruínas, encontradas no fim do século XVII, são importantes, principalmente as do templo de Bel.

PÉRSIA — Reino do Sudoeste da Ásia entre a Transcaucácia, o Mar Cáspio e o Turquestão ao Norte; o Afeganistão e o Baluchistão, a Este; o Golfo Pérsico, ao Sul, o Iraque e a Turquia. Muito importante na história antiga.

SALOMÃO — Filho e sucessor de David que reinou de 970 a 935 a. C. e se consagrou à administração, embelezando os seus estados e mandando construir o Templo de Jerusalém. A sua sabedoria tornou-se conhecida em quase todo o mundo. Atribui-se-lhe a composição de três livros canónicos da Bíblia: «Provérbios», «Eclesiastes» e «Cânticos dos Cânticos».

SELEUCIA — Cidade da antiga Ásia, edificada junto do Tigre; foi capital dos selêucidas, depois dos Partos, perto de Bagdad.

SENAAR — Bíblico — Nome que o Génesis e alguns profetas (Isaías, Daniel e Zacarias) dão à Babilónia. Depois do Génesis (X e XI) o nome de Senaar desaparece das Escrituras até aos citados profetas. No texto Senear.

SÍRIA — Aram da Bíblia; região da Ásia ocidental, banhada a Oeste pelo Mediterrâneo e limitada ao Norte pela cadeia do Tauro; a Este pelo Eufrates e a Sudeste e a Sul pela Arábia.

SUSA — Cidade de Elam que foi, no tempo do Império Persa, a residência de Dario e dos seus sucessores.

TABERNÁCULOS — Festas dos Tabernáculos — Uma das três grandes solenidades dos hebreus que eles celebravam depois da ceifa, sob toldos e ramagens, em memória do seu acampamento no deserto, depois da saída do Egipto.

TIGRE — Rio da Ásia anterior que se reúne ao Eufrates para formar o Chatt El-Arab. Vid. também Eufrates.

ZABULÃO — Tribo que desempenhou um importante papel na história de Israel. O território que ocupava na Palestina setentrional, limitada a O., N. e E. pelo das tribos de Aser e Neftali e a Sul pelo de Isacar, é, no entanto, de limites pouco seguros. As suas cidades mais importantes eram Cateth, Naalol, Semeron, Ierla e Bethlehem. Na época de Cristo, compreendida aquelas

conhecidas nos textos evangélicos como Nazareth e Canaã. No texto Zabulon.

NOTAS :

- (1) — Canto de Leira, lugar de freguesia de Nariz.
- Nota — Neste texto conservam-se as palavras do manuscrito: **Belchiôr** (o fechado); **Heirotodes** (ditongação do primeiro e); **Irrael** (assimilação regressiva). E apesar de trazer na capa o ano de 1928, esclareço que essa data é a de uma cópia, pois o original é mais antigo.
- (2) — Note-se o emprego do artigo definido.
- (3) — Notar a discordância de tratamento.
- (4) — Note-se a falta de concordância no tratamento.
- (5) — Comparem-se estas palavras de Belchior com as do mesmo rei, na mesma altura, do auto da Borralha.
- (6) — Notar a discordância: «Foi anunciado... a vinda».
- (7) — **Passagens por paragens.**
- (8) — Neste manuscrito aparece **Tetarca** por **Tetrarca**.
- (9) — Por **Eufrates**, com a redução do ditongo inicial.
- (10) — **Abrão** por **Abraão**.
- (11) — A terminação deste auto aproxima-se da de Gil Vicente; neste autor, contudo, os três reis cantam em coro o vilancete.
- (12) — Devo a recolha destes papéis dos Reis à gentileza do meu antigo aluno, Augusto José B. M. Castilho.
- (13) — Discordância de tratamento.
- (14) — Note-se a falta de concordância do pronome **lhe**.
- (15) — Note-se a incorrecção da 3.^a pessoa do plural do pres. do ind. do verbo **vir**.
- (16) — **Círculos** por **circos**.
- (17) — Comparem-se estas palavras de Belchior com as do mesmo rei, na mesma altura, do auto de Nariz.
- (18) — Note-se a falta de concordância na frase.
- (19) — É pena não poderemos publicar também as músicas correspondentes a estes dois conjuntos de versos; esperemos outra ocasião.

bibRIA



Onde mora o Folclore?

Por Albano Ferreira

A coisa tinha de partir de Arouca e partiu mesmo: — levar ao último Colóquio Portuense de Arqueologia um ensaio em vez de uma comunicação, como cumpria, sobre o tema folclórico que se definia no seu próprio título — **Castrejas as Danças Folclóricas Portuguesas?**

A proposição que se esconde na pergunta é de arrojo, já que ninguém poderia ter visto, para as estudar, as danças dos nossos aborígenes castrejos, tão distantes no tempo. Deles se sabia apenas o que a Arqueologia havia informado acerca da sua cultura, e foi sobre os dados desta que nos detivemos a imaginar a coreografia que se havia de desenvolver no seu seio para poder estabelecer as possíveis relações com as actuais danças da nossa gente rural.

Assim podemos averiguar que no decurso da sua lenta evolução veio o tempo do nosso aborígene abandonar a pastorícia errante para se instalar em abrigos familiares fixos que desenvolvendo-se haviam de dar lugar às povoações castrejas. Deu assim o homem, animal gregário, o grande passo para a sociedade, para a agremiação.

Sabemos como fundou a primitiva povoação — um conjunto de pequenas casas redondas — e o que a mesma lhe daria em troca: refúgio, agasalho, fraternidade, economia agro-pastoril de feição comunitária, ética em normas de relação e comportamento, defesa e segurança. Nasceu para este efeito a muralha, obra colectiva de participação comunitária.

Ali passou a viver o nosso aborígene que tratou de levantar mais uma, se não mesmo duas outras muralhas para maior segurança.

Dentro destas, no seio do próprio agregado, nascera, medrara e agitava-se, como é óbvio, uma juventude ávida de folgança, já que o recreio em gente nova é de imposição orgânica tão premente como o comer e o dormir.

Conseguida a tranquilidade, haviam de surgir os momentos de ócio, logo aproveitados por aquela juven-

tude, que atingira a idade núbil (a idade do namoro do nosso tempo), para os seus devaneios, para os seus procurados encontros e consequente realização dos divertimentos, de que a dança lúdica é o primeiro e o mais apropriado aos dois sexos juntos.

Surge, então, a dança social de conjunto, rapazes e raparigas aos pares, por efeito do inaparente impulso sexual.

Mas a dança não é tumulto nem distúrbio. É uma actividade recreativa ordenada e coordenada em que os participantes intervêm no gozo dum brinco comum. A dança terá de ser como o foi a muralha, uma obra de participação comunitária.

Mas a dança não pode realizar-se sem suporte rítmico e musical. O ritmo pode obter-se pelo bater das palmas das mãos ou dum pau noutro pau e a música, por não haver ainda, possivelmente, o instrumento sonoro que a produzisse, teria de ser fornecida pela voz humana, pela cantoria. D'aí o cantador (que necessariamente havia de ser socorrido pela articulação da palavra, se não já não dum verso, e aqui estaria, possivelmente, a origem da própria poesia) — figura já tradicional que nunca mais deixaria de estar ligada à dança popular mesmo depois obtido o primeiro instrumento musical (flauta rústica duma cana silvestre que ainda vemos em mãos dos pastores, ou, como indica a Arqueologia, do osso duma tibia).

Estamos, assim, em presença duma coreografia social estruturada e definida pela associação dum conjunto de pares — rapazes e raparigas — em coordenada movimentação de sentido comunitário, na obediência um cantador fincado no suporte musical em que assenta e se desenvolve toda a dança.

Outros factores ocorrem a ampliar e enriquecer tal coreografia mas já não importa referir aqui.

Se esta dança é, com efeito, a coreografia criada e fixada pelos nossos aborígenes castrejos, como cremos, podemos verificar que ela subsiste, permanece, nos seus

longínquos descendentes, os actuais rurais que a guardam e renovam com inusitado vigor e frescura.

Naqueles rurais se contam os de Arouca, e por aqui devíamos ficar. Mas interessa saber que foram muitos mais os herdeiros de tão singular e significativa herança, que a observação nos permite identificar, delineando mesmo a área da sua distribuição. Fixa-se esta (eis aqui uma novidade que há-de produzir protestos e controvérsia), numa zona que a partir do rio Vouga médio se estende para noroeste e confunde com o perímetro da chamada «videira d'enforcado», produtora do vinho verde, com particular incidência e caracterização entre o médio Vouga e o rio Ave, como qualquer observador pode verificar.

Convém, antes de mais, fazer uma prevenção para destruir um equívoco que está a tomar vulto em matéria de folclore coreográfico e musical. Nem tudo o que o povo adopta ou pratica, e só porque é povo, tem de ser folclórico ou mesmo popular. O nosso povo dança polcas, valsas, quadrilhas e todas estas coreografias vieram de salões mundanos europeus; dança modinhas de roda e estas vieram das reuniões familiares urbanas quando no princípio do século estavam em moda os chamadas Jogos de Prendas; dança modas de pares agarrados, faz rodopios como piões, levanta as saias em seus rodeios e mostra as pernas; adapta o Fado a coreografias de arranjo. Ora isto não é folclore, como não são folclóricas aquelas modinhas cantadas de origem teatral.

Folclore está na vivência de tradições oriundas de povos anónimos e incultos, como esses aborígenes que

temos estado a apreciar. O folclore não se inventa, nem se substitui. Para ser válido tem de ser autêntico e de raiz ou origem regional.

Como íamos dizendo, as danças folclóricas de origem castreja foram acantonar na zona do perímetro da «videira d'enforcado» por ali existir um tipo humano que descende exactamente daquele outro que viveu nos inúmeros castros do Noroeste da Península, zona apropriada ao viver mais fácil dos povos primitivos pela presença da humidade natural (abundância de pastos e de frutos), pela facilidade da defesa comum, pela proximidade do mar, pela existência de minérios (particularmente o ouro).

Mais tarde, já nos tempos históricos, haviam de erguer-se nessa zona as pequenas e graníticas igrejas românicas. Ali se fundira uma Nação que não resultara positivamente do mero acaso.

É ali que mora o folclore!

*
* *

Se por Arouca muito se dançava as tais danças castrejas, ali particularmente distinguidas pelo seu conteúdo comunitário — os pares a desfazerem a sua unidade básica trespassando-se ou mudando de lugar na distribuição do brinco comum — muito mais se cantava.

Para as danças tornava-se necessário um ajuntamento de pessoas dos dois sexos que para o efeito se procuravam; para cantar bastava apenas o encontro pausado, que não precário ou passageiro, dumas tantas raparigas, nunca menos de duas, para termos já um



AROUCA — Vista parcial

canto **escontriado** a duas vozes e, se forem três, a possibilidade dum coral a três vozes paralelas ou sobrepostas — juntar as cabeças e a dádiva brotava espontaneamente, a fundir-se no silêncio envolvente.

A mulher arouquense só cantará em uníssono junto do berço e, fora de casa, na horta, à erva, e na lava-doiro, e já o não faz em trânsito desacompanhada. Com outras ao pé, é que **funciona**. É desta modalidade folclórica arouquense que importa agora conhecer.

O canto arouquense só tomou aspecto folclórico depois que o etno-musicólogo Prof. Virgílio Pereira o descobriu e dele se ocupou para proclamar:

«O cancionero de Arouca é o mais rico e significativo do país.

Vocês, arouquenses, não sabeis a riqueza folclórica que tendes nos cantos populares da vossa gente rural, espécies raras dos velhos «fabordões» e «gymeis».

«Arouca é um centro difusor, como verifiquei por Resende e Cinfães, dessas vossas maravilhosas espécies musicais».

Foi uma surpreendente novidade para quem, como nós, não estava ainda informado a tal respeito. Folclore, então, era uma bela palavra de sentido mal definido e quando começou de entender-se era para designar danças populares, como de resto vem sendo vulgarmente interpretado, como aqui mesmo se já viu.

Facto é que Arouca dispõe dum acervo musical particularmente rico e significativo, como resulta da apreciação do mais categorizado etno-musicólogo que o prospectou e registou no livro «CANCIONEIRO DE AROUCA», que a extinta Junta de Província do Douro Litoral havia de editar, que importa considerar. As 531 espécies musicais ali coligidas são, só já pelo número, particularmente significativas.

Será altura de perguntar-se: — Como explicar a presença de tais e tantas espécies musicais por terras de Arouca? Desde que Arouca tem no seu vale maior um convento que foi inicialmente de monjas da velha ordem de S. Bento, que mais tarde a prestigiosa Rainha Santa Mafalda, neta do fundador da Nacionalidade, havia de submeter à de Cister na reforma de S. Bernardo, a resposta concreta estava naturalmente indicada: — ali, naquele convento! — E assim está estabelecido.

Por outro lado os dicionários de termos ligados à música informam que **Fabordões** são géneros musicais de típicos corais que se assinalaram pelo século XII em Inglaterra e que as ordens religiosas haviam de transmitir aos seus mosteiros do exterior, o que tudo concorre para dar consistência à indicada origem da nossa música coral. Com aqueles se identificam os **gymeis**, de que derivaram se não mesmo lhes teriam dado origem. Nos dois a mesma fórmula.

Os corais arouquenses, como de resto muitos outros estranhos à região, são cantados ao ar livre, em voz natural e sempre igual, sem pianos nem fortes, por mulheres voltadas para os vales ou declives, de forma a poderem ser ouvidas ao longe, como se a toada fosse emanção telúrica do chão que pisavam ou dádiva do céu. Alguma coisa de unção religiosa pairava nessa música lenta e nostálgica.

Tais corais hão-de definir-se pela junção de duas ou três pequenas melodias iguais sobrepostas e separadas por **terceiras** da escala musical, extensivas pela repetição quer dos seus períodos que de toda a composição e pela lentidão dos tons graves, mais prolongados nos remates finais. Têm a particularidade de a sua iniciação se fazer pela voz duma única mulher para definir o mote poético e a figura musical, logo repetido a duo com a voz superior da acompanhante, para seguir-se propriamente o coro, no qual se incorporaria a terceira voz quando se tratasse dum fabordão. A qualquer das vozes em função se podem agregar outras acompanhantes.

E acontece algumas vezes que um inesperado e pejorativo apupo aparece no remate da cantoria, partido, em regra, dum indivíduo estranho senão mesmo duma das próprias participantes do adjunto coral. Qual o significado ou intenção deste apupo, tão característico entre os audientes dos cantos populares? Desagrado, chacota ou apenas divertimento? Compreende-se que possa resultar dum estranho ouvinte, mas já se não explica se da participante.

O apupo, sempre reservado para os remates dos corais populares, é, com efeito, desconcertante. Têmo-lo como sinal de troca, mesmo perante aquele conteúdo religioso que emprestamos aos corais que se criaram ou desenvolveram à sombra dos conventos, que é o caso de Arouca, que começa de entrar em perigo.

Merece crítica a relação dos conventos e os cantos populares, como também estudo merecem os próprios corais.

A Igreja e os seus institutos religiosos só dispunham, como é sabido, duma música-tipo ou única, que é a música coral gregoriana, caracterizada pela sua estrutura uníssona. Outra não era admitida e se houve tentativas de a modernizar ou enriquecer mediante as prestigiosas fórmulas de Palestrina, o Concílio de Trento, dos meados do século XVI, tomando conta do caso repôs as coisas no seu lugar e a música religiosa se havia de conter na sua linha gregoriana tradicional.

Na Igreja há corais, por sinal muito belos, mas não passam do resultado de umas tantas vozes associadas a desferir uma melodia a uma só voz ou linha. Ora

isto não acontece com os corais populares, evidentemente mais complicados, mais ricos, pela inicial associação de 2 ou 3 vozes **escontriadas**. Nada, pois de comum entre uns e outros. Haverá quando muito uma unção de que participam os dois, daí ter resultado o equívoco da interdependência que os liga, mas que nada depõe a favor ou contra. Por outro lado, os cânticos religiosos têm sempre uma difusão e observância universais quanto os populares uma localização

muito restrita e são desiguais de terra para terra e mesmo de sítio para sítio, como podemos ver.

*
* *

Quem, por terras de Arouca, procure cantos populares para os observar directamente, grande surpresa o aguardará: — é ver o jeito, a queda, o dom, que tem a criança do sexo feminino local de construir com outra um canto **escontriado**, desses que tècnicamente se designam por **gymeis**.

As crianças, a partir dos dez anos, se não mesmo menos, já cantam com segurança; frequente é ouvi-las em pequeno grupo cantar maravilhosamente aquelas cantas ou modas populares que estão no património do seu círculo familiar.

Agora surpreender uma qualquer delas a transformar numa canta **escontriada** aquela cantiguinha exótica, de fundo mavioso, de que se apossou, é novidade que muito o há-de ferir.

Com efeito, enquanto a sua companheira canta ao natural tal cantiguinha, a nossa rapariguita entra de **botar** espontâneamente em tom superior sem qualquer deslize desarmónico, de que resulta um puro coral.

Este não foi sujeito a qualquer experiência nem criado depois duma série de tentativas frustadas ou ensaios. Resultou dum factor criador, duma nascente interior que fluiu, como um jacto de água num repuxo.

E aqui está a origem e a história de todos esses **gymeis** e **fabordões**, de que Arouca é afinal uma mina produtora, e de tal qualidade é esse material que muitos são, como havia de informar Virgílio Prereira, os que, de fora, dele se têm apoderado...

E já não vale a pena continuar, que mais haveria de dizer. Voltamos a perguntar:

— Onde mora o folclore?



Raparigas arouquenses em traje tradicional

A Feira das Colheitas — como surgiu e como cresceu

Por A. B.

Corria o ano de 1944 e estávamos em plena guerra mundial — a Segunda Grande Guerra.

O nosso País mantinha-se neutral mas, apesar disso, e sob múltiplos aspectos, teve de suportar as terríveis consequências do conflito. Dum modo especial, no que se referia ao abastecimento de géneros alimentícios e carburantes, além de muitos outros produtos, Portugal viu-se forçado a sofrer grandes privações e os preços exorbitantes do mercado negro. E a situação manteve-se sempre grave, tanto nas grandes centros como nas próprias aldeias, onde faltava o pão, alimento essencial ao trabalhador do campo.

Então, os Grémios da Lavoura e as próprias Câmaras foram chamadas a colaborar na regularização dos abastecimentos, sendo criadas, junto destas, comissões especiais encarregadas de proverem à distribuição de géneros às populações rurais. O milho e os outros cereais panificáveis escasseavam também, mercê dum açambarcamento desenfreado, que por toda a parte se fazia.

Foi considerando esta dramática situação e as funestas consequências dela derivadas, que o Grémio da Lavoura de Arouca resolveu adoptar uma medida altamente simpática, destinada, por um lado, a atenuar a crise, e pelo outro, a promover uma benéfica acção de fomento, que se impunha realizar.

Tornava-se imperioso estimular a produção de todos os cereais, sobretudo do milho, que é o de maior consumo na região e, para tanto, o Organismo resolveu realizar diversos concursos, entre os lavradores seus associados, tendo em mira, todos eles, conseguir um aumento substancial das produções.

Adoptada tal medida, que logo teve o apoio e auxílio financeiro da Câmara e doutras entidades, foi elaborado um plano de acção e estabelecido o respectiva programa, do qual constavam o número e a natureza dos concursos a realizar, montante dos prémios a distribuir, que eram numerosos e de valor elevado, como

convinha, sobretudo para a cultura do milho, pois era esta que mais se pretendia estimular.

Os concursos da MELHOR SEARA — de milho, cevada e trigo — da MELHOR FRUTA, da MELHOR ADEGA e do MELHOR LINHO, foram o fundamento justificativo da criação da FEIRA DAS COLHEITAS, pois assim passou a designar-se o certame, no qual foi integrado também o CONCURSO DA RAÇA BOVINA AROUQUESA, já criado no concelho.

Estes concursos, sobretudo o da Melhor Seara, despertaram um interesse enorme entre os lavradores e salutar emulação, que logo se previu viria a conduzir ao almejado fim — o aumento das produções. Eles, os lavradores, passaram a visitar os campos inscritos, comentavam os resultados das classificações, faziam propósitos para o ano seguinte, assim se vislumbrando um aperfeiçoamento da técnica e mais cuidado nas adubações, de tal modo notáveis que, com o andar dos anos, a lavoura da região, mercê destas e doutras medidas, se elevou a um alto grau de progresso. E tão notável ele foi que, sendo o concelho deficitário na produção do milho — a Câmara mantinha permanentemente aberto um celeiro de **milho de fora**, ou seja do Ultramar, — alguns anos mais tarde passou a exportar centenas de carros daquele cereal, os quais chegaram a passar dos mil.

Todos os prémios atribuídos aos lavradores, contemplados nos diversos concursos, foram-lhes entregues, como hoje ainda são, numa secção solene realizada no último dia da festa, para a qual eram convidadas diversas entidades oficiais e a que nunca faltou o Delegado da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, que conferiu ao Grémio da Lavoura um expressivo voto de louvor, pelo êxito do certame e iniciativa por ele tomada.

Ao mesmo tempo que isto se fez e faz ainda agora, o Organismo promoveu também uma Exposição Agrícola e do Artesanato, que despertou invulgar interesse,

na qual colaboraram os lavradores e, sobretudo, as donas de casa, da melhor boa vontade. Apesar de limitada a um campo restrito, neste primeiro ano, a Exposição foi muito visitada e serviu de ponto de partida para outras mais grandiosas, realizadas em anos subsequentes, às quais se viriam associar diversos organismos do Estado, como a Junta Nacional das Frutas, Junta de Colonização Interna, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Junta Nacional dos Resinosos, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e outros.

Por outro lado, concomitantemente com este programa, que se pode considerar de fomento, o Grémio da Lavoura pensou realizar um outro, que se destinaria a fazer ressurgir as antigas tradições populares, assentes no puro regionalismo, quase desaparecidas ou em

locais. Ao aparecerem, pela primeira vez, num estrado levantado na Vila, esses grupos de rapazes e raparigas, enquadrados pelos mais velhos, nem de longe se podiam comparar aos grandes ranchos que vieram mais tarde, dada a improvisação que os assinalava; mas o certo é que a iniciativa foi celebrada como um acontecimento de extraordinário relêvo e a exibição aclamada com estrépido e admiração, até porque era novidade nessa altura.

Os organizadores da Feira das Colheitas prestaram ao folclore esse enorme serviço — um altíssimo serviço — fazendo ressurgir das cinzas do passado os costumes, as danças, os cantares e o próprio trajo, há muito em desuso. E os futuros ranchos, todos eles, aqui vieram receber o seu baptismo na prática do folclore.



AROUCA — Mosteiro de Santa Mafalda

desuso, desde há longos anos. As típicas e tão alegres manifestações festivas, que caracterizavam tantas das mais sugestivas actividades da aldeia, como as desfolhadas, as ceifas, os linhares, as espadeladas e semelhantes, estavam esquecidas. Já se não cantavam nem dançavam, ao som da viola, as lindas modas do cancionero popular, que tanta graça e beleza imprimiram ao meio rural, mais pobre com essa ausência.

Quer isto dizer que se impunha fazer ressurgir o verdadeiro folclore, tão rico e tão variado de cambiantes regionais, e este desiderato alcançou-o também a Feira das Colheitas.

Santa Eulália, Chave, Rössas, Moldes e Canelas foram as freguesias que organizaram os primeiros grupos, cuja inspiração eles auferiram das pessoas idosas da sua terra, conhecedoras dos antigos usos e costumes

Uma excepção apenas existiu e essa deu-a um pequeno núcleo de gente serrana, vivendo isolada no alto da Freita, lugar do Merujal, onde nunca deixou de se praticar o mais puro e genuíno folclore. Dirigidos pelo velho Joaquim Campas, contador de nomeada, agora cego e doente, sempre requetrado para todas as funções de aldeias de mais fama no seu tempo, ali, no ponto mais alto da Serra da Freita, nunca deixou de se cantar e dançar a primor as lindas modas da região. Os outros ensaiaram-nas e aprenderam; estes beberam-nas com o leite materno.

Quando, pela primeira vez, o Rancho do Meruja — este, sim que foi sempre um verdadeiro rancho — se apresentou na Feira das Colheitas, os homens rudes com o seu fato de burél, coçado de o trazerem a uso, e as mulheres vestidas de saia de serguilha, a

cheirar ao avelhum dos seus rebanhos, mas dançando e cantando a preceito, a surpresa foi enorme e os aplausos irromperam vibrantes, parecendo não mais ter fim.

O **Senhor da Pedra**, o **Malhão**, o **Verdegar**, o **Vira da Serra**, e tantas outras modas que fizeram a delícia dos nossos avós e ainda apreciamos, sempre tiveram no Rancho do Merujal um intérprete fiel e expressivo, como é raro encontrar-se. Desta maneira, ele foi exemplo e mestre de tantos que com este afamado grupo aprenderam a praticar folclore.

* * *

Estava delineado o programa da Feira das Colheitas, que se realizou a primeira vez, pela forma sumariamente descrita, quanto ao essencial do seu programa, no último domingo do mês de Setembro, dia principal, de 1944.

Em anos futuros, cuidou-se apenas de melhorar e ampliar esse programa, dando nova forma às Exposições, que foram muito enriquecidas em qualidade e variedade de produtos, ajustando as normas dos concursos a novas realidades, imprimindo à festa da rua mais brilho e colorido, sem nunca esquecer que a mesma se há-de basear no regionalismo e ter no folclore o seu cartaz mais gritante. Foi este, sem dúvida, que deu à festa prestígio novo, nome e renome ao largo e ao longe.

A Feira das Colheitas é a festa das multidões, mostrando-se a Vila impotente para a todos albergar. Sem dúvida que as belezas paisagísticas da região e a própria arte contida em seus monumentos, entre os quais se agiganta o velho Convento, também são um chamariz para muitos, que aproveitam o ensejo para

uma visita à terra. E a Excelsa Rainha Santa Mafalda, em cujo amor tantos procuram alento e coragem para os transe da existência, os convida a virem prostrar-se perante o seu altar, saciando uma fé que vem das profundezas dos séculos.

Com tais e tantos predcados a valorizá-la, a Feira agigantou-se por forma impressionante e num curto espaço de tempo, não havendo lugar apropriado, como já se disse, para conter o número incontável de forasteiros que a ela acorrem nem, sobretudo, para se fazer a arrumação da quantidade interminável de carros que enchem todas as ruas, largos e quilómetros de estrada.

Nos últimos anos foram introduzidos na festa números de carácter religioso, que a princípio não tinha, entre os quais a bênção dos campos e do gado, assim como um vistoso **Cortejo de Açafates**, no qual tomam parte centenas de raparigas conduzindo açafates enfeitados, com oferendas para o Hospital que constitui, além do seu fim beneficente, uma esplendorosa demonstração do traço regional. E tem lugar, na mesma altura, um grandioso e bem provido mercado e feira anual de gado, que muito valorizam o certame, durante os três dias da sua duração.

No ano em curso, por motivos ponderosos, a que não são estranhos os de ordem financeira, efectuou-se a reunião das duas festas numa só, ditas do Concelho e das Colheitas, que as entidades responsáveis, Câmara Municipal e Grémio da Lavoura, resolveram realizar de comum acordo.

Sob a designação de **Festa do Concelho e das Colheitas**, realizou-se a festa única, englobando o programa das anteriores, sem quebra de prestígio nem do nome de qualquer delas.



AROUCA — Calvário

Quatro séculos de história—Vila da Feira—A Praça Velha

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras — Secção de Ciências Histórico-Geográficas — pela Universidade de Coimbra

2

A do Norte

Casa que hoje pertence a Francisco Plácido de Resende

É muito confusa a história desta casa, dada a mutação que ela sofreu com integrações e desintegrações de domínio, até que vieram a unificar-se na mão do pai do actual proprietário Francisco Plácido de Resende, de nome Francisco Plácido Alves.

Receio que, por vezes, por falta de elementos suficientes ou de vícios de raciocínio, venha a errar: outros me emendarão se tiverem melhor sorte na descoberta de documentos elucidativos e maior clareza na dedução.

Posso mesmo dizer que foram estas casas as que mais trabalho me deram em estudo e averiguações: contudo, alguma coisa se apurou, de proveito, como passo a expor.

Huette Bacelar, na sua cit. ob. a pág. 187-v.º, diz que D. Natália do Amaral de Vasconcelos, viúva de Aires Ferreira do Carvalhal, e Sebastião Godinho Ferreira e sua mulher Isabel do Carvalhal Ferreira, venderam a Domingos Homem Soares, da Vila da Feira, por escritura de 13 de Fevereiro de 1656, lavrada pelo Tabelião Baltasar Soares, da mesma Vila:

«O q.º venderão foi umas moradas de Cazas, citas na Prasa da dita Vila, com seu Quintal, p.º detras dis q.º partem do Norte com Filippa Corrêa, e do sul com a Prasa (é aquella corrente de Cazas, q.º fica entre a Rua direita, da dita Vila, e a travessa q.º vay p.º a lavandeira, e estão pegadas á Capela de St.º António), e também venderão os Campos, pertensas das mesmas Cazas, q.º então pesuia Mauricio Gomes, junto á Lavandeyra da dita Vila, q.º do nascente parte com a quangosta da Lavandeyra, e do Norte com Damião Rodrigues, suas Erdades Dizemas a Deos, e pagavão foro ao Castelo»⁽¹⁾ — anotando marginalmente e em

relação aos campos, «é o porq.º serve, esta Carta de Compra, pois as Cazas as venderão».

Diz em seguida, a fls. 188:

«Isto tudo trazia por prazo o dito Domingos Omem Soares e sua m.er, feito o prazo a seu antecessor (talves sera sogro)⁽²⁾, Pascoal de Andrade, por António Moreyra, Pay dela vendedora, de cujas Cazas, Quintal, e Campos, lhe pagavão eles compradores, cada ano = —onze cruzados. Foi pelo preço de 77\$ = tem cert.ºm de Ciza». «Os ditos Sebastião Godinho Ferr.º e m.er Izabel do Carvalhal, convierão, e asinarão nesta venda, por q.º os ditos Natália do Amaral e Vasc.ºs, e seu defunto marido Ayres Ferr.º do Carvalhal, lhe tinham feito Duação disso e por iso diserão, q.º também vendião p.º ficar sigura; depois pertense a Erança, e Duação, q.º fez D. An.ºta do Am.ºal de Tavares, cazada q.º foi com Manoel da Motta Pereira, do lugar do Vale, em Penaguião, a sua sobrinha D. An.ºta do Amaral, selebrada em 17 de Dezembro de 1662, Escr.ºm Manuel Per.º P.ºto, de Penaguião; a dita Escritura está onde se dise já no titulo do Cazal de Nadais a fls....» (corresponde a fls. 549).

Lembramos que aquele António Moreira de Vasconcelos e sua mulher D. Maria do Couto Vasconcelos eram os 5.ºs avós de D. Vitória de Lacerda e que viveram na última metade do século XVI e princípios do XVII, tendo-se procedido, em 1609, a inventário para partilha dos bens dele entre a viúva e seus filhos⁽³⁾. Neste inventário o referido prédio foi adjudicado à filha Natália do Amaral e Vasconcelos casada que foi com Aires Ferreira do Carvalhal, que tiveram uma única filha Isabel do Carvalhal Ferreira, casada com Sebastião Godinho Ferreira, atrás mencionados.

Esclarece-se que o falado Domingos Homem Soares era filho de Lopo Soares de Albergaria e de Isabel Coelho e que, por sua vez, sua mulher Maria de Andrade Freire era filha de Estevão Leitão Coelho — e de Antónia, ou Inês, Godinho: viveram na Vila da

Feira. Tiveram dois filhos: Inês de Andrade Vasconcelos casada com Diogo Moreira de Vasconcelos e Estevão Leitão Soares, casado com Maria de Andrade, e que, por morte daquele Domingos e mulher, se procedeu a inventário em 1674, tendo aquelas casas, quintal e campos, objecto da citada venda de 13 de Fevereiro de 1656, ficado a pertencer à filha Inês e marido Diogo.

«Depois na partilha feita entre D. Ignes de Andrade (foi m.er de Diogo Moreyra de Vasc.^{os}, Bisavós de minha m.er D. Vitória de Lacerda) e seu irmão Estevão Leytão Soares, filhos q.^o tinham ficado, de Domingos Omem Soares, é o da compra asima, e de sua mulher D. Maria de Andrade, cuja partilha se fes com asistencia, do Tutor da dita D. Ignes, Feleciano Leytão Coelho, de q. foi Juiz Francisco Botelho de Pinho e Escr.^{am} q.^o a fes aos 26 de Fevreyro de 1674, o dos Orfãos Diogo de Almeyda Mascarenhas; este formal, está com os Inventários da Caza da Feyra, e por ele veyo este prazo á dita Caza. Em o ano de 1645 se Emprazou....» (Huette Bacelar, cit. ob. pág. 187 e 187-v.^o).

Para já interessa-nos encarar a história das casas e quintal, pois os campos — que já se estendiam para a Rua da Lavandeira, marginando-a — pouco interessam ao nosso estudo, embora a eles se venha a fazer referência, visto estarem englobados na dita venda.

O descritivo de Huette Bacelar faz supor, à primeira vista, que o António Moreira era o titular, em plena propriedade, de toda a corrente de casas que ia da Rua Direita até à Rua da Lavandeira, ou seja as que constituem a ala norte da Praça Velha, com a única limitação de pagamento de foro ao Castelo, foro este que, como se verá pelo desenvolvimento deste estudo, estava restrito a uma pequena parte daquelas Casas, denominada Casa da Sisa ou das Sisas, correspondente ao topo poente daquele correr de casas, fazendo esquina para a Rua Direita e Praça.

Porém, tomamos conhecimento pelo «Livro e memorial da fazenda deste Convento (o do Espírito Santo da Congregação de S. João Evangelista, desta Villa) pera se dar principio ao tombo tão necessário pera sua augmentação»⁽⁴⁾ conhecido por Livro do Padre Mestre Jorge de S. Paulo R.^{or} (por ter sido o iniciador dos apontamentos e anotações nele contidos), que aquela Casa das Sisas foi, cerca de 1586, legada em testamento, ao Convento, por Antónia Lopes, viúva de Brás de Oliveira (este será referido mais tarde como confrontante, pelo sul, da casa que foi de Duarte Pinto, hoje pertença do Dr. Belchior Cardoso da Costa — conforme consta do título datado de 1545).

Este livro encontra-se extratado pelo Dr. Vaz Ferreira, no Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. XVI (pág. 189 a 212 e 247 a 270) e Vol. XVII (pág. 36 a 66), sendo a referência àquele testamento, que se passa a transcrever, feita a pág. 263 do Vol. XVI. «Obriga-

ção de Antónia Lopes § 1.^o Antónia Lopes, viúva de Brás de Oliveira deixou em testamento a este Convento a casa das Sisas que está na praça: e juntamente que seu testamenteiro Manuel Pinto comprasse fazenda bastante para esmola de vinte missas e um aniversário todos os anos por sua alma e de seu marido e defuntos. O testamenteiro Manuel Pinto comprou o Casal do Ameal a José Novais e D. Branca da Silva sua mulher moradores no Porto por sententa mil reis que ficou de Antónia Lopes para estes efeitos: § 2.^o no ano de 1576 (deve ser 1586 como se vê da nota da folha 30 verso) o padre reitor Belchior de Trindade (1586-1588) em virtude de um despacho do Capítulo aceitou esta obrigação das vinte missas por Antónia Lopes e Brás de Oliveira seu marido e por seus defuntos todos os anos e mais um noturno de três lições com vésperas e laudes e missa cantada: a qual obrigação foi contratada por Manuel Pinto testamenteiro da dita Antónia Lopes, o que tudo consta do Liv. 10.^o fol. 18 § 3.^o... (no verso da folha 30) — (Por outra letra — «A instituição da Capela de Antónia Lopes, foi feita em 1586 e vai no L.^o 4.^o a fls. 496).» Verifiquei, no referido livro, que a instituição foi feita no mês de Dezembro de 1586.

Do exposto, temos que concluir que o António Moreira não era senhor em pleno domínio de toda a corrente de casas a que se refere Huette, não só porque a da Sisa pagava foro à Casa da Feira, mas ainda porque ela, desde os fins do século XVI, pertencia ao Convento por força da referida deixa da Antónia Lopes, viúva do Brás de Oliveira, ficando por explicar, porém, os limites em que estes eram senhores do prédio, mas é de concluir, pelo que adiante se narrará, haver relações de domínio e posse entre a Casa da Feira e a do Convento, visto ambas cobrarem foro em referência à aludida Casa da Sisa, o que talvez encontre a sua explicação em o aforamento da Casa da Feira ser de natureza de fateusim perpétuo, a favor de Brás de Oliveira e mulher que, por sua vez, a aforaram em vidas.

É possível, porém, que o António Moreira tivesse sido enfiteuta desta parte do prédio, embora senhor em plena propriedade da restante e, deste modo, tudo tivesse transferido, por sucessão, para sua filha Natália que, nas mesmas condições, fez a venda ao Domingos Homem Soares, pelo aludido contrato de 13 de Fevereiro de 1656.

Huette Bacelar — (cit. ob. pág. 187) diz:

«No lugar da Lavandeyra, freguesia da Vila da Feyra, tenho uma propriedade q.^o consta de um asiento, e campos, q.^o anda Emprasadado por prazo de vidas, de q.^o sou direito Snr. com o Dominio p.^o esta Caza de dez um. Isto se incluiu na Compra q.^o fez Domingos Omem Soares, a Natalia do Amaral de Vas.^{os} por ser pertensa das Cazas q.^o lhe comprou, como se dirá logo».

Acrescentando a fls. 188-v: «De Mauricio Gomes pasou a Domingos Leyte, e, deste a Manuel Coelho, e agora (o livro de Huette foi escrito em 1774) o pesue José Francisco».

«Prazo de vidas, q.^o fez Domingos Omem Soares, e sua m.^{er} D. Maria de Andrade Freyre, a Mauricio Gomes, e m.^{er} Leonor Francisca, em primeira, e segunda vidas, terceira, filho ou filha, em 23 de Abril de 1645, T.^{am}, Ayres Pinto Coelho, e o que pasou este treslado, foi José Corrêa, aos 15 de Setembro de 1698 todas da Vila da Feyra».

«Prazo de vidas, q.^o fes, ou renovou Bernardo Moreyra Cardozo de Vasc.^{os} e sua m.^{er} D. Bernarda Sufia, em Manoel Coelho e m.^{er} Joana Fernandes do dito lugar da Lavandeyra, em prim.^a e segunda vidas aos 17 de Janr.^o de 1718 pelo T.^{am} Manoel de Almeyda Cabral da dita Vila todos».

Esta sucessão de enfiteutas, deve referir-se ao aludido campo da Lavandeira, com seu assento, que, como dissemos, se desenvolvia marginando a rua do mesmo nome e que, mais tarde, vamos encontrar como emprazado a Bernarda Caetano de Almeida e Joana Rosa de Almeida e marido Custódio Coelho — por José de Sá Pereira Brandão (escritura de 29 de Maio de 1745).

Até 1662 não encontrei outro documento ou referência que possa interessar à história destas casas.

Por isso, e para facilitar a leitura e compreensão de tudo que ficou dito posso resumir, e com foros de veracidade, a história desta casa, desde os meados do século XVI a meados do século XVII nos seguintes termos.

O prédio era constituído por:

a) Casas e quintal sendo aquelas possivelmente as três que pela sequência deste trabalho se vão encontrar, ou seja a da esquina poente, denominada da Sisa ou Sisas, a que se lhe seguia imediatamente para nascente, que veio a denominar-se do meio ou do Estrado e, finalmente, a que lhe sucedia imediatamente para nascente, que, no mencionado contrato de aforamento de 29 de Maio de 1745, foi emprazada a Joana Rosa de Almeida e seu marido Custódio Coelho.

b) Campo junto, chamado da Lavandeira.

Quanto às casas:

a) A da Sisa pertenceu à Casa da Feira, que a deve ter dado de aforamento, provavelmente de natureza fatusim perpétuo, a Brás de Oliveira e sua mulher Antónia Lopes, ou mesmo a ascendentes de qualquer destes. Por sua vez, ela, por testamento, de cerca de 1586, legou esta casa ao Convento, que veio a emprazá-la.

b) As restantes casas pertenceram a António Moreira de Vasconcelos e a sua mulher Maria do Couto de Vasconcelos (5.^{as} avós de D. Vitória de Lacerda),

que viveram nas últimas décadas do século XVI e princípios do XVII, e, por falecimento daquele António Moreira, por força de partilhas feitas em 1609, entre sua viúva e filhos, vieram a pertencer a Natália do Amaral e Vasconcelos, casada com Aires Ferreira do Carvalho; por sua vez, aquela Natália, já no estado de viúva, e seus ditos filha e genro, venderam-nas a Domingos Homem Soares, casado com Maria de Andrade (também 3.^{as} avós de D. Vitória de Lacerda), por escritura de 13 de Fevereiro de 1656.

Por inventário a que se procedeu, em 1674, por óbito daqueles Domingos Homem Soares e mulher, as aludidas casas ficaram para sua filha Inês, casada com Diogo Moreira de Vasconcelos (bisavós de D. Vitória de Lacerda).

Estamos, também informados, pelo livro de Huette Bacelar, que o António Moreira de Vasconcelos deu de aforamento todas as casas, objecto da venda que sua filha e seus netos fizeram ao Domingos Homem Soares, pela aludida escritura de 13 de Fevereiro de 1656 «aquella corrente de Cazas, q.^o fica entre a Rua Direita, da dita Vila, e a travesa q.^o vay p.^a a lavandeira, e estão pegadas á Capela de St.^o António».

Penso que Huette errou naquele limite, até à rua Direita, abrangendo, assim, a Casa da Sisa. Se na verdade a incluía, temos que concluir que a posse do António Moreira e as transmissões feitas, daquela corrente de Casas, até ao Domingos Homem Soares, derivavam, em parte, de direito enfiteutico (casa da Sisa) e, em parte (restantes casas), de plena propriedade o que nos parece vir a ser confirmado quando, mais adiante, estudarmos o contrato de 27 de Agosto de 1662 pelo qual o Domingos Homem Soares tomou de aforamento, ao Convento, a Casa da Sisa e a que andava emprazada a Pero de Pinho (que, como se dirá, era uma e a mesma casa).

Temos, porém, conhecimento, e nisto parece que não há dúvidas, que o aforamento da aludida corrente de casas foi feito pelo António Moreira de Vasconcelos a um tal Pascoal de Andrade contrato que também celos a um tal Pascoal de Andrade, contrato que também abrangia os campos e que, a este enfiteuta, sucedeu, e nesta qualidade, o Domingos Homem Soares que, assim, possuiu o prédio até que o comprou em 13 de Fevereiro de 1656.

Quanto aos campos:

Pertenceram, em plena propriedade, ao António Moreira de Vasconcelos, que como se disse, os emprazou, juntamente com as casas, ao Pascoal de Andrade, sucedendo a este, como enfiteuta, o Domingos Homem Soares que, por escritura de 23 de Abril de 1645, por sua vez, os deu de aforamento a Maximino Gomes e mulher «em primeira e segunda vidas, terceira, filho ou filha» que possuíam os campos quando aquele Do-

mingos Homem Soares, por força da aludida compra de 13 de Fevereiro de 1656, passou a ser senhor deles em plena propriedade. Posteriormente, estes campos ficaram, assim como as casas e quintal (como já referimos), para a filha deste, de nome Inês (casada com o Diogo Moreira de Vasconcelos), transmitindo-se depois, sucessivamente, para seu filho Bernardo Moreira de Vasconcelos, casado com Bernarda Sofia de Leão e destes para seu filho Diogo Moreira Cardoso de Vasconcelos casado com Josefa Violante de Vasconcelos e, ainda, destes para sua filha D. Vitória de Lacerda e seu marido Huette Bacelar, que os fez incluir no tombo da sua casa.

Quanto aos enfiteutas também ficamos a saber que esse direito se foi sucedendo do Maurício Gomes e sua mulher (aludido contrato de 23 de Abril de 1645, que deve ser o mesmo a que Huette Bacelar se refere quando diz a fls. 187-v.º) — «Em o ano de 1645 se emprazou», até Domingos Leite e Manuel Coelho, que era o enfiteuta quando Huette Bacelar escreveu o seu citado livro em 1774 (fls. 188 e 188-v.º).

A história das casas em referência, a partir de 1662, envolveu-me em maiores dificuldades.

Consta de uma petição feita, neste ano, pelo «R.º Prior do Most. de Spr. Sant.º desta Villa» (Tombo do Convento de S. João Evangelista — Vol. 10 fls. 3) «que a elles lhe pertencem huas cazas suas nesta Rua por cima das suas da Praça as quais teve por prazo de tres vidas hum P.º de Pinho e sua m.ª já defuntos e por os herd.ºs serem moradores em Lx.ª e não tratarem dellas ficarão devolutas e as ocupou com sua fam.ª (?) D.ºs (?) Ferreira...»

Podem, aí, que lhes faça entrega do mesmo prédio, o que obtiveram por competente auto de posse: «e porque agora abrão mão delas por estarem pera arruinar de todo como he notório aos visinhos requerem que se segurem ao sup.º o deve fazer para assegurar o foro q.º tem de dousent.ºs reis e hum frango em cada hum anno e direitos de ltuosas q.º se lhe estava a dever o q.º também ha atalhar a que caindo suceda algum perigo, e se impida a Rua publica, a que os herdeiros (se os ha) a quem pertensa o prazo ou renovação não hão de fazer por não a verem vir posuidas as ditas cazas. E o supp.º se quer apossar dellas sem pesuio de terceiro e do direito que tem nas ditas casas como direitos senhoriais o que tudo he notorio».

Tudo se transcreve pelo alto interesse que este documento tem para o estudo da Casa da Sisa e apreciação do contrato de emprazamento que o Convento fez, em 27 de Agosto desse mesmo ano (Tombo do Convento de S. João Evangelista L. 8.º pág. 109). Do mesmo documento, onde está inscrita aquela petição, consta o auto de posse conferido em 25 de Abril do mesmo ano, mas dele não constam as confrontações do prédio.

Por aquela escritura que denominaram de «publico instrumento de contrato de emprazamento» que «innovaram em vida de tres pessoas e tres vidas cumpridas e acabadas e mais não» — «o Mosteiro do Espirito Santo desta Villa que he da Ordem de Sam João Evangelista», por intermédio dos seus representantes, deu de emprazamento ao aludido Domingos Homem Soares, de «entre os mais bens de raiz que lhes pertencião e a seu Mosteiro de que estavam em pasifiqua posse» — «humas casas chamadas da Siza e q.º ficarão de pero de pinho sitas na Rua e Prasa desta ditta Villa que partem do nasente com ele dito Domingos Homem Soares e do poente com a Rua Publica e do norte com as casas de Filipa Corrêa que ficarão de Francisco Gomes e do sul com a Prasa e com as demais confrontações com que de direito devão e ajam de partir e de marcar as quais casas estão oje terseiras e pertensem ao ditto Mosteiro» — acrescentando — «e por assim lhe pertenserem e serem prop. evidente do ditto Mosteiro e o presentamente de suas rendas andarem as ditas Casas moradas deseram elles ditos reverendos padres que elles por esta publica escritura emprazavão como de facto logo emprazaram as ditas Cazas de Sisa E as q.º foram de pero de pinho e todas as suas pertensas ao ditto Domingos Homem Soares e sua molher em primeira e segunda vidas e pera um filho ou filha dantre ambos em terseira vida qual o que delles mais viver em hua vida ou a ora da sua morte mais nomear queseir em terseira vida de modo que seram tres vidas cumpridas e acabadas e não tendo filho nem filha nomearam uma pessoa de sua gerasam que será sempre de legitimo matrimonio e não sera de maior condisom que elles caseiros nem das defesas em direito poribidas».

É curioso notar que, entre as cláusulas do contrato, figuram as de os caseiros se obrigarem a levantar as casas todas as vezes quantas cair e a nelas fazerem benfeitorias de maneira que «sempre andem melhoradas e não peoradas».

A pensão anual foi fixada em 800 reis com a obrigação, para o Mosteiro, de pagar ao Castelo o foro a que a Casa da Sisa estava obrigada (que era de 100 reis como adiante se verá) clausulando-se, ainda, que os enfiteutas podiam alienar as casas aforadas, com direito de preferência para o Mosteiro. Infelizmente não consta do título que me foi dado ver, a medição das casas, como era de uso e costume, mas, como se verá pelo desenvolvimento deste estudo as da Sisa devem corresponder às que, em 1705, tinham, de norte ao Sul, cinco varas e meia e, do nascente ao poente, cinco varas e, em 1708, do nascente a poente, a facear com a praça, cinco varas e do norte a sul, a facear com a rua pública (Rua Direita), cinco varas e meia.

Assim, em 1662, o Domingos Homem Soares era senhor das mencionadas casas da ala norte da Praça,

em pleno domínio, com excepção da da Sisa, da qual era mero enfiteuta, casas que em toda a sua extensão iam da Rua Direita à da Lavandeira tendo, no seu topo, deste lado, a Capela ou Oratório de Santo António, que devia estar integrada na última casa ou faceando com ela, na embocadura da referida rua da Lavandeira, como se apreciará oportunamente no Capítulo II.

Noutro livro do tombo do Convento — arrecadado na Biblioteca da Câmara Municipal da Feira, que também acompanhou os demais cedidos pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, encontrei a cópia de uma escritura de grande interesse para este trabalho.

É um grosso volume de 436 páginas contendo, por cópia, o tombo do referido Convento, feito e sentenciado pelo Doutor António da Rocha Manrique, do Desembargo de Sua Magestade, por Ordem da Rainha e a requerimento do «Reitor e Religiosos do Convento do Espirito Santo da Congregação de Sam João Evangelista, cito na Vila da Feira» livro que, em suas páginas, está rubricado por aquele Desembargador, que foi o mesmo que fez o já referido Tombo da Casa da Feira (Infantado). É precedido por um índice de natureza particular e tem, em anotação, os seguintes dizeres «Antes de tudo Vejase o Livro do P.^o M.^o Jorge de S. Paulo a fls. 257» e, a tinta vermelha, n.^o 1. Conclui-se que aquela cópia era constituída por mais de um volume.

A fls. 29 está copiado um auto com o seguinte título «Auto de reconhecimento que fizeram o Licenciado Mathias Soares e sua mulher desta Villa de hum escriptorio das Cazas em que vivem na Praça desta Villa que he de prazo de vidas e a Renda que delle paguam ao Convento de Esperito Santo desta Villa e seus Religiosos direitos senhoriaes».

Deste auto, feito em 25 de Agosto de 1705, consta que o Convento deu de emprazamento ao Licenciado Matias Soares e a sua mulher Jacinta de Mello Teixeira, e pela renda de 800 réis anuais: «O escriptório das Cazas em que vive o Licenciado Mathias Soares citas na praça desta Villa que tem de comprido do norte ao sui cinco varas e meia e do nascente ao poente cinco varas confronta do nascente com as cazas delle cazeiro e do poente com a Rua e do norte com cazas de António Rodrigues Bucho e do sul com a praça desta Villa e pellourinho della».

Do mesmo auto ainda consta a declaração daquele Licenciado que dos bens pertencentes ao Convento, «trazia e possuia tam somente hum escriptorio das cazas em que vivia que hera de natureza de prazo de vidas de que hera direito senhorio o dito Convento e seus Religiosos e por tais os Reconhecia a quem paguava de Renda do dito escriptorio em cada hum anno por dia de Sam Miguel de Setembro outo centos reis em dinheiro

a qual renda confessavam pagar ao ditto Convento cujo prazo estava vago pellas vidas delle serem fallecidas e estava possuindo o ditto escriptorio por huma carta de compra que fizera a Diogo Moreira desta Villa pesuidor que hera do dito prazo o qual apresentou loguo e mostrava ser feyto em trinta diguo em trinta e hum de Outubro de mil seiscentos e outenta e nove nas notas do Tabeliam Joam Lopes Correia desta Villa».

O texto do auto, no seu início, dá como presente o reconhecente, o dito Licenciado, mas no seu decorrer diz-se que o assina sua mulher Jacinta de Mello Teixeira por ele ter falecido, ordenando-se na respectiva sentença, proferida pelo Doutor Manrique, de 27 do mesmo mês e ano, que se fizesse a renovação do prazo por estarem extintas as vidas, condenando a dita Joana a pagamento do Laudémio «da compra que fizeram». Não obstante as referidas declarações verifiquei pelo registo de óbito do dito Licenciado Matias, que ele faleceu em 13 de Maio de 1706, o que não abona a autenticidade das datas mencionadas no dito auto e nos põe de sobreaviso sobre as demais constantes do tombo. E, em verdade, se repararmos no número de autos que se faziam com a mesma data, vemos que as datas que lhes eram atribuídas não deviam corresponder, na sua totalidade, à verdade.

Daquele documento se vê que o Diogo Moreira de Vasconcelos, que succedeu no prazo da casa da Sisa por herança de seu sogro Domingos Homem Soares, fez venda do seu direito ao Matias Soares em 31 de Outubro de 1689 e que, por sua vez, juntamente com sua mulher, reconheceu a sua qualidade de enfiteuta ao Convento por escritura de 25 de Agosto de 1695 — sendo neles renovado, por vidas, o dito prazo, legalizando-se, assim, a situação criada por aquela compra feita 6 anos antes, tendo-se pago o respectivo laudémio. Aquela compra deve ter abrangido também as demais casas daquela ala norte da Praça, pois no referido auto de reconhecimento não só se diz que o escriptório era o das casas onde ele vivia, mas ainda o faz confrontar, pelo nascente, com «cazas delle cazeiro».

A renovação ordenada veio a operar-se por novo contrato de emprazamento.

Assim, por escritura de 1 de Maio de 1708, o Mosteiro e Convento emprazaram a José Soares de Mello, filho daquela Jacinta de Mello Teixeira «veuva que ficou do Licenciado Mathias Soares moradores nesta dita villa», «as Cazas sitas na Prasa desta que hoje se achão mistas com outras cazas asim do poente como do nascente e também confrontavam com a rua publica desta ditto Villa e pella parte do norte com cazas de Manuel (ou Ant nio?) Rodrigues Bucho e do sul com a prasa publica para onde tinha a porta e asi com fronteira com o pelourinho della». (Tombo Livro 9.^o — pág. 60).

Esta casa, segundo o dizer daquela escritura, era sobradada e tinha, de norte a sul, 5 varas e meia e, do nascente ao poente, cinco varas «a qual caza hoje se chamam do escriptorio e alqueve⁽⁵⁾, das sisas e ficava a dita caza da parte do poente dando principio (aqui se acham humas palavras que se não sabem ler)⁽⁶⁾», continuando, a mesma, no seu texto «e porque a dita caza era de todos elles Reverendos Padres e seu Convento pertenciam a elle dito José Soares de Mello o dito prazo em resam de ser filho mais velho do dito Ld.^o Mathias Soares e este o nomear sendo a terceira vida no dito prazo... pela lei do Reino...».

O empraçamento foi feito por 750 réis, acrescido de 100 réis que os padres se obrigaram a pagar ao Castelo, conforme direito deste e por três vidas, sendo a 1.^a dele José Soares de Mello e a 2.^a de sua mulher se viesse a casar, sendo a terceira e última conforme os costumes de tais prazos, concluindo-se, assim, que ao tempo o José Soares era solteiro.

Do exposto, e considerando a história da casa desde 1662 a 1708, pode concluir-se que a casa denominada da Sisa, ou escritório, ou alqueve das Sisas, era foreira ao Convento e à Casa do Infantado, surgindo, porém, por todo o descritivo feito, uma grande dúvida sobre a sua estrutura, como se vê da petição para a posse requerida pelo Convento em 1662, que dizia respeito — a huas cazas suas nesta Rua por cima das suas da Praça as quais teve por prazo de tres vidas hum P.^o de Pinho», casas que estavam e ameaçar ruína e estavam, então, ocupadas por D.^{os} (?) Ferreira.

Vê-se do empraçamento feito ao Domingos Homem Godinho, por escritura de 27 de Agosto desse mesmo ano, que teve por objecto «umas casas chamadas da Sisa e q.^o fiquarão de pero de pinho sitas na Rua e Prasa desta ditta Villa» — declarando-se, em seguida, andarem «moradas» e que se empraçavam «as ditas Cazas da Sisa E as q.^o foram de pero de pinho e todas as suas pertensas» fixando-se o foro em 800 réis. Neste título deu-se, pelo norte, a confrontar com as casas de Filipa Correa que «fiquarão de Francisco Gomes».

No contrato de empraçamento que o Convento fez ao Licenciado Matias Soares, em 25 de Agosto de 1705 — (casas que ele já possuía desde 1689 por compra feita ao Domingos Homem Godinho), — o seu objecto foi o «escritório» dando-se o prédio a confrontar pelo norte com António Rodrigues Bucho e não com prédio pertencente ao Convento, especificando-se, nesse contrato, que o prédio empraçado tinha de norte a sul 5 varas e meia e de nascente a poente 5 varas.

Por sua vez, no contrato de aforamento que o Convento fez com José Soares de Melo, por escritura de 1 de Maio de 1708, aquela casa é denominada por escritório ou alqueve das sisas, a confrontar pelo norte com Manuel (ou António) Rodrigues Bucho, com o foro

de 850 réis, no qual se inclui o de 100 réis devido à Casa da Feira.

E agora pergunta-se:

A casa que foi empraçada pelo Pero de Pinho correspondia à Casa da Sisa ou era uma outra que lhe sucedia para norte, na Rua Direita?

A dúvida resulta sobretudo do referido dizer, no requerimento para posse de Abril de 1662, — «huas casas suas nesta Rua por cima das suas da Praça» — e do modo confuso como a elas se refere o aforamento feito, em Agosto seguinte, ao Domingos Homem Soares — «Humas cazas chamadas da Sisa e q.^o fiquarão de pero de pinho sitas na Rua e Prasa desta ditta Villa» — e no outro passo da mesma escritura em que se diz que se empraçavam «as ditas Cazas da Sisa E as q.^o foram de pero de pinho e todas as suas pertensas», não se sabendo se se quis dizer «e as que» ou «é as que».

Penso que a Casa de Sisa e a que ficou de Pero de Pinho era uma só edificação, tendo este ocupado, se não a totalidade dela, pelo menos o seu pavimento superior, o que tudo, ou em parte, estava, a quando da posse requerida pelo Convento, ocupado pelo Ferreira, posse de que não foi desalojado pelo judicial concedida ao Convento — ocupação que motivou dizer-se, no contrato de empraçamento de Agosto de 1662, que ela estava «morada».

Inclino-me para esta hipótese, porque:

a) Apenas conheço como título de aquisição, por parte do Convento, a casa denominada pela da Siza — deixada ao Mosteiro pela viúva de Brás de Oliveira, Antónia Lopes, em seu testamento de que resultou a instituição da Capela em 1686;

b) O contrato de 25 de Agosto de 1705 de empraçamento ao Licenciado Matias, diz respeito ao «escritório», designação que por certo se quis dar a toda a Casa da Sisa que se identificou como a confrontar pelo norte com António Rodrigues Bucho e não com prédio pertencente ao Convento (o que tudo deveria corresponder à Casa que fora aforada ao Pero de Pinho).

c) Outro tanto sucede, e com igual confrontação pelo norte, no contrato de empraçamento feito pelo Convento ao José Soares de Melo — «do escriptorio ou alqueve das Sizas».

d) Naquele contrato de empraçamento de 25 de Agosto de 1705 foi dito que o «escritório» tinha de norte a sul cinco e meio varas, de nascente a poente cinco varas e como adiante se verá, a parte aforada à Casa da Feira (conforme reconhecimento feito em 1754) e que só abrangia a casa chamada da Almotaria (que era a das Sisas), tinha de norte a sul seis varas e do nascente ao poente cinco varas e um quarto, correspondendo, assim, sensivelmente, uma à outra, as duas referidas medições. Se à casa da Sisa, acrescesse

a qua fora ocupada pelo Pero de Pinho, a medição atribuída no aludido contrato de 1705 devia ser muito maior;

e) Não encontrei no Tombo do Convento, apesar de uma cuidadosa investigação, qualquer outro contrato de empraçamento referente, exclusivamente, a qualquer casa que o Convento possuísse para norte da da Sisa e se tratasse de duas casas distintas, que no contrato de empraçamento de 1662 se juntaram no mesmo título, posteriormente teria que aparecer um desdobramento de empraçamentos que não encontrei, antes, dos contratos de 1705 e 1708, resulta, como já disse, que o prédio aforado não foi dado a confinar, pelo norte, com qualquer prédio do Convento, convencendo, assim, que a casa da Sisa, ou de Almotacaria, era o único prédio que, naquele local, o Convento possuía e aforava, prédio que faceava pelo poente com a Rua e pelo sul com a Praça — justificando-se, assim, o dizer no contrato de 27 de Agosto de 1662 «citas na Rua e praça desta Villa»;

f) O foro fixado no contrato de 1662 (que abrangeu a casa que esteve aforada ao Pero de Pinho) foi de 800 réis e essa renda manteve-se no contrato de 1705 (que só se refere ao escritório) e no de 1708 passou para 850 réis com a obrigação de o Convento dar à Casa da Feira os 100 réis que correspondiam ao seu direito. Sabendo-se que o contrato de 1662 abrangia a parte que fora ocupada pelo Pero de Pinho, se, nos demais, esta parte fosse excluída, não se compreende que o foro se tivesse mantido por quantia igual no de 1705 e levemente superior no de 1708;

g) Se tomarmos em consideração a extensão da casa da Sisa pelo lado poente, confinante com a rua, verifica-se que: as 5 ou $5\frac{1}{4}$ varas correspondem sensivelmente ao comprimento da frente, também do poente, do prédio hoje de Francisco Plácido de Resende (onde foi integrada a casa da Sisa) mesmo levando em conta o recuo que esta casa teve, para norte, de um metro — como adiante se fará referência — por força da obra de reconstrução de 1952;

h) Tomando ainda em consideração a confrontação dada às casas, pelo norte, nas escrituras de 1705 e 1708 — com António Rodrigues Buchó, ou temos que admitir que esta casa correspondia à da Sisa que, pertencendo ao Convento, esteve aforada ao Pero de Pinho, ou que formava casa à parte para norte desta.

Ora, como adiante vai referido a casa que na Rua sucede hoje, imediatamente para norte da casa de Francisco Plácido de Resende (onde está integrada a da Sisa), pertence a D. Maria Júlia Rifa de Araújo, onde existe uma farmácia. Esta casa esteve aforada por 800 réis anuais à Santa Casa da Misericórdia desta Vila, sendo-lhe atribuída, no respectivo contrato de empraçamento feito a Francisco José d'Almeida Cabral

e mulher (em 1.^a e 2.^a vidas), por escritura de 27 de Setembro de 1806, como confrontação, pelo sul, «as Casas de baixo que forão do dito António Rodrigues Buchó» e, assim, lembrando que a casa da Sisa foi dada a confrontar, pelo norte, com António ou Manuel Rodrigues Buchó, nos aludidos contratos de empraçamento de 1705 e 1708, há que concluir que a casa do Buchó estava implantada entre a da Sisa e a que hoje pertence à D. Maria Júlia, não dando, assim, lugar à existência de qualquer outra que entre elas se interpusse;

i) Por isto e ainda porque a frente poente, que deita para a rua, da casa hoje pertencente ao Francisco Plácido de Resende, antes do recuo que esta sofreu de um metro, quando foi remodelada em 1952, tinha uns 7 metros — (o que corresponde sensivelmente às 5,5 e 6 varas atribuídas à Casa da Sisa, respectivamente, nos contratos de 1705 e 1754), somos levados a crer que se verifica a hipótese de aquela casa do Buchó ter sido integrada na casa hoje da D. Maria Júlia, tanto mais que esta tem hoje de frente para a mesma rua sete metros. Dentro daqueles limites de 14 metros (sete atribuídos à casa da Sisa e de outros tantos atribuídos à casa de D. Maria Júlia) não caberiam, seguindo-se, a casa da Sisa (7 metros), a do Mosteiro que tivesse sido ocupada pelo Pero de Pinho e a do Buchó e, finalmente, a que hoje pertence à D. Maria Júlia, o que é mais um motivo para confirmar a tese que defendemos;

j) Lembremos, ainda, que o referido contrato de empraçamento à Santa Casa da Misericórdia da Feira tem a data de 27 de Setembro de 1806 e que no mês imediatamente anterior (26 de Agosto) operou-se um outro contrato, de transacção (documento existente no arquivo de D. Maria Júlia), entre os proprietários, de então, daquele prédio hoje de D. Maria Júlia, Francisco Xavier de Almeida Cabral e mulher e o da casa da Sisa ou da Almotacaria, José Joaquim de Almeida, sendo o objecto desta transacção as obras a fazer de modo à devida e suficiente drenagem das águas dos telhados da casa daquele Cabral, visto nas de reedificação e alteamento deste prédio, a que então se procedia, estar prevista a construção de um mirante que deitava sobre o prédio do Almeida.

Assim, se verifica que naquele ano de 1806 os dois prédios já eram imediatamente contíguos e que o prédio denominado da Sisa já era pertença do Almeida. Entrando, agora, em confronto com aqueles dois títulos, feitos com um intervalo de mês, vê-se que o empraçamento feito pela Santa Casa era já a renovação de prazo antigo e porque esse empraçamento não abrangia todo o prédio do Cabral, deram-lhe, para melhor identificação, a que constava do antigo título — «Casas que forão do dito António Rodrigues Buchó», o que

convence que esta casa foi integrada na que era do Cabral e hoje pertence à D. Maria Júlia.

Esta integração ou união, na posse do mesmo dono, deve ter-se dado entre 1708 e 1754, como adiante se verá. Demais, vê-se naquele contrato de empraçamento, que o prédio que foi aforado ao Cabral tinha de «norte a sul na salla quatro varas e na salla junto a varanda tres varas e um palmo e na varanda tres varas». Como, por certo, a varanda era para o lado de trás, ficamos com 7 varas e um palmo o que corresponde àqueles referidos 7 metros acrescidos do terreno sobre o qual, mais tarde, e por escritura de 14 de Junho de 1843, Francisco Xavier de Almeida Cabral e mulher D. Maria Bernarda Pereira Silva Vilela autorisaram o dono do prédio confinante do lado norte (Henrique Vicente da Costa Neves) a prolongar a sua casa, para sul, por cima da portaria da casa daquele Cabral existindo, ainda hoje, por baixo deste aumento, o portal que dá serventia, para a Rua, do pátio da casa da D. Maria Júlia;

k) No aludido contrato de empraçamento a José Soares de Melo de 1708, diz-se que o «escritorio ou alqueve das sizas confrontava pelo sul com a praça publica» — «onde tinha a porta». Daqui se pode concluir que não tinha porta para a Rua, o que convence que a habitação estava na própria Casa da Siza;

l) Finalmente, e lembrando os dizeres já referidos da escritura de empraçamento feito ao Domingos Homem Soares, em 1662, «Cazas chamadas da Siza e q.» ficaram de pero de pinho» e «emprazaram as ditas Cazas da Siza E as q.» foram de pero de pinho» estes devem entender-se, como expressões sinónimas, e assim, «E» deve ler-se «Ê» e não «E», interpretando-se, deste modo, o respectivo texto, como referindo-se a uma só casa e não a duas.

No Tombo da Casa da Feira (Infantado) foi lançado, em 1754, o reconhecimento do pagamento do portado por parte de uma tal Joana Rosa «Viuva que ficou de Alvaro Rodrigues de uma galinha sem ovos da Casa em que vive...».

Dada a igualdade de apelido, é possível que ela se reporte à de António Rodrigues Bucho, mas esta hipótese fica excluída se, na verdade, a união, ou integração, da Casa do Bucho com a que hoje pertence a D. Maria Júlia se operou entre 1708 e 1745, a não ser que depois da aquisição daquela casa, o dono desta tivesse empraçado o prédio.

Ainda não consegui descobrir a genealogia do mencionado Licenciado Matias Soares que deve ter sido de boa linhagem, o que sucedia, na generalidade, na época, aos que alcançavam tal grau académico: foi Tabelião na Vila da Feira.

Tenho na minha mão a certidão do registo do seu óbito, mas nela não figuram os nomes dos seus ascen-

dentes, mas apenas que faleceu «apressadamente de um acidente» em 13 de Março de 1706, estando sepultado na Igreja da Feira, na sexta fiada da parte do Evangelho.

Quanto à mulher Jacinta Teixeira de Melo, apenas apurei que, em 1 de Maio de 1697, e dada como mulher do Licenciado Matias Soares, da Vila da Feira, interveio como madrinha de baptismo no registo de nascimento de Jacinto Luis de Azevedo, que foi cura na Igreja de S. Martinho de Arada, filho do Licenciado Manuel Luis Brandão, que foi advogado nos auditórios desta comarca da Feira e de Páscoa da Costa Azevedo, neta, pela linha materna, de Domingos da Cosia e Azevedo e de Maria de Sá (L.^o dos Assentos da freguesia de Riomeão, deste concelho, fls. 420); e em 21 de Março de 1715, já como viúva daquele Matias Soares, interveio, também, como madrinha de baptismo de Leonarda Caetano de Azevedo e Melo, nascida em 13 do mesmo mês e ano na Casa de Alpossos, da dita freguesia de Riomeão, casada com João Álvares de Amorim e era bisneta, pelo lado paterno, do dito Domingos da Costa e Azevedo.

Tudo isto interessa saber, porque este era bisavô de D. Jacinta Luísa de Azevedo que, juntamente com seu marido José de Sá Pereira Brandão, foram senhores das casas que estamos a estudar. Tudo leva a crer que aquela D. Jacinta Teixeira de Melo estava ligada, por parentesco, aquela D. Jacinta Luísa, o que adiante será anotado.

E, agora, partindo de 1708, e na base da mesma unidade, encontramos nova notícia, das casas, em 1754

No Tombo da Casa da Feira (Infantado), a fls. 158 a 161 do 1.^o Volume, está transcrito um titulo, feito em 17 de Agosto de 1754, em que os referidos José de Sá Pereira Brandão e sua mulher Jacinta de Azevedo e Melo «moradores na sua quinta da Torre da freguesia de Paços de Brandão»⁽⁷⁾ reconheceram, à referida Casa, a obrigação do pagamento do foro de cem réis em dinheiro, em cada ano, imposto numas casas que possuíam «sitas na Praça desta villa chamadas da Almotasaria»⁽⁸⁾ as quais são de natureza de praso de seus direitos senhorios os Reverendos Padres Loyos do Convento do Espirito Santo desta villa».

Do respectivo auto de medição consta «As cazas atras reconhecidas que constão de huma salla sobradada com duas janelas huma para a parte do sul e outra para a parte do poente as quais medidas pela parte do sul tem de nascente ao poente cinco varas e hum quarto e pella parte do poente do norte a sul seis varas»⁽⁹⁾ confrontando da parte do nascente com casas de Serafim Caetano dos Reis de que he senhorio o dito José de Sá Pereira Brandão, do poente com a rua publica desta vila e do norte, com casas de um escrvão⁽¹⁰⁾ e do sul com a via da Praça desta villa».

Este reconhecimento refere-se, sem dúvida, ao empraçamento da falada casa da Sisa, então conhecida por «Caza da Almotasaria». E aqui continuamos a verificar o mesmo sucedido anteriormente e já foi posto em relevo: o enfiteuta da referida casa da Sisa ou da Almotasaria era o proprietário da restante feira de casas que marginavam a Praça, pelo norte, até à rua da Lavandeira.

Deste modo, aparece-nos a dita casa da Sisa a confrontar do nascente com Serafim Caetano dos Reis, de que era senhorio o enfiteuta da casa da Sisa — referido José de Sá Pereira Brandão: e aqui senhorio não significa relação de inquilinato mas sim enfiteutico, porque do mesmo tombo consta a fls. 68-v.º o reconhecimento, por parte deste Serafim — à Casa da Feira — do pagamento do portado — «Uma galinha sem ovos» encargo que, como dissemos, era pago pelos proprietários ou posseiros como enfiteutas dos prédios que deitavam para a rua, mas nunca pelos arrendatários.

Do mesmo Tombo consta, a fls. 109, o reconhecimento do pagamento, por parte do referido José de Sá Pereira Brandão, à Casa da Feira, do portado — «das Casas que possui na rua desta villa em que de presente assiste por aluguer Mariana Ferreira Vendeira» casas estas que devem ser as referidas «da Siza». Do Tombo não consta a data deste reconhecimento mas pode-se concluir que foi feito em 1756.

Temos agora que levar em conta um contrato de empraçamento feito em 29 de Maio de 1745 nas notas do tabelião, que foi desta villa, de nome Filipe Jacome de Azevedo, do qual tenho, no meu arquivo, a competente certidão (nesta certidão diz 1741 o que deve ser engano tendo em conta que as datas das apegagens são de Maio de 1745).

Dele consta que o aludido José de Sá Pereira Brandão, por si e como procurador de sua mulher Jacinta Luísa de Azevedo e Melo (procuração de Outubro de 1739), então residentes na sua quinta de Paços de Brandão (a aludida Casa da Torre), deram de empraçamento umas casas e quintal que possuíam na praça da Vila da Feira (as quais se contavam — entre os demais bens de raiz que diziam pertencer-lhes) «dizimas a Deus» que constam de «tres salas para a parte do sul com suas janelas», nos seguintes termos, conforme apegção feita em 26 do mesmo mês e ano:

1) A Bernarda Caetana de Almeida, solteira, filha de Domingos de Almeida e Antónia Rodrigues, que então já era viúva;

a) Item «A casa do meio chamada a casa grande casa do Estrado alcova e lojas sobradadas e telhados, que tudo medido pelo meio, tem de comprido do nascente ao poente nove varas e meia, e de largo do norte ao sul seis varas e tres palmos e meio; parte do nascente com casas do mesmo senhorio a esta contíguas, e do

poente com casas do mesmo, que são de prazo, e do norte com casas do mesmo e do sul com a praça publica onde tem as portas principais»;

b) «Item se mediu uma casa que algum dia serviu de cozinha, que hoje se acha demolida pegada e unida a sala referida para a parte do norte a qual cozinha tem de comprido do norte ao sul sete varas e palmo e meio e de largo do nascente ao poente tem na cabeça do norte duas varas e tres quartas, e na cabeça do sul quatro varas e um palmo: parte do nascente e sul com casas e terras do mesmo senhorio herdade dizima a Deus, e do norte e poente com casas de José Caetano Correia Gomes»;

c) «Item se mediu o quintal, que tem de comprido pelo meio quarenta e oito varas e tres palmos e meio e de largo do norte ao sul na cabeça do nascente tem onze varas, e na cabeça do poente pegado a mesma cozinha tem de largo quatro varas e dois palmos por onde terá a servidão de pé para o dito quintal, parte do nascente com a viúva de Francisco Correia Martins, e do norte com José Caetano Correia Gomes, e das mais partes com terras, e casas do mesmo senhorio, esta tapado de muro da parte do norte, o qual é pertença desta apegção, levará de sementeira meio alqueire de centeio cujo quintal tem arvores de fruto e sem ele e pelo meio corre um rego de água que vem da ribeira de Luis Soares».

2) A Joana Rosa de Almeida, irmã daquela Bernarda Caetana de Almeida, mulher de Custódio Coelho, ausente «nas partes ultramarinas».

a) «Item se mediu sua casa sobradada com sua loja chamada da Lavandeira que tem de comprido do nascente a poente oito varas em vão, e de largo do norte ao sul na cabeça do nascente sete varas e um palmo, e na cabeça do poente seis varas e tres palmos; parte do nascente com terra e quintal que vai nesta apegção, e do poente com casas do mesmo senhorio pertencentes à apegção atrás copiada e do sul com a praça pública para onde tem as portas principais e do norte com terras do mesmo senhorio».

b) «Item a metade do quintal que corre de frente das mesmas casas para a parte do nascente que tem de comprido do nascente ao poente assim como vai o muro pelo caminho da Lavandeira até o cunhal das mesmas casas cinquenta e duas varas e meia, e medido pela parte do norte, tem de comprido do nascente ao poente quarenta e nove varas e meia, e de largo do norte ao sul na cabeça do nascente dez varas e meia, e na cabeça do poente tres varas e meia; parte do nascente com a viúva de Francisco Correia Martins da Lavandeira e do sul com o caminho que vai para a Lavandeira por onde está tapado com muro que é pertença desta medição, e das mais partes, com terras e casas do mesmo senhorio levará de sementeira meio alqueire de centeio tem arvores de vinho e fruta, e

água que vem da ribeira de Luis Soares, e pelo meio de uma e outra medição irá o caminho a menos perda para servidão das caseiras possuidoras deste praso, de sorte que sempre será o caminho de carro por onde antigamente era pela parte do nascente ficando ambas as caseiras e seus sucessores e vidas deste prazo obrigadas a concertar, renovar, e reedificar as portas do carro igualmente prorrata».

A cada um dos empraçamentos foi atribuído o foro de 3.500 reis (especificando-se quanto ao feito à Bernarda que tal preço fora calculado — atendendo a tudo estar danificado) a pagar no dia de S. Miguel em casa do senhorio «na sua quinta de Paços de Brandão (já aludida casa da Torre) com lutuosa e domínio de dez-um.

Todo o empraçamento foi «por título de novo praso» o que convence que outro o antecedeu e, na forma do costume da época, devia ter sido, em primeira e segunda vidas, os pais dos novos enfiteutas — os referidos Domingos de Almeida e Antónia Rodrigues: como este empraçamento estava na segunda vida, por o Domingos de Almeida já ter falecido, renovaram-o naqueles que se sucederiam em terceira vida «filho ou filha» como era hábito em contratos de tal natureza, para, deste modo, se constituírem mais três vidas, meio com que se procurava, na época, diminuir os inconvenientes de os empraçamentos não serem perpétuos, como o passaram a ser depois da publicação do Código Civil.

Assim sucedeu porque neste «título de novo praso» foi estipulado que o empraçamento era feito na caseira Bernarda Caetano de Almeida em primeira vida, e o marido com quem casar em segunda e um filho ou filha legítima de entre ambos...» e na caseira Joana Rosa de Almeida «em primeira vida, e em segunda o dito seu marido ausente e em terceira um filho ou filha de entre ambos...»

Consultando o Tombo da Casa da Feira (Infantado) encontram-se os seguintes reconhecimentos de obrigação do pagamento do portado de uma galinha sem ovos, de:

a) Serafim Caetano dos Reis — em 5 de Dezembro de 1754 (Tombo fls. 68-v.º);

b) Joana Rosa de Almeida «moradora na Praça desta villa do portado de uma galinha sem ovos, pelas casas em que vive», da mesma data (Tombo fls. 69-v.º);

c) José de Sá Pereira Brandão, de uma galinha sem ovos «de portado das casas que possui na rua desta villa em que de presente assiste por aluguer Mariana Ferreira Vendeira» por si e como procurador de sua mulher Jacinta Luisa de Azevedo (Tombo fls. 109): não tem data, mas como este reconhecimento está situado, no Tombo, em último lugar dos relacionados como obrigados ao pagamento do portado e o que imediatamente lhe antecede tem a data de 13 de Feve-

reiro de 1756, é de presumir que fosse esta a data em que se fez o aludido reconhecimento.

Novamente se lembra que o imposto do portado contava-se por uma galinha sem ovos por cada casa e, assim, cada um dos referidos prédios era formado por uma só casa.

Analisando com atenção o referido contrato de empraçamento de 1745, documento de grande alcance para a história destas casas, nota-se que:

A) O senhorio começa por declarar que possui, além de outros bens de raiz, umas casas e quintal na praça — dízimas a Deus — que constam de três salas para a parte do sul com suas janelas e, assim, exclui desta referência aquela de que era simples enfiteuta e de que eram senhorios directos a Casa do Infantado e o Convento (referida Casa da Sisa ou da Almotacaria).

B) Deu de aforamento a Bernarda Caetano de Almeida:

a) «A casa do meio chamada a casa grande do Estrado, alcova e lojas sobradadas e telhados a confrontar do nascente com casas deste senhorio a esta contígua (ou seja a que aforou à Joana Rosa de Almeida), do poente com casas do mesmo senhorio que são de prazo (ou seja a casa da Sisa ou da Almotacaria), do norte com casas do mesmo (que deve ser a casa da cozinha que lhe ficava pelo norte) e do sul com a praça;

b) A referida casa da cozinha, demolida «pegada e unida à sala referida para a parte do norte, a confrontar do norte e poente com casas de José Caetano Correia Gomes (que devem ser as que hoje pertencem a D. Maria Júlia Rifa de Araújo — com frente para o largo dos Condes de S. João de Vêr) e do nascente e sul com casas e terra do mesmo senhorio (ou seja pelo nascente o quintal que também lhe aforou e pelo sul a casa referida na alínea anterior);

c) O quintal que corria atrás desta casa e da que se segue, que parece não atingia a rua da Lavandeira.

C) Deu de aforamento à Joana Rosa de Almeida e marido Custódio Coelho:

a) Outra casa, a que ficava para nascente, chamando-lhe a da Lavandeira, pois era a que ia até à rua da Lavandeira, atribuindo-lhe como confrontações, do nascente «a terra e quintal que vai nesta pegação (quintal adiante referido), do poente «com casas do mesmo senhorio pertencente à apegacão atrás copiada (que são as referidas na alínea B) — sul com a praça pública, e norte com terras do mesmo senhorio (referidas na alínea B-c);

b) «Metade do quintal que corre defronte das mesmas cazas para a parte do nascente» partindo «do nascente com a viuva de Francisco Correia Martins

da Lavandeira, do sul com o caminho da Lavandeira por onde está tapada com muro que é pertença desta medição e das mais partes com terras e casas do mesmo senhorio» (referidas na alínea B).

Assim se conclui que, para nascente desta casa que ia até junto da rua da Lavandeira, ao tempo, não havia outra qualquer que imediatamente se lhe seguisse.

Tudo isto se frisa para demonstrar o raciocínio feito para a localização das casas.

Deste modo, o José de Sá Pereira Brandão aforou apenas as que eram Dizimas a Deus (excluindo, por isso, a da Sisa ou da Almotaçaria), ou sejam a do meio ou do Estrado, aforada à Bernarda — que mais tarde foi aforada a Serafim Caetano dos Reis e a que foi aforada à Joana.

É conveniente lembrar agora, que o aforamento de 1708 foi dado em primeira vida a José Soares de Melo, então solteiro e que a mulher do José de Sá Pereira Brandão se chamava Jacinta Luiza de Azevedo e Melo. Dada a proximidade entre esta data de 1708 e a de 1745, em que o Pereira Brandão e mulher deram de aforamento as Casas da Praça e dado o apelido Melo, comum ao José Soares e à mulher do Pereira Brandão, é de presumir que se tivesse operado transmissão, por qualquer título, daquele para esta, que, como adiante se referirá, foi a senhora das Casas da Torre e da Capela de Paços de Brandão.

Pelo que ficou exposto, a face norte da Praça, em 1745, era formada na direcção poente-nascente: casa da Almotaçaria, de que era enfiteuta o José de Sá Pereira Brandão e, em seguida, as casas pertencentes a este, dizimas a Deus, formadas pelas três salas (que deviam ser grandes) emprazadas, respectivamente, a Bernarda Caetana de Almeida e a Joana Rosa de Almeida e marido Custódio Coelho; é provável que a casa do meio, aforada aquela, reunisse duas salas, pois a chamavam Casa Grande, e era formada por casas e lojas sobradadas e se lhe foi atribuída igual foro à da outra, isso resultou do seu estado de ruína.

Em 1754 e 1756 — tendo em atenção os referidos reconhecimentos do portado verifica-se que apenas se tinha operado uma transmissão: a da casa aforada à Bernarda Caetana de Almeida que, a quando do contrato, era solteira, transmissão que se devia ter praticado, por título que desconheço, a favor de Serafim Caetano dos Reis que, em 1754, estava sujeito ao encargo do portado, nem de outro modo se pode compreender visto este Serafim ter sido enfiteuta do José de Sá Pereira Brandão e este não possuir, na Praça, outras casas, além das que aforou pelo dito contrato de emprazamento de 1745 e a da Almotaçaria aparecer, no contrato de aforamento feito em 1754 àquele Brandão, pela casa do Infantado, a confinar do nascente «com Serafim

Caetano dos Reis de que he senhorio o dito José de Sá Pereira Brandão».

Como dissémos, a integração ou união da Casa que foi de António Rodrigues Bucho com a casa hoje de D. Maria Júlia deve ter-se operado entre 1708 e 1754 e isto porque até 1708 (contrato de emprazamento a José Soares de Melo de 1 de Maio), a confrontação da casa da Sisa ou da Almotaçaria, pelo norte, era com o Manuel, ou António, Rodrigues Bucho e, em 1754 (contrato de emprazamento a José de Sá Pereira Brandão de 17 de Agosto), o confrontante, pelo norte, passou a ser o escrivão do Tombo José Caetano Correia Gomes, que já aparece como confrontante, das demais casas da ala norte, no contrato de emprazamento feito, em 29 de Maio de 1745, por aquele José de Sá Pereira Brandão à Bernarda Caetana de Almeida e sua irmã Joana Rosa de Almeida: a reserva que fazemos resulta da possibilidade da família Bucho ainda ser, então, proprietária da casa a norte da da Sisa, pois este contrato de aforamento diz respeito às casas que ficavam para nascente desta. Sendo a casa do José Caetano a que hoje pertence à D. Maria Júlia (e deve ser, não só pelo que adiante vai referido, e ainda porque o escrivão do Tombo, por certo, não morava em casa tão modesta como devia ser a do Bucho) encontramos, assim, mais uma confirmação à tese daquela integração ou união, que se deve ter operado entre 1708 e 1754. Apenas há uma particularidade, que pode ser mera coincidência, que me faz hesitar: é a circunstância do José Caetano Correia Gomes ter apelido semelhante aos que, nos contratos de venda de 13 de Fevereiro de 1656 (da D. Natália ao Domingos Homem Soares) e de emprazamento de 27 de Agosto de 1662 (do Mosteiro ao mesmo Homem Soares) são nomeados como confrontantes da Casa da Sisa, pelo norte, respectivamente «Filipa Correia» e «Filipa Correia que ficarão de Francisco Gomes» — o que pode fazer crer que o José Caetano sucedeu a estes e assim poder-se supor que a integração da casa do Bucho, se deu com a casa da Sisa e não com a da D. Maria Júlia, o que não creio por tudo quanto já expuz. O certo, porém, é que quer se verifique um caso ou outro, isso não influi, fundamentalmente, na história das casas em estudo. Consegui averiguar, no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia desta Vila da Feira e por um livro que se destinava às descargas das rendas, sensos e foros a ela devidos, e tem o seu termo de abertura de 30 de Abril de 1792, que a fls. 6 (com referência ao L.^o M.^o fls. 6) está inscrito, em terceiro lugar, como foreiro e com o foro de 800 réis anuais, o José Caetano Correia Gomes com a descarga de pagamento desde 1792 a 1803 dizendo, em seguida, «Pag. 1825 e deve atrasada». Naquela inscrição diz-se que o Correia Gomes vivia no prédio emprazado.

Tem com outra letra segunda anotação «agora seu neto Francisco Xavier de Almeida Cabral».

É possível que aquela inscrição tivesse por base o titular do último emprazamento em vigor e que, por morte do que representava a terceira vida, talvez o filho do Correia Gomes, se tornasse necessário fazer a renovação do emprazamento na pessoa do Almeida Cabral que passou, com sua mulher, a representar a primeira e segunda vida no aludido emprazamento de 27 de Setembro de 1806.

A fls. 69 aparece como foreiro aquele Francisco Xavier — com a seguinte nota: Pago até 1832 e a fls 171-v.º. O mesmo está anotado como devedor, à mesma Santa Casa da Misericórdia, de 20250 réis por escritura de 29 de Maio de 1833 nas notas do Tabelião S. Paio, com a seguinte anotação: vence de juro 1012=.

Aquele foro de 800 réis anuais é, sem dúvida, o mesmo a que diz respeito a aludida escritura de emprazamento de 27 de Setembro de 1806, em que já figuram como enfiteutas, o Francisco Xavier e mulher em primeira e segunda vidas.

Por todo o exposto, e até prova em contrário, assento em que, em 1806, a Casa de Almotaçaria, e a que se lhe seguia imediatamente para nascente (a afurada ao Serafim), pertenceram ao aludido José Joaquim de Almeida. A outra, de que foi enfiteuta a Joana Rosa de Almeida, isto é, a que estava implantada no topo nascente da praça, a pegar com a rua da Lavandeira, devia manter uma posição autónoma em relação às demais, como se deduz do contrato de venda de 16 de Março de 1857 adiante referido.

Em 1847 já todo o conjunto destas casas, com exclusão desta última, devia pertencer a José da Costa Correia de Almeida, como se verifica da confrontação dada, pelo sul, ao aludido prédio do Francisco Xavier de Almeida Cabral, no talão de pagamento de sisa resultante da venda que este se propunha fazer, do seu prédio, a António da Silva Canedo, venda que veio a operar-se por escritura de 9 de Outubro de 1848, onde se mantém aquela confrontação com o José da Costa Correia de Almeida.

Em 1849, ainda este Almeida se mantinha senhor do prédio como me foi dado verificar através de uma pública forma, em poder da mesma senhora D. Maria Júlia, de um contrato entre aquele Almeida e o referido António da Silva Canedo, contrato que teve por objecto regularizar interesses comuns aos dois mencionados prédios e no qual foi invocada a já falada escritura de 26 de Agosto de 1806.

Nas confrontações adiante atribuídas ao prédio do Manuel José da Silva Ribeiro, em 11 de Janeiro de 1850, deduz-se que então ainda o José da Costa Correia de Almeida era senhor do aludido prédio: faleceu em 21 de Janeiro de 1854.

Quanto ao prédio de que foi enfiteuta a Joana Rosa de Almeida encontramo-lo, em 1849, na posse de Luís António Correia de Sousa e Sá, porquanto, na acta de sessão da Câmara Municipal de 18 de Julho desse ano, foi deliberado pôr em arrematação a construção da rua da Lavandeira «desde a porta de Luís António Correia de Sousa e Sá, da Praça até ao princípio da Ponte existente no mesmo sítio da Lavandeira». Este Luís António era casado com D. Joaquina Rosa de Lemos Correia, já falecida em 18 de Janeiro de 1848, quando seu filho António Máximo Correia de Sousa e Sá casou com D. Luisa Barbosa de Jesus Correia (filha de Maria de Jesus): — o Luís António era filho de António José Correia de Sousa e D. Joana Teresa Delfina Correia de Sá, da freguesia de S. Fins, já falecidos a quando do referido casamento e a D. Luisa era filha do João José da Fonseca Lemos e D. Venância Gertrudes Ferraz, da Vila da Feira, também falecidos a quando do mencionado casamento.

Em 11 de Janeiro de 1850, já o prédio pertencia a Manuel José da Silva Ribeiro porquanto do Livro do Registo de Hipotecas desta comarca (L.º 8.º n.º 136 a fls. 84), consta a obrigação de dívida, deste e sua mulher, ao Padre António Joaquim Ferreira, da quantia de 500.000 réis, dando, em garantia, hipoteca do aludido prédio com as seguintes confrontações: nascente com Henrique Vicente da Costa Neves, poente com a Praça Pública e Capela de Santo António, do norte com José de Costa Correia de Almeida e sul com a calçada que vai para a Lavandeira (estas confrontações estão um pouco deslocadas pois devem-se considerar Henrique Neves a Norte, Praça Pública e Capela de Santo António a sul, José da Costa Correia de Almeida a poente e a calçada para a Lavandeira a nascente).

Este Manuel José da Silva Ribeiro, como verifiquei do registo do seu casamento, era filho de Manuel Ribeiro e de Custódia Moreira, da freguesia de S. Salvador de Lordelo, comarca de Penafiel; neto paterno de João Ribeiro e de sua mulher Maria Josefa, do lugar da Travessa, da freguesia de S. Miguel de Rebordosa e materno de Maria Moreira, do lugar da Crugeira, daquela freguesia de Lordelo, todos de Paredes. Casou na Vila da Feira, em 3 de Julho de 1847, com Marcolina (no registo de casamento diz-se Miquelina) de Freitas Appenceler, filha de Joaquim Manuel de Freitas e de sua mulher Clara Joana Appenceler, do lugar do Montinho, da Vila da Feira, neta paterna de João Francisco de S. José e de Custódia Maria de Jesus, da freguesia de Mansores, Arouca e neta materna de Conrado Appenceler e sua mulher Isabel Beamunini de S. Martinho, Madrid.

Reportando-nos, agora, à matriz provisória de 1854, verificamos que esta casa está inscrita em nome do dito Manuel José da Silva Ribeiro, da Praça sob n.º62

«1) uma morada de casas com lojas 1.º andar e quintal, sito na Rua aliás na Praça n.º...» e que as restantes casas da referida ala norte da Praça, já unificadas, estão inscritas em nome de Manuel da Costa Correia de Almeida sob n.º 60 «1) uma morada de casas com 1.º andar e quintal sitas na Praça n.º...».

Vê-se, assim, que estas casas, desde 1806, sucederam-se na posse de José Joaquim de Almeida e mulher (que viviam em 1806); José da Costa Correia Almeida (que faleceu em 21 de Janeiro de 1854), casado com Maria dos Santos (falecida em 29 de Novembro de 1852), transmitindo-se depois para seu filho Manuel da Costa Correia de Almeida, que era senhor da casa em 1854 e faleceu a 25 de Março de 1861, sem descendentes, com testamento.

Falta averiguar as relações de parentesco, se as havia, entre o José Joaquim de Almeida e o José da Costa Correia de Almeida. Quanto a este sabemos que era filho de António da Costa e Ana Maria de Almeida, que foi casado com Maria dos Santos (filha de Manuel Ferreira Bastos e Ana dos Santos), havendo, deste casamento, o Manuel da Costa Correia de Almeida.

Aquele José de Sá Pereira Brandão «senhor da casa da Torre ou da Capela de Paços de Brandão» e sua mulher Jacinta Luisa de Azevedo e Melo, (irmã de Leonarda Caetano de Azevedo e Melo casada com João Álvares de Amorim) foram os pais de Manuel José de Sá Pereira Azevedo Brandão, senhor das casas da Torre ou da Capela e da Sobreira, em Paços de Brandão, casado com Maria Pais dos Santos, da casa de Moure, em Lamas, que tiveram os seguintes filhos: a) Custódio José Pais de Azevedo Aguiar Brandão (que se ausentou para o Brasil e por lá ficou); b) Manuel José Pais de Azevedo Aguiar Brandão; c) António José Pais de Azevedo Aguiar Brandão; d) José Francisco Pais de Azevedo Aguiar Brandão; e) João José Pais de Azevedo Aguiar Brandão; f) Francisco José Pais de Azevedo Brandão.

Aquele Manuel José Pais de Aguiar Azevedo Brandão (que foi vereador da Câmara Municipal da Feira em 1840), teve, de sua mulher Maria Rita Máxima de Castro, um filho Arnaldo de Azevedo Brandão, tenente-coronel reformado e coronel graduado de Infantaria 6, que faleceu em 19 de Junho de 1860 na Póvoa de Baixo, em Griljô. Aquele João Pais de Azevedo Aguiar Brandão, era bacharel formado em filosofia e medicina pela Universidade de Coimbra e foi cirurgião, partidista dos povos da freguesia de Esmoriz, Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada por serviços distintos prestados quando houve em Portugal a epidemia da febre amarela e da colera morbus (1848), Deputado às Cortes em 1860-1861, Vereador da Câmara Municipal da Feira (1835, 1836, 1853-54), Juiz de Paz do distrito de Anta,

comarca da Feira (1854), substituto do Juiz de Direito da mesma comarca, senhor das Casas do Engenho Novo e da Torre ou da Capella (Solar dos Aguiar Brandões) da Azenha, da Quinta de Brea e da Quinta do Matoso, em Paços de Brandão, nascido nesta última a 31 de Dezembro de 1793. Casou com D. Luiza Isaura dos Anjos Ataíde de Sousa, viúva do Capitão Pereira Pinto de Almeida.

Teve dois filhos, João e José Aguiar Azevedo Brandão e duas filhas, Josefina de Azevedo Brandão, que morreu solteira, e Maria Augusta de Azevedo Aguiar Brandão, que casou com Manuel Pinto de Almeida, da Casa da Portela, em Paços de Brandão, havendo deste casamento um filho, outro Manuel Pinto de Almeida, pai do Dr. Eduardo Pinho de Almeida.

O António José Pais de Azevedo Aguiar Brandão foi vereador da Câmara Municipal da Feira (1839, 1840, 1847, 1848-51, 1856-57, 1858-59) e da Comissão Municipal interina (1846) e fez parte do Conselho Municipal (1842). Faleceu em Dezembro de 1858.

Por sua vez, o Francisco José de Azevedo Brandão (vereador da Câmara Municipal em 1846, 1854-55 e 1856-57) teve dois filhos: Francisco de Azevedo Brandão, que faleceu solteiro e o Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa José de Azevedo Brandão (vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Feira de 1908) falecido em Fevereiro de 1925, senhor da Casa de Riomaior, de Paços de Brandão, casado com D. Margarida Ferreira dos Santos Azevedo Brandão, havendo deste casamento os seguintes filhos — hoje senhores daquela Casa de Riomaior — : Dr. Manuel dos Santos Azevedo Brandão; Irene da Conceição dos Santos Azevedo Brandão e Ana Arménia dos Santos Azevedo Brandão, além de outros dois José e Jaime que faleceram de tenra idade e ainda um outro, há pouco falecido, de nome José Augusto dos Santos Azevedo Brandão. Nada conheço sobre a ascendência do José de Sá Pereira Brandão. Sua mulher Jacinta Luisa de Azevedo e Melo era filha de Bernarda Caetano de Melo e de Eusébio da Costa e Azevedo Aguiar, este filho do Capitão João da Costa Azevedo, casado com D. Leonarda Pereira de Aguiar Godinho, ele filho de Domingos da Costa Azevedo e de Maria de Sá.

D. Jacinta faleceu com testamento, em Paços de Brandão, a 1 de Fevereiro de 1783 tendo feito, a 26 de Novembro de 1775, a seu filho Manuel José de Sá P. de Azevedo Brandão, escritura de doação e nomeação, lavrada nas notas de António José Correia, tabelião na Vila da Feira. O seu casamento com aquele José de Sá Pereira Brandão, natural de Paços de Brandão (que foi assistente no Porto e que era senhor da Casa e prazo de Riomaior e dos prazos dos Casais das Pousadas e da Fonte, na dita freguesia de Paços de

Brandão), foi precedido de escritura de dote que lhe fez sua avó paterna D. Leonarda Pereira de Aguiar Godinho a 13 de Maio de 1734, lavrada nas notas de Bernardo Pereira Campos, tabelião na Vila da Feira.

Como já dissemos deve haver alguma relação de parentesco entre esta Jacinta Luiza de Azevedo e Melo e José Soares de Melo que, em estado de solteiro e pela já mencionada escritura de 1 de Maio de 1708, tomou de emprazamento, ao Mosteiro desta vila, em 1.ª vida, a casa da Sisa ou da Almotaçaria sendo de crer que a posse exercida pelo Sá Pereira, como enfiteuta, lhe viesse, em «vida» como pertencente a sua mulher.

É agora o momento de considerar a venda que Manuel João dos Santos e mulher Ana Marques Catarina, do lugar do Souto, freguesia de Canelas, de Gaia, fizeram, por escritura de 16 de Março de 1857, a Manuel José da Silva Ribeiro, dos direitos enfiteuticos referidos na escritura de constituição dos prazos de 29 de Maio de 1745, à Bernarda Caetana de Almeida e Joana Rosa de Almeida e marido.

Naquela escritura, os vendedores transmitiram, ao Silva Ribeiro, os dois foros de 3.500 réis cada um, declarando-se no contrato que, um dizia respeito ao prédio em que vivia o Manuel da Costa Correia de Almeida (o que a Bernarda tomara de emprazamento) e o outro ao prédio do comprador (o que a Joana Rosa de Almeida e marido tomaram de emprazamento) pelo que ficou a subsistir apenas aquele, visto, quanto a este, se terem extinguido, por confusão, na mesma pessoa, os dois domínios, o directo e o útil, o que vem confirmar a sucessão encontrada para a casa de Joana Rosa na pessoa do Silva Ribeiro. Adiante se mencionará o registo que, a mulher deste, fez na Conservatória do referido direito enfiteutico.

Do mesmo contrato se vê que o senhorio directo, então pertencia a Manuel João dos Santos e mulher.

De todo o exposto, se vê que o domínio directo, de que era titular o José de Sá Pereira Brandão, veio a transmitir-se, não sei como, até aos aludidos Manuel João dos Santos. Também desconheço como os domínios úteis se transmitiram desde o Serafim Caetano dos Reis até José Joaquim de Almeida e de Joana Rosa de Almeida até Luís António Correia de Sousa e Sá.

A partir de agora vamos estudar, em primeiro lugar, as transmissões operadas desde o Manuel da Costa Correia de Almeida até hoje, para, em seguida, estudar as que se fizeram desde o Manuel da Silva Ribeiro até à actualidade, de forma a tudo se reunir na mão do actual proprietário Francisco Plácido Resende.

Como já dissemos, o Manuel da Costa Correia de Almeida, casado com Joaquina Tavares Torres de Almeida, faleceu em 25 de Março de 1861, sem descendência, mas com testamento, tendo as casas ficado

a pertencer à viúva que, por escritura de 20 de Agosto de 1875, lavrada pelo notário Francisco Pinto de Lemos (mais tarde Conde das Devezas), as deu de arrendamento a Francisco Plácido Alves, desta Vila; esse contrato serviu de base para o primeiro registo do prédio na Conservatória do Registo Predial desta comarca da Feira, que foi feito em 20 de Maio de 1876, sob n.º 7238 a fls.174-v.º do L-B-23, com a seguinte descrição: «Prédio formado de casas de sobrado, lojas, quintal, e mais pertenças, situado na Praça, freguesia desta Villa da Feira; tem o valor venal de 500.000 reis e confronta do nascente com casas de Manuel José da Silva Ribeiro e quintal de Henrique José da Cunha Sampaio, do norte com casas e quintal de Bernardino José da Costa Rifa, do poente com a rua e do sul com o largo da Praça».

Este arrendamento foi feito pelo espaço de 6 anos, a contar do dia de S. Miguel de Setembro de 1875, e, assim, sucessivamente, pela renda anual de 60.000 réis paga na residência da senhoria em Macieira de Cambra e, na sua cláusula 4.ª, consta que «no caso de no fim de tres anos ou mais anos antes de findarem os seis de arrendamento a prima dela senhoria, por nome Thereza, que com ela tem residido na casa, pretenda, com seu marido, ir para o declarado prédio para nelle habitar, ou estabelecer qualquer negócio, então se dará por findo o arrendamento, mesmo antes de findarem os seis anos».

Em face do exposto e porque, no dito arrendamento, ainda a referida senhoria D. Joaquina Tavares, na sua identificação, se declarava moradora na Vila da Feira, conclui-se que, a quando da feitura do título, ainda residia na mesma casa, e que, por força dele, é que passou a viver em Macieira de Cambra, local que foi designado, no contrato, para o pagamento da renda.

E, assim, começa uma posse, por parte do Francisco Plácido Alves casado com Felecidade Rita Peixoto que, mais tarde, como passamos a dizer, se converteu em pleno domínio do prédio.

Aquela Joaquina Tavares, deixou este prédio àquela sua prima D. Tereza Rosa de Almeida, que casou com Manuel Correia Vaz de Aguiar, sendo ela filha de Manuel Tavares de Almeida e de Rosa Henrique de Almeida, da casa das Nogueiras.

D. Tereza, que veio a usar o apelido de Aguiar, daquele seu casamento teve um filho, de nome António Correia Vaz de Aguiar, que foi 1.º Oficial do Governo Civil de Aveiro e casou com D. Olímpia Emilia Correia do Amaral Aguiar.

Por escritura de 22 de Maio de 1899, lavrada pelo notário Manuel Maria Correia de Sá, desta Vila,—aquele Manuel Correia Vaz de Aguiar e sua dita mulher—venderam este prédio ao referido Francisco Plá-

cido Alves com a declaração de o mesmo ter servidão activa de pé, bois e carro pela portaria do pátio do prédio de D. Marcolina de Freitas Appenceler.

Então, ao prédio foi dada a seguinte descrição:

Casas de um andar com mirantes, lojas, quintal, com tanque, a confrontar do nascente com José Vieira de Sousa e D. Marcolina de Freitas Appenceler, do poente com a rua e com Joaquim Pinto de Araújo, do norte com este Araújo e do sul com a Praça Velha e a referida D. Marcolina.

Na matriz predial, que vigorou desde o fim do século passado, anterior à actual, achava-se este prédio inscrito sob n.º 386, sucessivamente, a favor de Francisco Plácido Alves e, a partir de 1920, em nome de D. Maria Albertina Correia Alves Machado, como casa de habitação com os n.ºs 108 a 120, a confrontar com o anterior (casas de Joaquim Pinto de Araújo, hoje de sua filha D. Maria Júlia Rifa de Araújo) e poente com a rua; mais tarde, por força de desdobramento da matriz, em urbana e rústica, manteve aquele número para a urbana e recebeu o de 1354 para a rústica.

Não pude consultar a matriz predial entre a provisória já referida e esta última porque, conforme fui informado, já não existe em vista de um chefe da Repartição de Finanças deste concelho, há muitos anos, a ter mandado vender juntamente com outros papéis, que se julgou desnecessário conservar, para a farra-peira!!

E se aquela matriz provisória se salvou foi porque um funcionário da mesma Repartição, bem avisado, a entregou à Câmara Municipal, onde hoje se encontra no seu arquivo, desviando-a, assim, do fim a que a outra foi condenada.

E aqui nos detemos quanto à história desta casa, para retomar a da casa de Manuel José da Silva Ribeiro, até que tudo se venha a juntar na mão do referido Francisco Plácido Alves, partindo, daí, a resenha das

transmissões, já de todo o prédio, até à posse do seu actual proprietário.

Naquela casa de Manuel Ribeiro é que estava integrada a Capela ou Oratório de Santo António, como no Capítulo II se apreciará.

Por falecimento, em 8 de Setembro de 1877, do Manuel José da Silva Ribeiro, esta casa ficou para a sua viúva, referida D. Marcolina de Freitas Appenceler, e em 15 de Julho de 1880 foi por ela hipotecada, bem como outros bens que possuía, à garantia do pagamento de empréstimo de 900.000 réis que lhe fez José Francisco da Costa Godinho (inscrição n.º 4543 de 17



Rua Direita (de Sul para Norte).
Frente: Praça Velha e casa de Francisco Plácido Resende
(1.º quartel do século XX)

do mesmo mês) do que resultou o seu primeiro registo na Conservatória do Registo Predial desta comarca da Feira, na referida data de 17 de Julho, com o n.º 10910, a fls. 146 do L-B-33, com a seguinte descrição:

«Prédio formado de casas sobradadas com quintal, tanque, arvores, de fruta, sito na Praça e Rua da Lavandeira, da freguesia de Vila da Feira, com os números de polícia 104 e 106 do lado da Praça e 689, 690 e 691 do lado da Lavandeira: tem o valor venal de 1200.000 réis e confina do norte e poente com casas e quintal de Joaquina Tavares de Almeida, viúva, de Cambra, do nascente com quintal dos herdeiros de José da Cunha Sampaio e do sul com a Praça e a rua da Lavandeira».

Em 11 de Setembro de 1884, a D. Marcolina fez registar, na Conservatória do Registo Predial desta comarca, o foro que seu marido havia comprado, pela citada escritura de 16 de Março de 1857, imposto sobre a parte do prédio então pertencente ao Manuel Correia Vaz de Aguiar, correspondente à casa que tinha sido aforada à Bernarda Caetana de Almeida.

Para o efeito, fez descrever o prédio, na referida Conservatória, sob o n.º 18242 fls. 10-v.º do L-B-50, mas erradamente atribuiu-lhe confrontações que abran-



Praça do Dr. Gaspar Moreira (do Sul para Norte).
Frente: casa de Francisco Plácido de Resende. Esquerda: Paços
do Concelho (princípio do século XX).

giam todo o prédio do Aguiar, desde a Rua até ao prédio da D. Marcolina, mas mais tarde, em Setembro de 1894, por averbamento, as confrontações já foram restringidas à parte do prédio aforado, designando-as, pelo norte e poente, com o prédio hoje de D. Maria Júlia Rifa de Araújo.

Verifica-se, dos registos da mesma Conservatória, que em 1894, o prédio da D. Marcolina, era formado por «morada de casas sobradadas com seu quintal, agua corrente, arvores de fruto e mais pertenças, sito na Praça Velha; que tem o valor de 1000.000 reis a confinar do nascente com a rua da Lavandeira, do poente e norte com Manuel de Aguiar e do sul com a Praça Velha».

Em 6 de Agosto de 1900 — o prédio mantém as mesmas confrontações, como se verifica da penhora que, sobre ele, fez Joaquim José Pinto Valente, para pagamento do seu crédito de 200.000 réis, constituído por escritura de 23 de Outubro de 1892, crédito que veio a ceder a Luis Cadillon.



Casa de Francisco Plácido de Resende antes das obras de 1952

Em resultado da respectiva execução, o prédio foi arrematado em hasta pública, em 7 de Julho de 1901, pelo mencionado Francisco Plácido Alves, reunindo, deste modo, em sua mão todas as casas situadas a norte da Praça, ficando tudo a constituir um prédio unido.

A D. Marcolina de Freitas Appenceler, por escritura de 23 de Fevereiro de 1894, e com reserva do usufruto, doou este prédio bem como o já referido direito enfiteutico, constituído por escritura de 29 de Maio de 1745, a sua filha D. Marcolina de Freitas Meirelles, casada com Ernesto Meirelles, da cidade do Porto, com a obrigação de pagamento do falado crédito de 200.000 réis a Joaquim Pinto Valente, doação que foi registada na Conservatória desta comarca (n.º 10 494, L-G-14, fls. 153). Isto não obsteu a que o prédio fosse vendido na forma referida. O foro foi comprado em remissão, pelo Francisco Plácido Alves, por título particular de 15 de Março de 1906, àquela D. Marcolina de Freitas Meirelles e



Praça do Dr. Gaspar Moreira (de Sul para Norte).
Frente esquerda: casa que foi de José Maria Cachofel Pinto
Frente esquerda: casa de D. Maria Júlia Rifa de Araújo.
Leitão.

marido, o que também foi objecto de registo (n.º 1000 L-G-20, fls. 190). D. Marcolina veio a falecer em 2 de Março de 1905.

Na matriz predial anterior à actual, este prédio encontrava-se inscrito sob n.º 387, sucessivamente, a favor de Francisco Plácido Alves, e, a partir de 1920, em nome de Maria Amália Correia Alves de Resende — como casa de habitação n.º 104-106 e terra lavradia a confrontar do sul com a Praça e do poente com o anterior (casa referida de D. Maria Albertina Correia Alves Machado), tendo recebido, na matriz rústica, o n.º 1355.

Em 1908 e 1919 faleceram, respectivamente, aquela Felicidade Rita Peixoto e seu marido Francisco Plácido Alves, tendo, por força das respectivas partilhas e demais contratos operados entre seus filhos, ficado, o prédio descrito sob n.º 7238, à filha Maria Albertina Correia Alves Machado, falecida em 2 de Fevereiro de 1939, no estado de casado, em segundas núpcias, com Mário da Silva Machado (que devido ao seu primeiro casamento também se chamou Maria Albertina Correia Alves dos Santos), ficando herdeiros daquela, seus onze sobrinhos, entre os quais se conta Francisco Plácido de Resende que, por força da compra feita por escritura de 29 de Março de 1939, das 10/11 partes pertencentes aos referidos co-herdeiros, ficou único proprietário do referido prédio.

Este prédio esteve inscrito na matriz predial urbana sob n.º 319.

Situado na Praça da República, em nome de Mário da Silva Machado, da Feira, passado em 1941, por força da escritura de partilha de 29-3-1939, para nome de Francisco Plácido Resende, teve a seguinte descrição: «casa de um andar, de comércio, de construção antiga com a superfície coberta de 136 m² e quintal 166 m², a confinar do norte com Joaquim Pinto de Araújo, sul com

a Praça da República, nascente com Domingos Gomes de Resende e do poente com a rua Direita», tendo passado para o artigo 846 em 1953.

Este artigo 846 é do seguinte teor:

«Situado na Praça Dr. Gaspar Moreira, em nome de Francisco Plácido de Resende, da Feira, com a descrição seguinte: casa de dois pavimentos e contendo esta uma divisão destinada a arrecadação e rés do chão com duas divisões destinadas a habitação tendo a área coberta de 102 m², a confinar do nascente com D. Maria Júlia Araújo, do sul com a Praça Dr. Gaspar Moreira, poente com a rua e do nascente com o proprietário: construído novo em 1952 com o rendimento colectável de 17 946\$00, estando isento de contribuição a casa e rés-do-chão».

Por sua vez, e quanto ao prédio registado sob n.º 10.910 e em resultado também das partilhas feitas por óbito dos mencionados Francisco Plácido Alves e mulher e demais contratos operados entre seus herdeiros, ele veio a pertencer à filha daqueles de nome Maria Amália Correia Alves de Resende que foi casada com Domingos Gomes de Resende. Por morte desta D. Maria Amália, e por força das partilhas a que se procedeu por seu óbito, o referido prédio ficou adjudicado ao mesmo Francisco Plácido de Resende.

Este prédio esteve inscrito na matriz predial urbana sob n.º 318 com a seguinte descrição: situado na Praça da República, em nome de Domingos de Resende (Gomes) da Feira — passado em 1960 para seu filho Francisco Plácido de Resende, de Moinhos, de Sanfins: casa de um andar de construção antiga, com a superfície coberta de 208 m² e quintal de 116 m², a confrontar do norte com Mário Machado, sul estrada, nascente José Vieira de Sousa e poente Mário Machado, tendo 10 divisões no 1.º andar e 3 no rés-do-chão, com o rendimento

colectável de 11 340\$00 e transferido para o artigo 1050 extracto n.º 4166».

Por sua vez, este artigo 1050 é do seguinte teor: «situado na Praça Dr. Gaspar Moreira, em nome de Francisco Plácido de Resende, da Feira, com a descrição seguinte: casa de rés-do-chão e 1.º andar para habitação e comércio, com a área coberta de 208 m² logradouro 116 m², a confinar do nascente com José Pereira de Sousa, norte Mário Machado, sul estrada e poente Mário Machado, tem 10 divisões no 1.º andar e 3 no rés-do-chão, estando inscrito no artigo 318, com o rendimento colectável de 14 499\$00».

Em 1952 todo o prédio sofreu grande remodelação, alcançando a sua actual estrutura: recuou um pouco à face da Praça dos Condes de S. João de Vêr e à face da Praça do Dr. Gaspar Moreira, onde ficou alinhado pela frente da parte nascente que era recuada em relação à do poente, cerca de um metro.

NOTAS:

(1) Estes campos devem ser os que adiante vão referidos como emprasados a Bernarda Caetano de Almeida e Joana Rosa de Almeida e marido Custódio Coelho, por escritura de 29 de Maio de 1745.

(2) Não pode ser sogro, porque a mulher de Homem Soares era filha de Estêvão Leitão Coelho da Feira e de Inez Gadinho (Felgueiras Gayo, cit. Ob. T. XV, pág. 89).

(3) Antónia do Amaral Tavares casada com Manuel da Mota Pereira, de Riba Douro; Natália do Amaral e Vasconcelos casada com Aires Ferreira do Carvalho; Diogo Moreira de Vasconcelos — O Velho — casado com Filipa de Matos Soares (4.ª avós de D. Vitória de Lacerda); Madalena Moreira casada com Manuel Lobato Pinto e Francisco Moreira de Vasconcelos casado com Paula de Pinho.

(4) Faz parte do conjunto de livros do Tombo do Convento que existia na Direcção de Finanças de Aveiro e foi objecto de cedência à Câmara Municipal da Feira como já foi referido.

(5) Novo Dicionário da Língua Portuguesa por Eduardo Faria (1849) — Alqueve - s. m. Alquilar v. a. (ant.) V. Alqueive, Alquilar; Alquilar v. a. (p.us) dar ou tomar de aluguel ou arrendamento alg. c.; alquilar s. m. (p.us) aluguel ou arrendamento que se faz de alguma coisa por certo tempo e preço.

(6) Dizeres que constam do trabalho que se encontra no Tombo do Convento, Livro 9.º, pág. 60.

(7) Pinho Leal vol. 6.º, pág. 394 — Paços de Brandão — Casa dos Azevedos Brandões (um destes possui hoje a quinta da Torre da Capela, ou Paços de Brandão, que deu o nome à freguesia).

(8) Eduardo Faria cit. Dicionário — Almotacur v. a. tachar o preço das cousas, principalmente comestíveis, que se não-de vender ao público.

ALMOTAÇARIA, s. f. officio de almotacel, ou o tribunal composto de almotacel, seus escrivães, zeladores, e homens de vara; taxa, avaliação, preço a arbitrio do almotacel, ou ainda dos vereadores e outros magistrados.

ALMOTACEL, s. m. o que tem officio e obrigação de cuidar na igualdade dos pesos e medidas, de taxar e às vezes atribuir os mantimentos e alguns outros géneros que se compram e vendem por miúdo...

(9) Corresponde, hoje, respectivamente a 8,25 e 6,60 metros, ou seja uma área de 54,45 metros.

(10) Era José Ceatano Correia Gomes, escrivão do Tombo da Casa da Feira (Infantado) como se verifica do reconhecimento, por parte deste do imposto do portado, em 15 de Fevereiro de 1755 (fls. 87 do mesmo Tombo).



Largo dos Condes de S. João de Vêr.

Frente direita: actual casa de Francisco Plácido Resende.
Frente esquerda: casa de Francisco Plácido Resende (lado poente).

FRANCISCO JOAQUIM BINGRE

NOTAS BIOGRÁFICAS

Francisco Joaquim Bingre, que usou o nome arcádico de **Francélio Vouguense**, e também foi conhecido por **Cisne do Vouga**, nasceu na freguesia de S. Tomé, de Canelas, concelho de Estarreja, deste distrito de Aveiro, a 9 de Julho de 1763. Foram seus pais Manuel Fernandes e D. Ana Maria Clara Hybinguer, austríaca. Bingre é corruptela do nome Hybinguer; o povo de Canelas adulterou este nome, aportuguesando-o em BINGRE, que o poeta adoptou como apelido.

Passados os anos pueris em Canelas, seus pais levaram-no para Lisboa, para uma casa de comércio de uns alemães, com quem tinham sociedade, e onde sua mãe tinha estado no tempo do seu casamento, a fim de ali ser educado e instruído. Mas além de Gramática Latina, que estudou com o Prof. Manuel Pereira da Costa, professor régio em Lisboa, não se sabe que frequentasse alguma aula regular. Deixado este estudo, dedicou-se ao comércio na dita casa, e, ao mesmo tempo, ao das musas.

Em 1790, com Caldas Barbosa, Joaquim Severino e Curvo Semedo, lançou as bases da Academia das Belas Letras, mais tarde conhecida por NOVA ARCÁDIA, na qual fez tão rápidos progressos em Poesia e Literatura, que veio por isto a ser membro da Academia Real das Ciências, a que não eram admitidos senão os que fossem de consumada literatura.

Com a idade de trinta anos, pouco mais ou menos, consorciou-se em Canelas, com D. Ana Maria Pires, de quem teve seis filhos.

Os pais do poeta morreram ambos em 1793, com pequeno intervalo, deixando-lhe um pequeno património.

Exerceu, em Ilhavo, em 1801, o ofício de escrivão dos Órfãos; mais tarde, em 1824, foi escrivão da câmara, e do judicial e notas, na vila e concelho de Mira. Depois, impossibilitado de servir emprego por sua avançada idade e doença, rodeado de numerosa família, de filhos e netos, alguns já órfãos de pai, viveu na mais dolorosa e extrema miséria, chegando a passar fome autêntica, e vivendo de esmolas de **amigos** e **inimigos**, até à sua morte, em 1856, quase com 93 anos.



É muito para admirar que, não obstante o aflitivo estado de privações, doença e velhice neste último período da sua vida, nunca deixasse de fazer versos, embora neles transpareça a sua odisseia, a sua tragédia.

Bingre foi o maior improvisador do seu tempo, depois de Bocage. Tão notável poeta como modesto, pois nunca se preocupou com a publicação das suas obras, poetava porque isso lhe estava no temperamento. Nas obras de Bingre, todas em verso, acham-se gloriosas memórias dos factos mais brilhantes de que ele teve notícia. José Agostinho de Macedo classificou-o de «bom poeta e judicioso homem, no qual a capacidade natural supria todos os estudos».

Das suas numerosas obras poéticas, podemos referir as seguintes: mil cento e vinte sonetos, pouco mais ou menos; vários poemas maiores como — **O Momo** — poema herói-cómico; **As Mulheres** — poema heroico e apologético; **As Sombras** ou **Passeio Fantástico**; **O Cidadão Liberal**, rindo com a sua sanfona; **As Aventuras** ou **Lograções**; Dramas alegóricos; ditos heróicos; uma Farça e um Entremês; e bem assim de poemas menores, como salmos penitenciais; cantatas; hinos; canções; elegias; epístolas; cartas; odes Horacianas, Sáficas, Pindáricas, Anacreonticas; éclogas, idílios, ditirambos, sonhos, apólogos, contos morais, anfiguris, apótemas, alegorias; epigramas, madrigais. E tantas outras.

Continuou a fazer versos quase até aos últimos dias da sua vida. Faleceu, como já se referiu, no ano de 1856 e jaz sepultado na casa dos ossos da igreja de Mira.

(Elementos coligidos do ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, aut. Álvaro Fernandes, volumes V e XXIX, e da ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA).

ELOGIO DE AVEIRO

Talábrica senil, famoso Aveiro,
Bordado de riquíssimas salinas,
Que com tuas alvíssimas colinas
Formas um pitoresco tabuleiro;

Tu foste audacioso marinheiro
Que rasgando altas ondas cristalinas
Em África arvoraste as Lusas Quinas
E de Benim descobridor primeiro.

Tu das últimas praias do ocidente
Aos Áfricos sertões nossa lei pura
Levaste, e nos mostraste a baga ardente.

Pela tua atrevida sangradura
A estrada se encontrou do rico Oriente,
Onde o Gama depois audaz fulgura.

A S. MAJESTADE A RAINHA, VISITANDO AVEIRO, RECITADO PELA PRIOREZA DE JESUS

Vem, excelsa Rainha Portuguesa,
Visitar o sagrado mausoléu
Que encerra o corpo da que está no Céu,
Joana santa, virginal Princesa.

Ela fugiu às pompas da realeza
Desprezando real, térreo himeneu;
e entre a nossa humildade se escondeu,
Sacrificando a Deus sua pureza.

Pedi de Afonso Quinto à régia filha
que abençoe esta vossa monarquia
Para gozar da paz que no Céu brilha!

Monjas, irmãs, com cândida alegria,
Levantemos um hino à maravilha
De ver hoje entre nós fulgir Maria.





Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida

No termo de um mandato que exercemos, sob a orientação esclarecida e o estímulo que a sua devoção à causa pública constitui, não podemos deixar de pôr em realce os dedicados e meritórios serviços que a esta Junta prestou o seu ilustre Presidente, Senhor Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida, durante mais de três anos, como não podemos deixar de exprimir os sentimentos da mais profunda mágoa pelo acidente que interrompeu a sua prestimosa acção na Presidência efectiva deste Corpo Administrativo, e que tão trágicamente lhe arrebatou a esposa.

Ao Senhor Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida, a quem a Junta Distrital deve inestimáveis serviços no exercício das funções de Presidente, em que tem evidenciado relevantíssimas qualidades de administrador e dirigente, e comprovado, com grande dedicação e entusiasmo, altas faculdades de espírito, neste doloroso ensejo, redobrado dever se nos proporciona, de prestarmos a homenagem de leais e amigos colaboradores, que vivamente o apreciam.

E formulamos o mais sentido voto de que o seu restabelecimento breve o restitua à sua actividade particular e à acção pública, em que justificadamente se aguardam muito fecundas realizações.

No passado mês de Outubro, teve lugar a transferência dos Serviços desta Junta Distrital para o edifício próprio, mandado adaptar para o efeito.

Já a primeira Junta Distrital de Aveiro havia reconhecido a necessidade urgente de se construir o edifício-sede, cabendo ao actual Corpo Administrativo do Distrito, levar a cabo tão útil com premente cometimento.

Efectivamente, as instalações onde os Serviços funcionaram, praticamente desde o início do mandato da primeira Junta Distrital (Fevereiro de 1960), não reuniam as condições mínimas exigidas. A Secretaria, instalada num pequeno compartimento quase sem luz, dificilmente comportava as secretárias indispensáveis e a sala das Sessões deu lugar à Sala de Desenho, realizando-se as reuniões no Gabinete da Presidência que era, simultaneamente, Gabinete do Engenheiro-Chefe dos Serviços Técnicos de Fomento.

Agora, na altura em que a nova Sede da Junta Distrital é uma realidade, afigura-se-nos oportuno fazer algumas considerações acerca da história da obra que ajudámos a erguer.

Na reunião ordinária de 25 de Janeiro de 1966 foi adjudicada a respectiva obra de empreitada ao único concorrente, de acordo com o projecto elaborado. Entretanto, provido o cargo de Arquitecto dos Serviços Técnicos de Fomento, entendeu o titular do mesmo lugar, ser aconselhável, em vista de um melhor aproveitamento do espaço, introduzir no projecto inicial algumas alterações, com as quais esta Junta Distrital concordou. Procurou-se, assim, dotar todos os Serviços das condições julgadas mais indicadas, aumentando-se consideravelmente as dimensões do Salão Nobre, a qual comporta cerca de 200 lugares sentados.

Os serviços de secretaria e, futuramente, os de tesouraria, bem como os Serviços Técnicos de Fomento, ocupam todo o rés do chão.

O primeiro andar comporta o Salão Nobre, o Gabinete da Presidência, da Vice-Presidência e Vogais, a Sala das Sessões e a Biblioteca, existindo no segundo andar uma sala ampla onde poderão vir a ser instalados quaisquer outros serviços e o Arquivo Geral.

Na escolha do mobiliário para os Serviços instalados no rés do chão optou-se pelo mobiliário do tipo metá-

lico, por se entender ser de muito maior duração e, também, mais funcional.

No Salão Nobre escolheu-se mobiliário condigno, o mesmo acontecendo com os demais compartimentos.

* * *

Se a concretização de tão útil cometimento é motivo de orgulho e satisfação para a quem coube a grata tarefa de lhe dar vida, seria aconselhável festejar o acontecimento. Todavia, é grande a mágoa de todos nós pois o nosso companheiro de trabalho, o Homem



Edifício-sede da Junta Distrital de Aveiro

que foi o grande impulsionador, o grande entusiasta da concretização de tão útil obra, jaz no leito de dor, atingido por um brutal acidente de viação que lhe roubou a Esposa extremosa. Daí, a transferência dos Serviços, a entrada solene na nova Casa, não se revestir da mais simples solenidade.

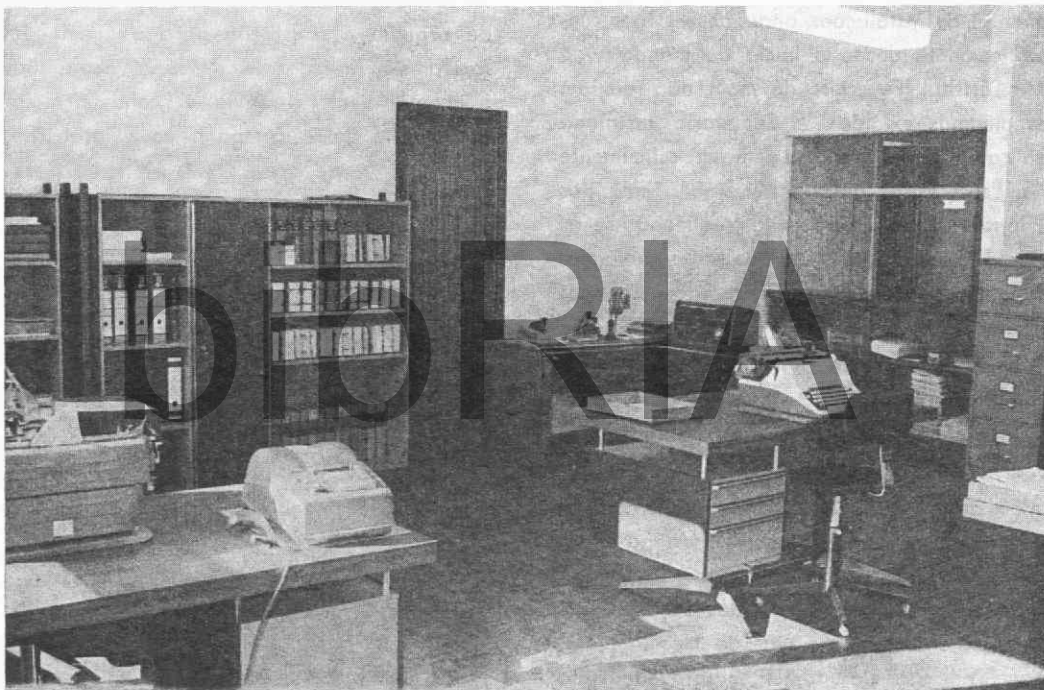
* * *

A circunstância de estar a atingir o seu termo o nosso mandato, leva-nos a supor que não será dispiciendo inserir nesta rubrica as deliberações mais importantes que tomámos, a fim de darmos nota, à guisa de relatório de gerência, que aos actuais responsáveis pelos destinos deste Corpo Administrativo não cumpre já elaborar, ao mesmo tempo que com tal procedimento prestamos mas uma sentida homenagem ao nosso ilustre e dinâmico Presidente, Senhor Dr. Aulácio Rodrigues de

aos respectivos serventuários, sendo de 3,5% a quota mensal que estes descontam nas suas remunerações.

Conforme determina o artigo 4.º dos Estatutos, o Cofre de Previdência visa os seguintes fins:

- 1.º — Subsídios para assistência médica, cirúrgica e medicamentosa;
- 2.º — Subsídios aos serventuários;
- 3.º — Concessão de bolsas de estudo aos sócios e seus filhos com aproveitamento escolar e subsídios para aquisição de livros;
- 4.º — Pensões às viúvas por morte dos sócios;
- 5.º — Empréstimos aos sócios;
- 6.º — Criação de bibliotecas e promoção de conferências e exposições sobre assuntos de ordem cultural e profissional;



Secretaria

Almeida, que esteve na base dos cometimentos que se vieram a realizar.

Sempre entendemos, que «A Administração vale o que valem os funcionários que a representam e agem por ela». Assim, procurou-se, na medida das nossas possibilidades e de acordo com o que a Lei determina, melhorar, tanto quanto possível, as condições dos serventuários da Junta Distrital.

No ano de 1965, foi criado o Cofre de Previdência dos Serventuários da Junta Distrital de Aveiro. De acordo com a competência que lhe é deferida pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de Novembro de 1963, tem sido concedido, mensalmente, um subsídio que ascende a 15% do total das remunerações pagas

7.º — Outros fins que venham a ser reconhecidos de utilidade para os sócios.

De entre os fins que ao mesmo Cofre compete prosseguir deverão destacar-se aqueles que têm sido levados a cabo.

Todos os serventuários da Junta Distrital, sócios do Cofre, recebem o chamado mês do Natal e na licença graciosa 50% da respectiva remuneração mensal.

Conforme preceitua o n.º 4.º do transcrito artigo 4.º, contém-se dentro dos fins que ao Cofre compete prosseguir, a fixação de pensões às viúvas por morte dos sócios.

Recentemente foi vítima de um acidente de viação, o desenhador de 2.ª classe dos Serviços Técnicos de

Fomento, Alípio Paiva Melo, funcionário cumpridor e exemplar chefe de família, no qual perdeu a vida, deixando viúva e três crianças de tenra idade.

Ao Cofre, cumprirá agora, fixar o quantitativo da pensão vitalícia a estabelecer.

Desde a criação do aludido Cofre nunca mais nos respectivos quadros do pessoal desta Junta Distrital se verificou qualquer vaga, do que resulta considerável vantagem para os mesmos Serviços.

Parece nada mais ser necessário dizer em ordem a ajuizar do valimento de tão meritória obra.

CONSTRUÇÃO DO NOVO INTERNATO DISTRITAL DE AVEIRO

O primeiro problema, premente problema, que a actual Junta Distrital tentou resolver foi o que diz respeito à construção do novo Internato Distrital de Aveiro, designação que por sugestão do Instituto de Assistência aos Menores, substitui a de Asilo-Escola Distrital de Aveiro.

Para tanto, foram estudadas várias soluções quanto ao terreno mais indicado para a respectiva construção, tendo-se escolhido, após longo e cuidado estudo, a Quinta do Forte, situada no lugar do Bonsucesso, freguesia de Aradas, deste concelho, a qual adquirimos por 1 400 contos.

Era nosso veemente desejo que a respectiva obra de construção tivesse primazia sobre os demais cometimentos, incluindo a construção do edifício-sede.

Para o efeito, foram envidados os melhores esforços, no sentido de se levar a cabo a respectiva obra de construção.

É com profunda tristeza que afirmamos não nos ter sido possível dar vida a tão necessária aspiração que, desejada por todos nós, viria resolver por completo, o importante problema assistencial, no que respeita a rapazes do nosso distrito.

As súmulas das deliberações tomadas sobre o assunto, no decurso do nosso mandato, dão nota da vontade, do entusiasmo que votámos a tão importante matéria. Quanto ao mesmo, poderemos sintetizar o que se passou e passa, na seguinte expressão: a poderosa máquina que se chama burocracia, fez da construção do novo Internato seu jardim.

Deliberações:

13 de Julho de 1965 — O Senhor Arquitecto apresentou várias sugestões acerca da elaboração do projecto.

13 de Julho de 1965 — A tomar conhecimento do ofício da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização a comunicar que aguarda a apresentação de um anteprojecto, a fim de poder anotar a obra em futuro Plano de Melhoramentos Urbanos.

28 de Setembro de 1965 — Visita do Director do Instituto de Assistência aos Menores ao Asilo, dando sugestões acerca da elaboração do projecto do novo Asilo.

23 de Novembro de 1965 — Aprovação do antepro-



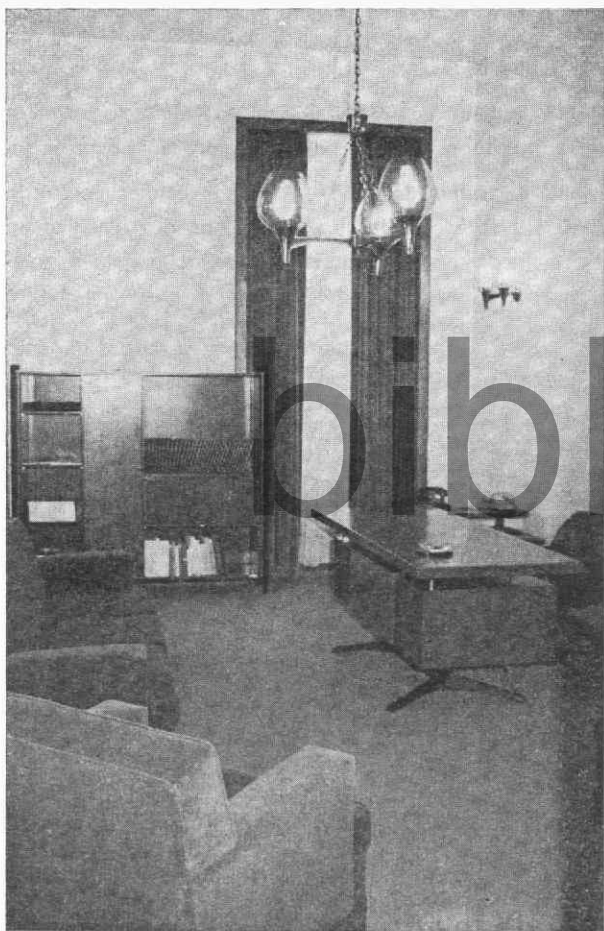
Sala das Sessões

jecto elaborado pelo Senhor Architecto dos Serviços Técnicos de Fomento; submetê-lo à consideração superior.

11 de Dezembro de 1965 — Agradecer ao Senhor Governador Civil a recomendação feita a Sua Excelência o Ministro da Saúde e Assistência para concessão de um subsídio para a obra.

10 de Janeiro de 1966 — A tomar conhecimento da deliberação da Câmara Municipal de Aveiro que aprovou, sob condição, o anteprojecto da obra.

8 de Fevereiro de 1966 — Deliberado que os membros da Junta se desloquem a Lisboa, no próximo dia 17,



Gabinete da Presidência

para solicitarem superiormente a aprovação do anteprojecto e a imprescindível participação.

11 de Maio de 1966 — A tomar conhecimento da devolução do projecto, a fim de lhe serem introduzidas alterações.

11 de Maio de 1966 — Solicitar ao Director do Instituto de Assistência aos Menores audiência para o Senhor Architecto ali colher esclarecimentos respeitantes à elaboração do projecto.

13 de Setembro de 1966 — Lido o programa a que deve obedecer a construção do novo Asilo, remetido pelo Instituto de Assistência aos Menores. Encarregar o Senhor Architecto dos Serviços Técnicos de Fomento de proceder à elaboração do projecto de acordo com o referido programa.

8 de Novembro de 1966 — Aprovado, em princípio, o anteprojecto; encarregar o Senhor Architecto de se avistar com o Senhor Director do Instituto de Assistência aos Menores.

24 de Janeiro de 1967 — Referências à recente visita de uma funcionária do Instituto de Assistência aos Menores. Solicitar informações sobre a orientação a imprimir à referida construção.

13 de Abril de 1967 — Aprovar o anteprojecto do novo Internato. Solicitar a aprovação superior e a concessão da respectiva participação.

23 de Maio de 1967 — Informações prestadas pelo Senhor Vice-Presidente acerca da visita do Senhor Director do Instituto de Assistência aos Menores e de um architecto dos mesmos Serviços; e ainda acerca do pedido de devolução do anteprojecto para alterações a introduzir.

27 de Junho de 1967 — Aprovar o anteprojecto, no qual foram introduzidas alterações e remetê-lo superiormente.

13 de Setembro de 1967 — Deliberado que os Senhores Engenheiro-Chefe e Architecto dos Serviços Técnicos de Fomento se desloquem a Lisboa, a fim de obterem todos os elementos e esclarecimentos necessários à rápida elaboração do projecto.

ATRIBUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA

No início do mandato que agora atinge o seu termo, contava o Internato Distrital de Aveiro com uma população de 90 rapazes, oriundos dos vários concelhos do nosso Distrito. Presentemente, não obstante serem mais que deficientes as actuais instalações, atinge 157 o número actual de internados.

Foi restaurada a Banda de Música do Internato Distrital de Aveiro, composta por quarenta a quatro rapazes e o orfeão da mesma obra assistencial está quase apto a realizar a primeira audição.

Dos menores do Internato, um frequenta o 3.º ano do Instituto Industrial do Porto.

Também as Casas da Criança de Águeda, Albergaria-a-Velha e Mealhada — estabelecimentos de assistência que por força da extinção das Juntas de Província passaram para a administração deste Corpo Administrativo —, não foram esquecidas. Em todas elas se procedeu a obras de conservação e beneficiação.

ATRIBUIÇÕES DE FOMENTO

Parque de máquinas:

27 de Maio de 1964 — Lido o officio da Câmara Municipal de Anadia, sugerindo a compra de uma britadeira. Proceder-se ao estudo do assunto.

27 de Janeiro de 1965 — Solicitar ao Senhor Ministro das Obras Públicas a comparticipação para aquisição das máquinas necessárias.

10 de Março de 1965 — A Junta tomou conhecimento da impossibilidade de ser comparticipada a aquisição de máquinas. Mas foi deliberado insistir e solicitar novamente a comparticipação.

14 de Abril de 1965 — Lidos os officios do Governo Civil e da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização em que é confirmada a impossibilidade de ser atendido o pedido de comparticipação para o parque de máquinas.

23 de Novembro de 1965 — Abrir concurso público para fornecimento de uma britadeira.

21 de Fevereiro de 1966 — Adjudicar o fornecimento de uma britadeira.

28 de Março de 1967 — Proceder a novo inquérito junto das Câmaras Municipais do Distrito, em ordem a conhecer-se quais as máquinas de maior interesse.

Proceder a estudo sobre a ampliação do quadro dos Serviços Técnicos do Fomento, após a instalação de todos os serviços na nova sede.

ATRIBUIÇÕES DE CULTURA

Museu Etnográfico e Arquivo Distrital:

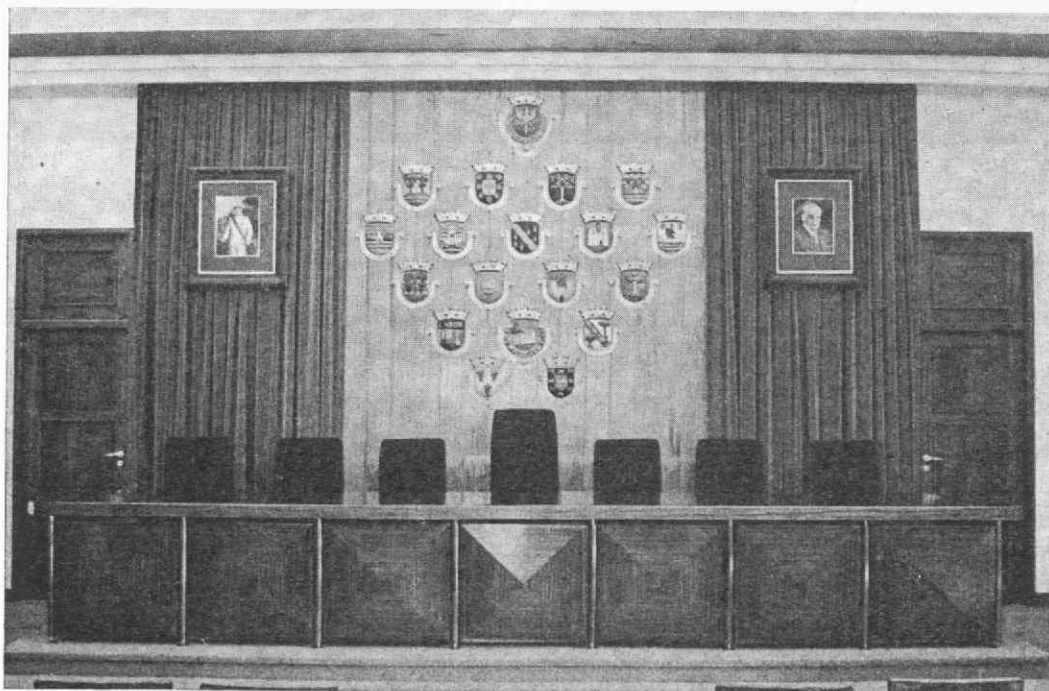
14 de Março de 1964 — Encarregados os Senhores Vice-Presidente e Dr. Humberto Leitão de apresentarem na próxima reunião os nomes das pessoas que hão-de formar a Comissão que procederá ao estudo referente à criação do Museu e Arquivo Distritais.

25 de Março de 1964 — Apresentada uma proposta do Vogal Senhor Dr. Humberto Leitão para a criação do Museu Etnográfico de Aveiro. Apreçar a mesma proposta na próxima reunião.

7 de Abril de 1964 — Aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Dr. Leitão e convidar as entidades indicadas na referida proposta para constituírem a respectiva Comissão Central, para uma reunião, em 22 deste mês.

29 de Abril de 1964 — Estudar a possibilidade de recolha de objectos com interesse etnográfico e solicitar, para o efeito, a colaboração de peritos no assunto e encarregar os Senhores Drs. Paulo Catarino e Humberto Leitão de contactarem com o artista Sr. José de Pinho, para a possibilidade de aquisição da sua obra artística.

29 de Abril de 1964 — Encarregar o Vogal Sr. Dr. Leitão de se avistar com o Sr. Capitão do Porto, a fim de se promover a recolha de elementos respeitantes às miniaturas de embarcações e aparelhos de pesca.



Salão Nobre — Mesa da Presidência

Depois das informações prestadas pelo Sr. Dr. Paulo Catarino, foi deliberado aguardar que a Direcção da Revista «Arquivo do Distrito de Aveiro» apresente proposta, a fim de esta Junta se pronunciar.

13 de Maio de 1964 — Convidar diversas entidades para fazerem parte da Comissão Executiva do Museu Etnográfico.

13 de Janeiro de 1965 — Adquirir por 1 000\$00 um xaile regional.

15 de Junho de 1965 — Continuar a pensar na criação de um museu etnográfico, com vida própria, prosseguindo os serviços de recolha de material iniciados.

2 de Janeiro de 1967 — Nomear perito desta Junta o Sr. Eng.-Chefe dos Serviços Técnicos de Fomento a fim de, com o perito da Santa Casa da Misericórdia, estabelecerem a renda do edifício onde presentemente está instalada a Biblioteca Municipal.

24 de Janeiro de 1967 — Solicitar a colaboração das Câmaras Municipais do Distrito, no sentido de auxiliarem esta Junta na tarefa de recolha de material para o Museu Etnográfico.

9 de Maio de 1967 — Agradecer à Câmara Municipal de Ovar a informação sobre a pessoa indicada para se encarregar da compra de objectos para o Museu Etnográfico.



Salão Nobre

26 de Abril de 1966 — Informar a Direcção-Geral competente que, por carência de receitas, não pode esta Junta arcar com os encargos resultantes da instalação do Arquivo do Distrito, estando no entanto na disposição de ajudar o Ministério da Educação Nacional.

22 de Novembro de 1966 — Lido um telegrama do Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos a comunicar que visitará esta Junta em 22 ou 23 do corrente.

22 de Novembro de 1966 — O Senhor Vice-Presidente informou das diligências efectuadas no sentido de arranjar instalações para o Arquivo do Distrito. Proceder oportunamente a estudo sobre o assunto.

Revista «Aveiro e o seu Distrito»:

27 de Janeiro de 1965 — O Sr. Vice-Presidente apresentou uma proposta para:

- a) — Fundação de uma Revista;
- b) — Organização da biblioteca;
- c) — Realização de iniciativas de ordem cultural e a colaboração com outras pessoas em iniciativas culturais próprias de reconhecido mérito. Deliberado proceder a estudo pormenorizado numa das próximas reuniões.

27 de Julho de 1965 — Apresentadas sugestões quanto ao modelo tipográfico a adoptar para a Revista a publi-

car e solicitar propostas para a sua elaboração tipográfica.

8 de Março de 1966 — O Sr. Dr. Humberto Leitão ofereceu um documento muito importante para a história da Diocese de Aveiro. Inserir este documento no primeiro número da Revista e exarar um voto de agradecimento ao Sr. Dr. Leitão.

31 de Outubro de 1966 — A tomar conhecimento de uma carta de Monsenhor Aníbal Ramos, apresentando sugestões para a publicação na Revista de trabalhos inéditos de escritores aveirenses. Solicitar a sua comparencia à próxima reunião para uma troca de impressões.

8 de Novembro de 1966 — Presente Monsenhor Aníbal Ramos, o Sr. Presidente agradeceu-lhe as sugestões preconizadas e prometeu-lhe estudar o assunto.

24 de Janeiro de 1967 — Solicitar a todos os Presidentes dos Municípios do Distrito o envio de artigos e fotografias relativos aos respectivos concelhos, destinados à Revista.

16 de Fevereiro de 1967 — Exarar um voto de agradecimento aos autores dos artigos do segundo número da Revista.

12 de Julho de 1967 — Exarar um voto de agradecimento aos autores dos artigos publicados no terceiro número.

bibRIA



Sumário

	Página
* Página Heráldica — Arouca	3
* Concelho de Arouca	5
Pelo Dr. Manuel Rodrigues Simões Junior	
* Arouca, ainda mal conhecida	9
Pelo Dr. A. Tavares de Almeida	
* A originalidade do Barroco de Aveiro	14
Pelo Dr.ª Dulce Souto	
* A aclamação de D. Miguel I em terras do distrito de Aveiro	25
Pelo Dr. Serafim Gabriel Soares da Graça	
* O Aveirense Visconde de Seabra	27
Pelo Dr. Fernando de Oliveira	
* A pesca do Bacalhau nos mares da Gronelândia	29
Pelo Dr. Amadeu Eurípedes Cachim	
* A Igreja de Nossa Senhora da Apresentação	35
Pelo Coronel Diamantino Antunes do Amaral	
* Apontamentos sobre antigas Procissões de Aveiro	39
Por Eduardo Cerqueira	
* As «Janeiras», as «Pastoras» e os «Reis»	55
Pelo Dr. António Tavares Simões Capão	
* Onde mora o Folclore?	64
Por Albano Ferreira	
* A Feira das Colheitas — como surgiu e como cresceu	68
Por A. B.	
* Quatro Séculos de História — Vila da Feira — A Praça Velha	71
Por Roberto Vaz de Oliveira	
* Antologia Aveirense	88
* Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida	90
* Vária	91